

**PROJETO PEDAGÓGICO DO
CURSO DE BACHARELADO EM
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

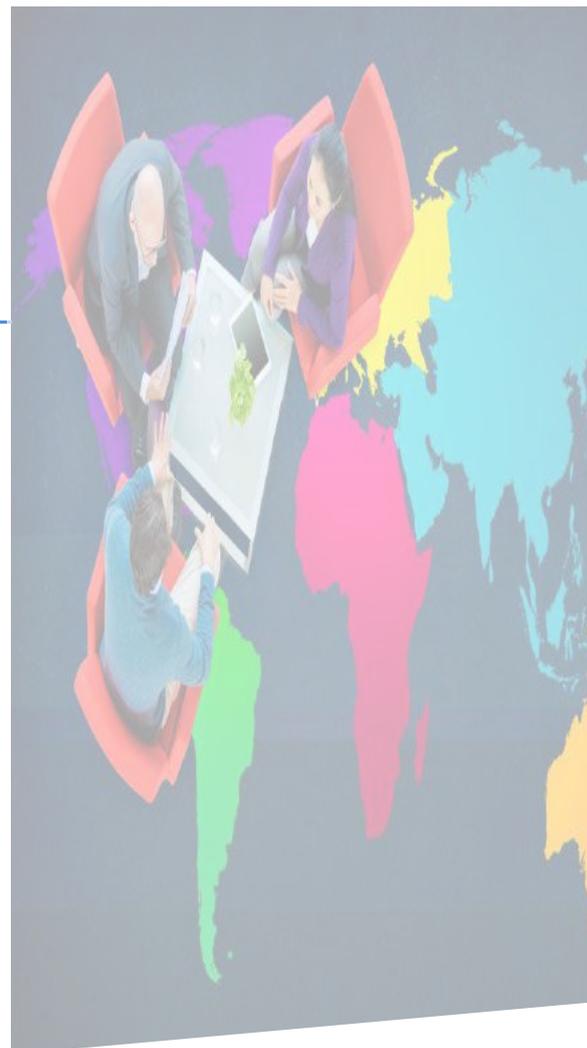
Faculdade CESUMAR

(IES 14403)

Mantenedor:

Centro de Ensino Superior de Maringá –
CESUMAR

Curitiba (PR)
2017



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	- 5 -
1. INTRODUÇÃO: A Regulação da Educação no Brasil	- 6 -
1.1 A Formação Universitária e o Papel do Projeto Pedagógico na Formação do Profissional- 7 -	
1.2 Contextualização da Faculdade CESUMAR	- 9 -
1.2.1. Organização Institucional	- 9 -
1.2.1.1. MANTENEDORA	- 9 -
1.2.1.2. MANTIDA	- 10 -
1.2.2. Histórico da Instituição de Educação Superior (IES)	- 10 -
1.2.2.1. MISSÃO	- 12 -
1.2.2.2. VISÃO	- 12 -
1.2.2.3. FINALIDADES	- 13 -
1.2.2.4. VALORES E PRINCÍPIOS	- 14 -
1.2.2.5. OBJETIVOS DA IES	- 14 -
1.2.2.6. ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA	- 14 -
1.2.2.7. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA IES	- 15 -
2. DIMENSÃO I – Organização Didático-Pedagógica	- 16 -
2.1 Contexto Educacional	- 16 -
2.1.1. Marcos Teóricos e Filosóficos	- 16 -
2.1.1.1. PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (PNE) E OUTRAS DIRETRIZES – Contextos Cultural e Político	- 16 -
2.1.1.2. INSERÇÃO REGIONAL - Contexto Social, Ambiental e Econômico	- 18 -
2.1.1.2.1. Caracterização da Cidade e Localização Geográfica	- 18 -
2.1.1.2.2. História, Meio Ambiente e Perfil da População	- 19 -
2.1.1.2.3. Perfil Econômico	- 23 -
2.1.1.2.4. Inserção da IES e do Curso de RELAÇÕES INTERNACIONAIS	- 28 -
2.2 Concepção do Curso	- 30 -
2.3 Forma de Ingresso no Curso e na IES	- 31 -
2.4 Políticas Institucionais no âmbito do Curso	- 32 -
2.4.1. Política de Ensino – O Ensino de Qualidade	- 32 -
2.4.1.1. Flexibilização e Gestão do Projeto Pedagógico	- 37 -
2.4.1.2. Flexibilização e os Processos de Gestão Administrativa	- 38 -

2.4.1.3. Flexibilização e Avaliação	38 -
2.4.2. Política de Extensão universitária – Articulação com a Sociedade.....	39 -
2.4.3. Política de Pesquisa – Incentivo à Pesquisa e à Pós-Graduação.....	40 -
2.4.4. Política para a Educação Inclusiva	44 -
2.4.5. Política Afirmativa de Inclusão Social	46 -
2.5 Justificativa do Curso	47 -
2.6 Objetivos do Curso	49 -
2.7 Perfil Profissional do Egresso	49 -
2.8 Estrutura Curricular.....	50 -
2.9 Conteúdos Curriculares.....	55 -
2.10 Metodologia	84 -
2.11 Atividades Complementares.....	86 -
2.11.1 Regulamentação das Atividades Complementares.....	87 -
2.12 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).....	92 -
2.6.1.Regulamentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).....	93 -
2.13 Apoio Discente	101 -
2.8.1.Ouvidoria.....	102 -
2.8.2.Apoio Pedagógico e Financeiro.....	103 -
2.8.2.1. Apoio pedagógico - NAP.....	103 -
2.8.2.2. Estímulos à permanência: Monitoria – Nivelamento - Atendimento Psicopedagógico	103 -
2.8.2.3. Organização estudantil (espaço para participação e convivência estudantil).-	104 -
2.8.2.4. Acompanhamento dos Egressos	104 -
2.8.2.5. Apoio Financeiro	105 -
2.14 Ações Decorrentes dos Processos de Avaliação do Curso.....	106 -
2.15 Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no processo de ensino-aprendizagem-	107 -
2.16 Procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem	109 -
2.17 Participação dos Discentes no Acompanhamento e na Avaliação do PPC.....	110 -
3. DIMENSÃO 2 – Corpo Docente	110 -
3.1 Composição e Atuação do Núcleo Docente Estruturante - NDE	110 -
3.2 Coordenador do Curso	112 -

3.2.1. Atuação do Coordenador	112 -
3.2.2. Experiência de Magistério Superior e de Gestão Acadêmica do Coordenador.....	112 -
3.2.3. Regime de Trabalho e Carga Horária de Coordenação de Curso	113 -
3.3 Corpo Docente	113 -
3.3.1. Constituição do Corpo Docente	113 -
3.3.2. INDICADORES DOCENTE - Titulação, Regime de Trabalho e Experiência Profissional na Área e de Docência no Ensino Básico e Superior	117 -
3.4 Composição e Funcionamento do Colegiado de Curso	132 -
4. DIMENSÃO 3 - Infraestrutura	134 -
4.1 Condições de Acesso para Portadores de Necessidades Especiais	135 -
4.1.1. Instalações Físicas – Adaptações para Acessibilidade	135 -
4.1.2. Instalações Virtuais - Software de Acessibilidade.....	136 -
4.2 Espaço Físico Geral.....	136 -
4.2.1. Acesso a Equipamentos de Informática pelos Docentes e Discentes.....	137 -
4.2.1.1. Recursos Audiovisuais e Multimídia	137 -
4.2.1.2. Existência de Rede de Comunicação (INTERNET)	138 -
4.2.1.3. Plano de Expansão e de Atualização de Equipamentos.....	138 -
4.2.2. Biblioteca.....	139 -
4.2.2.1. Bibliografia Básica	140 -
4.2.2.2. Bibliografia Complementar	140 -
4.2.2.3. Periódicos Especializados.....	140 -
4.2.2.4. Infraestrutura Física e Material.....	140 -
4.2.2.5. Política Institucional para a Biblioteca no que se Refere ao Acervo, ao Espaço Físico e aos Métodos de Acesso à Informação.....	140 -
4.2.2.6. Política de Atualização do Acervo	141 -
4.2.2.7. Pessoal Especializado	142 -
4.2.2.8. Política e Facilidade de Acesso ao Material Bibliográfico.....	142 -
4.2.2.9. Horário de Funcionamento da Biblioteca	143 -
4.2.3. Laboratórios Didáticos Especializados – Autorização de Curso (2 primeiros anos do curso)	143 -
4.2.3.1. Laboratório de informática	143 -
4.3 Plano de Expansão Física.....	143 -

5. REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS	- 143 -
REFERÊNCIAS	- 155 -
APÊNDICES	- 156 -
Plano de Estágio Obrigatório	- 156 -
Termo de Convênio	- 157 -
Termo de Compromisso de Estágio.....	- 161 -
Termo Aditivo de Estágio Curricular Supervisionado.....	- 163 -
Termo de Cancelamento de Estágio Curricular Supervisionado.....	- 165 -
Controle de Frequência do Acadêmico Durante o Estágio Supervisionado	- 166 -
Avaliação de Desempenho do Acadêmico no Estágio Supervisionado.....	- 167 -
Critérios de Avaliação	- 168 -

APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é o instrumento que norteia a organização e o desenvolvimento das práticas pedagógicas na graduação e define os princípios educacionais adotados para a condução do processo de ensino-aprendizagem ao longo do desenvolvimento do curso. Para garantir a conformidade do funcionamento e gestão do curso com as finalidades institucionais e as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC), o PPC foi desenvolvido em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), que trata sobre o papel da Faculdade (missão e visão) no âmbito da sua contribuição social local, regional e nacional por meio do ensino, da pesquisa e extensão, com o Plano de Desenvolvimento da Instituição (PDI), que estabelece o planejamento para desenvolver as políticas do PPI, e com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), que direcionam os requisitos para a formação do perfil, habilidades e competências dos futuros profissionais graduados.

O desenvolvimento do PPC da **Faculdade CESUMAR** é coordenado e implementado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso, e representa o resultado da soma de experiências acadêmica, administrativa e pedagógica dos docentes que atuam no mercado de trabalho na área de formação do curso. As contribuições foram realizadas a partir da reflexão crítica sobre o perfil da formação dos futuros profissionais no contexto político, econômico, social e ambiental da Região de Curitiba, do Paraná e do Brasil.

Com a missão de “Promover a educação de qualidade nas diferentes áreas do conhecimento, formando profissionais cidadãos que contribuam para o desenvolvimento de uma sociedade justa e solidária”, a **Faculdade CESUMAR** entende que o PPC nunca deve estar pronto ou acabado, mas sim em constante atualização para que se alcancem os objetivos em nome de uma qualidade de ensino comprometida com os avanços do desenvolvimento tecnológico, das demandas sociais e ambientais e da formação de uma cidadania plena.

*Coordenação do Curso de Bacharelado em **Relações Internacionais***

1. INTRODUÇÃO: A Regulação da Educação no Brasil

A educação de qualidade é um direito assegurado pela Constituição Federal do Brasil. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei N° 9.394/96) é a primeira lei educacional no país a fornecer um significado do que é Educação.

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

Um dos pontos altos da LDB é o reconhecimento da importância dos valores na educação escolar, incorporando nas finalidades da educação, princípios e valores fundamentais que dão um tratamento novo e transversal ao currículo escolar no âmbito da formação da cidadania.

Anterior à promulgação da LDB, sabe-se que, tradicionalmente, os valores vinham sendo ensinados, em sala de aula, de forma implícita, sem aparecer na proposta pedagógica, configurando o que denominamos de currículo oculto da escola. A partir da nova LDB, promulgada em particular com os Parâmetros Curriculares Nacionais, ficou explicitado, em caráter normativo para todas as instituições de ensino, a importância e necessidade da inserção e integralização dos valores nos currículos escolares.

No contexto da Educação Superior, as Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecem a base nacional comum, responsável por orientar a organização, a articulação, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas de todas as áreas de ensino da Educação Superior. A regulação e a avaliação dos cursos e das Instituições de Ensino Superior são realizadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior no Brasil e, especialmente, a promoção da consolidação dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, do desenvolvimento dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

1.1 A Formação Universitária e o Papel do Projeto Pedagógico na Formação do Profissional

A formação universitária se constitui em um desafio que, na sua abrangência, deve valorizar os seguintes elementos:

- I. O progresso científico e tecnológico;
- II. As tendências sociais e econômicas da atualidade;
- III. A ética e os valores humanos necessários para a construção e manutenção da liberdade, justiça e igualdade entre os seres humanos;
- IV. O aprofundamento no domínio das estratégias e procedimentos específicos da área de atuação;
- V. A capacidade crítica e reflexiva de todos os envolvidos nesse complexo processo de produção do conhecimento, cujo objetivo é a análise das diferentes facetas da realidade que envolve a atuação profissional.

A universidade é, portanto, o espaço para o desenvolvimento destas capacidades. Para isto, cabe às instituições educacionais propiciar aos discentes as condições intelectuais e científicas necessárias para os alunos analisarem criticamente a sua atuação como profissional frente às questões da realidade brasileira, e considerar a relevância da sua prática no atendimento das necessidades da sociedade.

Diante dessa perspectiva, a **Faculdade CESUMAR** entende que o Projeto Pedagógico do Curso deve articular os valores sociais, culturais e ambientais do contexto no qual está inserido, com os conhecimentos técnicos e científicos específicos da área em que pretende formar o profissional, objetivando o preparo de profissionais que saibam atuar de forma ética e tecnicamente competente em sua carreira profissional, integrados ao contexto sociocultural da região de inserção. Para atingir e consolidar tal compromisso, o PPC foi elaborado em consonância com o PPI e o PDI da Instituição que, juntos, estabelecem as bases para o desenvolvimento das políticas de ensino, pesquisa e extensão, orientando e contribuindo para a formação profissional e cidadã dos alunos da Instituição.

Sob o contexto dos compromissos e função das Instituições de Ensino Superior, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB Nº. 9394/96, art. 43, define as finalidades que as IES devem apresentar:

- I. Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II. Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III. Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V. Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII. Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Para operacionalizar as finalidades estabelecidas pela lei LDB, a **Faculdade CESUMAR**, comprometida com a qualidade do ensino superior, empenha-se na elaboração de propostas de PPC capazes de nortear as ações pedagógicas dos cursos de forma reflexiva, consciente, sistematizada e participativa, objetivando propiciar uma formação profissional completa no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, preparando os alunos com habilidades e

competências para a atuação no mercado de trabalho e para o compromisso com o exercício da cidadania. Para alcançar esse objetivo, a Faculdade entende que o PPC deve ser elaborado como uma proposta de trabalho que descreve um conjunto de ações a serem desenvolvidas ao longo do processo de formação acadêmica, e a concepção do PPC deve conter a participação de todos os agentes envolvidos no processo, tais como os educadores, a comunidade acadêmica, os agentes administrativos e os membros da sociedade. Sob esse cenário, a Faculdade considera que é por meio do PPC que a coordenação do curso poderá planejar suas atividades, aprimorar seus processos avaliativos, aperfeiçoar sua matriz curricular, decidir sobre suas necessidades e melhorar a qualidade de seu ensino sempre articulando com as tendências da sociedade.

Em suma, o Projeto Pedagógico Institucional é um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico que norteia as práticas acadêmicas do curso, tendo em vista a trajetória histórica, inserção regional, vocação, missão, visão, valores e objetivos da Faculdade. Dessa forma, o PPC deve contemplar a articulação entre a teoria e a prática do curso, em que a integração dos elementos básicos estabelecidos através da interface do ensino, da pesquisa, da cultura, da política, da ética e das finalidades das IES estabelecidas na LDB, resulta na formação de um profissional apto para o desenvolvimento da sociedade.

1.2 Contextualização da Faculdade CESUMAR

1.2.1. Organização Institucional

1.2.1.1. MANTENEDORA

Razão Social	Centro de Ensino Superior de Maringá LTDA - CESUMAR
Código	560
CNPJ	79.265.617/0001-99
Endereço	Av. Guedner, 1.610 – Jardim Aclimação – CEP. 87050-390, Maringá, Paraná.
Telefone	(44) 3027-6360

E-mail Institucional	normas@unicesumar.edu.br
Presidente	Cláudio Ferdinandi
Registro	4º Contrato Social registrado na Junta Comercial do Paraná – Ag. Regional de Maringá sob o nº 20151343438 – 15/134343-8 em 23/2/2015

1.2.1.2. MANTIDA

Razão Social	Faculdade CESUMAR
Código	14403
Endereço	• UNIDADE SEDE 1 – Rua Itajubá, 673, Bairro Portão – Curitiba/PR – 81070-190
E-mail Institucional	normas@unicesumar.edu.br
Diretor Geral	Cristiane Mello David

1.2.2. Histórico da Instituição de Educação Superior (IES)

A mantenedora, **Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda. – CESUMAR** (Cód. 560), é Pessoa Jurídica de Direito Privado, Com Fins Lucrativos – Sociedade Civil, com CNPJ 79.265.617/0001-99. Seu 4º Contrato Social é registrado na Junta Comercial do Paraná – Ag. Regional de Maringá sob o nº 20151343438 – 15/134343-8 em 23/2/2015, e tem foro e sede no Município de Maringá, Estado do Paraná, com endereço da sede na Av. Guedner, nº 1610, bairro Jardim Aclimação, CEP: 87050-390. O CESUMAR tem como presidente o Sr. Cláudio Ferdinandi e foi fundado em 7 de Junho de 1986.

A atuação comprovada da Mantenedora em educação superior teve início no ano de 1990 com o Credenciamento da primeira Faculdade, e implantação dos cursos de Administração e Processamento de Dados com aproximadamente 180 alunos na época. Ao longo da década de 90, a expansão da atividade educacional ocorreu pela criação de novas faculdades com novos cursos e, em 2001, foi dado o parecer favorável do Ministério da Educação para transformação das Faculdades em Centro Universitário, localizado em

Maringá. Atualmente, o Centro Universitário de Maringá – **UNICESUMAR**, mantido pela mantenedora CESUMAR, conta 50 cursos de graduação presencial, 37 de Educação a Distância (EAD), 101 cursos de pós-graduação presenciais e de EAD, e aproximadamente 80.000 alunos no universo do conhecimento da **UNICESUMAR**. Nos últimos anos, vem obtendo excelentes conceitos nos cursos que prestam o ENADE e, pelo 6º ano consecutivo, obtém o conceito de **IGC 4 e CI 5**, mantendo-se entre as 4% melhores instituições de ensino superior do país, consolidando-se ao lado das principais instituições públicas do Paraná, e com o título de melhor Centro Universitário do sul do Brasil.

Com vistas a passar por um novo processo de expansão na oferta da educação superior, a mantenedora CESUMAR realizou um estudo de mercado no estado do Paraná e no ano de 2013, deu um passo importante na trajetória educacional dando o início ao plano de expansão abrindo 5 novas faculdades nas cidades de Arapongas, Londrina, Guarapuava, Ponta Grossa e Curitiba. Conhecendo a grandeza e a importância do processo e da necessidade de manutenção da qualidade de ensino alcançado no histórico da **UNICESUMAR**, a mantenedora CESUMAR optou por construir em todas as cidades unidades próprias, com o intuito de nos próximos anos todas essas IES, denominadas integrantes do grupo educacional **UNICESUMAR**, convergirem em uma mesma unidade educacional.

Dentro do plano de expansão do Grupo **UNICESUMAR**, a **Faculdade CESUMAR** esta inserida em uma região de alta demanda de desenvolvimento industrial e com *status* de ponto estratégico no estado do Paraná, com conexões rododiferroviárias, aeroportuária e proximidade com o Porto de Paranaguá, conexões estas que ligam a capital do estado do Paraná com os outros estados do Brasil, países do MERCOSUL e os outros países do mundo.

A Faculdade foi credenciada pela Portaria N° 574 de 13/05/2001, como Faculdade Aprovação, e posteriormente pela Portaria N° 246 de 06/11/2016 teve sua manutenção transferida para o **CESUMAR – Centro de Ensino Superior de Maringá LTDA**, mantenedora da **Faculdade CESUMAR**. Suas atividades acadêmicas iniciaram em 2016 já na unidade própria construída com aproximadamente 12.000m². Embora a Faculdade se integre ao grupo educacional, a Mantenedora entende que cada Faculdade apresenta a regionalidade de sua inserção sendo as políticas institucionais desenvolvidas para atendimento das especificidades das demandas locais, regionais e do contexto nacional.

1.2.2.1. MISSÃO

A IES tem por missão “promover a educação de qualidade nas diferentes áreas do conhecimento, formando profissionais cidadãos que contribuam para o desenvolvimento de uma sociedade justa e solidária”.

Cumprir tal missão implica que a IES entende que há uma função acadêmica e social a ser cumprida, oferecendo ensino de qualidade fundamentada nas políticas de ensino, pesquisa e extensão, propiciando uma formação integral de profissionais inovadores, competentes e com capacidade empreendedora, preparando pessoas para atuarem eticamente como agentes transformadores da realidade empresarial, organizacional e social brasileira.

1.2.2.2. VISÃO

Ser reconhecida como uma Instituição de referência regional e nacional pelo (a):

- I. qualidade e compromisso do corpo docente;
- II. aquisição de competências institucionais para o desenvolvimento de linhas de pesquisa;
- III. consolidação da extensão universitária;
- IV. qualidade da oferta do ensino presencial;
- V. bem-estar e satisfação da comunidade interna;
- VI. qualidade da gestão acadêmica e administrativa;
- VII. compromisso social de inclusão;
- VIII. processos de cooperação e parceria com o mundo do trabalho;
- IX. compromisso e relacionamento permanente com os egressos, incentivando a educação continuada.

1.2.2.3. FINALIDADES

Em consonância com a Missão e Visão institucional, as finalidades da consolidação da Faculdade consistem em:

- I. Desenvolver a educação superior formando profissionais nas diferentes áreas de conhecimento, aptos a integrar os setores profissionais e a participar do desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- II. Formar recursos humanos para o exercício da investigação artística, científica, humanística e tecnológica assim como para o desempenho do magistério e das demais profissões;
- III. Promover a formação integral do ser humano, estimulando a criação cultural e o desenvolvimento do pensamento reflexivo e do espírito científico;
- IV. Incentivar o trabalho de pesquisa e a investigação científica buscando o incremento da ciência e tecnologia, colaborando com o desenvolvimento do ser humano e das comunidades local e regional, com vistas ao seu bem-estar social, econômico, político e cultural;
- V. Promover a extensão estimulando a participação da população nos resultados da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica produzidas na instituição;
- VI. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- VII. Estimular permanentemente o aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VIII. Incitar conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.

- IX. Participar ativamente da realidade social do seu entorno proporcionando parcerias com órgãos públicos, privados e entidades sociais, visando à melhoria de vida da população da região em que se insere;
- X. Colaborar permanentemente para que as mazelas sociais, como a corrupção, racismo, desigualdades sociais e injustiças sejam combatidas.

1.2.2.4. VALORES E PRINCÍPIOS

O desenvolvimento e a consolidação da IES é pautada sobre os fundamentos da Ética, Responsabilidade Social, Gestão Sustentável e Transparência.

1.2.2.5. OBJETIVOS DA IES

Em seu PDI vigente, nos próximos anos a Faculdade tem por objetivos gerais:

- I. Consolidar a implantação da **Faculdade CESUMAR**;
- II. estabelecer uma sistemática educacional que possa ser compreendida, aplicada e validada em condições reais.
- III. estabelecer as bases conceituais, metodológicas e operacionais do projeto de desenvolvimento da instituição;
- IV. atender às necessidades institucionais de planejamento e permitir a adequação ao contexto econômico, social, cultural e ambiental da região;
- V. consolidar as bases de agente transformador da sociedade na qual se insere.

1.2.2.6. ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

Tendo em vista as áreas definidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a **Faculdade CESUMAR** se organizou em três centros de ensino, sendo:

- I. Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
- II. Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

III. Centro de Ciências Exatas, Agrárias e Tecnológicas.

1.2.2.7. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA IES

Através do Regimento Geral da Faculdade, integram a estrutura organizacional:

TÍTULO II

DA ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

Art. 5º A **Faculdade CESUMAR**, para os efeitos de sua administração, conta com órgãos colegiados deliberativos e normativos, órgãos executivos e órgãos de apoio técnico e administrativo.

§1º São órgãos colegiados deliberativos e normativos:

- I. Conselho Superior - CONSUP;
- II. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE;
- III. Colegiados de Curso.

§2º São órgãos executivos:

- I. Diretoria Geral;
- II. Vice-Diretoria;
- III. Diretorias Acadêmicas e Administrativas;
- IV. Coordenadorias de Curso;
- V. Instituto Superior de Educação – ISEN.

Com o avanço do desenvolvimento das atividades acadêmicas, a IES entende que haverá a necessidade de revisões periódicas e replanejamento das estratégias de desenvolvimento institucional, que se tornam necessários tanto em função das transformações sociais, econômicas, culturais e políticas da sociedade em que a Instituição esta inserida quanto em função de seu próprio desenvolvimento, isto é, em função dos resultados obtidos na implementação das ações anteriormente planejadas. Assim, a adoção de novas estratégias e o remodelamento de setores institucionais não implica qualquer mudança na Missão e nos fins institucionais, mas, ao contrário, é condição para sua

concretização nos contextos sócio históricos em constante mudança com o desenvolvimento da região e do país.

2. DIMENSÃO I – Organização Didático-Pedagógica

2.1 Contexto Educacional

Discutir os marcos teóricos e filosóficos que fundamentam a contextualização da educação na região de inserção, no Brasil e no mundo, é um importante processo que proporciona subsídios para o desenvolvimento do projeto pedagógico. Essa discussão, confere ao PPC, a sustentação das bases que norteiam as práticas pedagógicas propostas, a coerência entre os pressupostos teóricos e a prática pedagógica, assim como também a sua operacionalização através das orientações didático-metodológicas, programas de desenvolvimento profissional dos docentes, programa de avaliação e a utilização dos espaços acadêmicos como ambiente de estudo, convivência e formação cidadã.

2.1.1. Marcos Teóricos e Filosóficos

2.1.1.1. PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (PNE) E OUTRAS DIRETRIZES – CONTEXTOS CULTURAL E POLÍTICO

Uma breve leitura do processo de formação da sociedade brasileira é indispensável para a melhor compreensão da realidade do ensino superior que ora se apresenta. Somos um país que se revela por meio de uma multidiversidade de origens e riquezas, origens que se evidenciam pelas amplas diferenças étnicas, culturais, sociais e econômicas, e riquezas manifestas por meio de seus recursos naturais e do potencial produtivo nas diversas áreas da economia. Considerado um país jovem e ainda em processo de desenvolvimento, o Brasil ainda apresenta múltiplos cenários no âmbito do desenvolvimento da educação que advém desde a colonização do império português até à forma diferenciada de colonização dos imigrantes nas diversas regiões geográficas do país.

Diante desse contexto diverso, o cenário educacional ao longo da história do Brasil vem passando por profundas modificações, desde a luta para combater o analfabetismo e melhorar a qualidade da educação básica até a promoção da expansão da educação superior e ampliação da formação de mestres e doutores para o mercado de trabalho. No âmbito da educação superior, o Plano Nacional de Educação (PNE) prevê estratégias que vem sendo utilizadas pelo Governo Federal para a ampliação da oferta de vagas e matrículas, inclusão de pessoas desfavorecidas socioeconomicamente e redução das desigualdades étnico-raciais. Essas estratégias vem sendo empregadas por meio da(o):

- I. Expansão e interiorização da rede federal de educação superior;
- II. Desenvolvimento de políticas de inclusão e ampliação da participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior;
- III. Assistência estudantil por meio do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES);
- IV. Consolidação na graduação, de projetos de extensão universitária orientando sua ação para o âmbito social;
- V. Fomentação de estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do País;

Nesse cenário, aliado às diretrizes estabelecidas no PNE para o desenvolvimento do ensino superior no Brasil com a formação humanística, cultural, científica e tecnológica, as Instituições de Ensino Superior encontram-se diante de um desafio para promover o ensino superior no país associado à função social da IES na região onde atua. Cabe lembrar, que nesse cenário educacional do país, inclui-se também as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, a Diretriz para a Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, as Diretrizes para as Condições de Acessibilidade para Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida, a Diretriz para a Disciplina de Libras e as Políticas de Educação Ambiental.

A **Faculdade CESUMAR** entende que para a formação do aluno sob o atual contexto político educacional do país, requer do ensino superior não só atenção à formação de

profissionais com conhecimento técnico-científico, mas também atenção à formação de cidadãos com Valores e Conceitos Éticos que atendam às diretrizes do PNE, da LDB e das outras diretrizes de Inclusão e Política Ambiental. Diante desse contexto, a função formadora penetra nas Instituições de Ensino Superior, de forma que são orientadas não só pelos desafios do desenvolvimento socioeconômico e tecnológico do país, mas também pelas questões éticas que dizem respeito à amplitude da atividade humana. Em outros termos, a tarefa da **Faculdade CESUMAR** é buscar equilíbrio entre vocação técnico-científica e vocação humanística através da missão, visão, finalidades e valores que orientam o desenvolvimento das Políticas Institucionais adotadas, além das Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão.

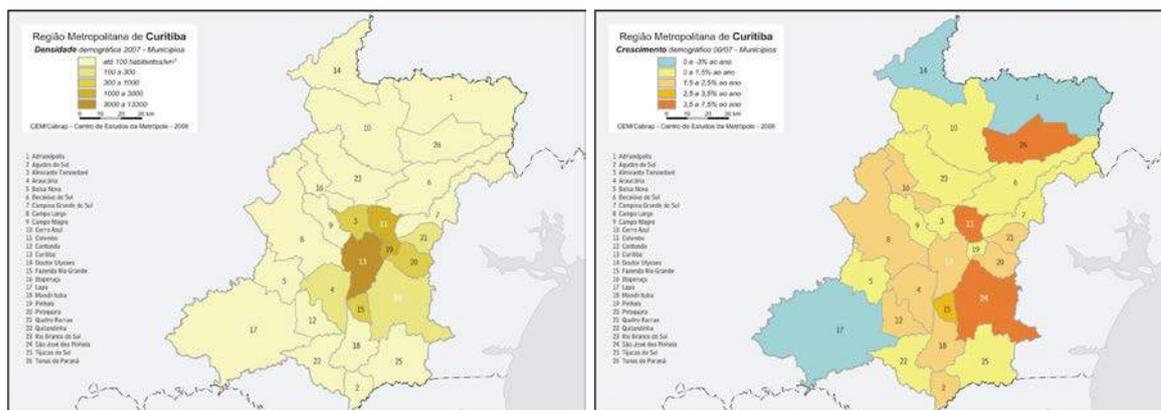
2.1.1.2. *INSERÇÃO REGIONAL - CONTEXTO SOCIAL, AMBIENTAL E ECONÔMICO*

A construção da identidade da **Faculdade CESUMAR** é fundamentada sob o contexto regional de onde esta inserida. A IES preocupa-se com a melhoria da qualidade de vida da população e entende que a sua atividade e função de natureza educacional e social é uma importante ferramenta difusora do conhecimento e catalisadora do desenvolvimento da região. Para conhecer o contexto em que esta inserida, a Faculdade realizou um estudo sintetizando as informações da região para desenhar o cenário de Curitiba e das cidades vizinhas com o intuito de traçar o perfil econômico, social, cultural, político e ambiental. Dessa forma, fundado nessas variáveis, a IES desenvolveu suas políticas Institucionais e planejamento pensando as suas atividades a longo prazo na região, com o intuito de desenvolver ensino, pesquisa e extensão, na graduação e na pós-graduação.

2.1.1.2.1. CARACTERIZAÇÃO DA CIDADE E LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

Situada na região do primeiro planalto paranaense, a aproximadamente 110 km do litoral do estado, Curitiba é um município localizado no sudeste do estado do Paraná, congrega um complexo de atrativos naturais, históricos e culturais proporcionando aos visitantes múltiplas oportunidades de lazer, cultura e turismo, além de contar com uma rede hoteleira, gastronômica e várias indústrias na área da alimentação, automobilística e de

tecnologia. Curitiba conta, atualmente, com uma população estimada em 1.893.997 habitantes (IBGE/2016) e é o núcleo da região mais populosa do estado do Paraná, composto por 29 municípios com mais de 3.429.888 habitantes (IBGE/2014). A cidade, também conhecida como “Cidade Modelo”, "Cidade Ecológica" e "Capital das Araucárias", é a mais populosa do estado e a oitava do país.



A capital Curitiba é altamente desenvolvida nos campos de prestação de serviços, industrial, social e cultural, com status de ponto estratégico no estado do Paraná, com um entroncamento rododiferroviário que faz conexões do estado de São Paulo, Oeste e Norte do Paraná com o Porto de Paranaguá e o aeroporto internacional de Curitiba (Afonso Pena). O município é ponto de passagem para a exportação de produtos pelo aeroporto e porto, além também pelo Corredor do MERCOSUL, rodovia (BR) que liga o Sudeste do Brasil aos países do MERCOSUL.

2.1.1.2.2. HISTÓRIA, MEIO AMBIENTE E PERFIL DA POPULAÇÃO

O nome Curitiba tem origem no Guarani, língua indígena, que quer dizer “*grande quantidade de pinheiros, pinheiral*”. A espécie *Araucaria Angustifolia*, pinheiro-do-Paraná, tem um formato de copa distinto e característico da espécie, produzindo a semente denominada de pinhão, fonte de proteína e alimento de grande consumo na culinária regional paranaense. O pinhão também serve de alimento à gralha-azul (*Cyanocorax caeruleus*), uma espécie de pássaro ameaçada de extinção. Relata-se em uma lenda, que a gralha-azul colhia o pinhão com o bico e o enterrava no solo para consumo posterior. Desses pinhões enterrados acabavam nascendo novos pinheiros.

O ciclo do tropeirismo, que se estendeu ao início do século XX, ainda hoje tem grande influência na cultura e costumes da região de Curitiba, cuja população preserva muitos hábitos herdados dos tropeiros, em sua maioria de origem gaúcha. A denominação Cidade Ecológica, trata-se de uma definição que integra critérios de desenvolvimento urbano aliado à preservação e recuperação do meio ambiente. A cidade é considerada uma das metrópoles brasileiras mais bem planejadas, organizada e com ótima qualidade de vida. A cidade preserva extensas áreas verdes e parques, preservando o ambiente com a sua fauna e flora rica e diversificada. Por sua criatividade em soluções de urbanismo e suas inovações tecnológicas na mobilidade urbana, Curitiba é considerada cidade modelo de planejamento inclusive fora do Brasil.

Com relação à população, Curitiba é composta das mais diversas etnias. Em seus primórdios, ela se deu pela soma de desbravadores portugueses, tropeiros e famílias ilustres vindas principalmente Alemanha, Itália, Polônia e Ucrânia, contribuindo para a diversidade cultural até hoje permanente e lembrada nos parques da cidade. Devido a esta riqueza étnica, a cidade passou a ter características diversas, que podem ser observadas através da arquitetura, gastronomia, clubes sociais, danças típicas, bandas de música, igrejas, escolas e cinemas. Com a vinda dos imigrantes, registrou-se um crescimento populacional nas áreas rurais, e simultaneamente na urbana, onde surgem as principais casas comerciais, fábricas, bem como prestação de outros serviços e mão-de-obra qualificada.

COR / RAÇA	POPULAÇÃO
Branca	1.380.012
Preta	49.320
Amarela	23.888
Parda	296.140
Indígena	2.421
Sem declaração da cor / raça	126
TOTAL	1.751.907

FONTE: IBGE - Censo Demográfico - Dados da amostra
NOTA: Posição dos dados, no site da fonte, 14 de maio e 28 de julho de 2014.

No contexto da área da saúde, Curitiba é referência em qualidade de hospitais e atendimento especializado no estado do Paraná. Considerando a importância da cidade no contexto da saúde regional, o Plano Municipal de Saúde elaborado pela Secretaria Municipal

de Saúde, em consonância com o Plano de Governo de Curitiba, estabelece um planejamento com ações estratégicas para Estruturar as Redes de atenção e vigilância à saúde, incorporação de novas tecnologias em saúde, Cuidados à Pessoa com Deficiência, instituição da Política de Educação Permanente, de forma a qualificar os profissionais de todos os níveis e pontos de atenção à saúde no âmbito do município, além de estimular programas de prevenção e manutenção da saúde junto à comunidade com os projetos de desenvolvimento de academias ao ar livre, circuitos de corrida e maratona de Curitiba, política pública de atividade física e qualidade de vida na cidade e Projeto Curitibatização com programas municipais de atividades sistematizadas ao atendimento da população de todas as faixas etárias. Esse cenário ratifica a demanda de mercado existente e a necessidade de haver cursos que se destacam pela qualidade acadêmica, atendendo uma fatia de mercado específica, em que a Faculdade em forma de convênio pode procurar contribuir com o desenvolvimento do município e da região.

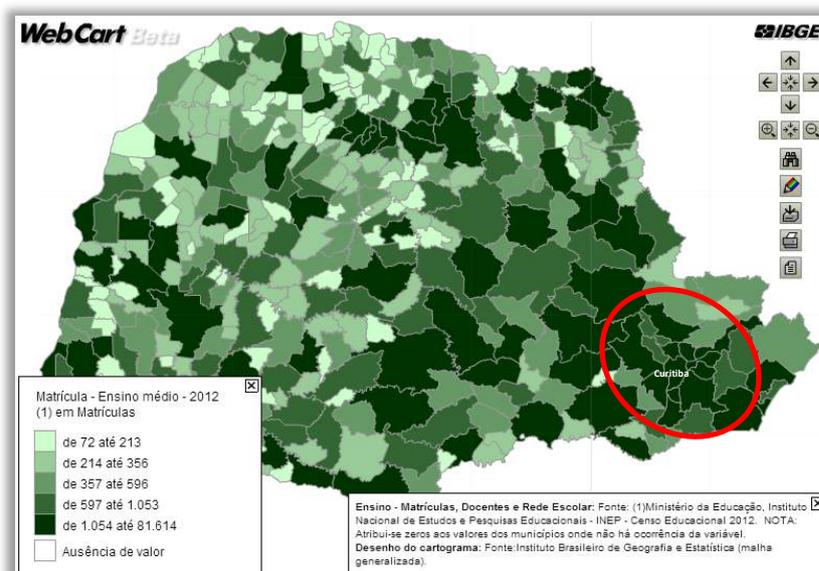
NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE SEGUNDO O TIPO DE ESTABELECIMENTO - 2015	
TIPO DE ESTABELECIMENTO	NÚMERO
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS (1)	5.664
Centro de atenção psicossocial (CAPS)	15
Centro de saúde / Unidade básica de saúde	111
Clínica especializada / Ambulatório especializado	321
Consultórios	4.240
Hospital geral	42
Policlínica	365
Posto de saúde	2
Unidades de pronto atendimento (UPAs)	9
Unidade de serviço de apoio de diagnose e terapia	449
Unidade de vigilância em saúde	2
Unidade móvel de nível pré-hospitalar - urgência / emergência	29

FONTE: MS/CNES

POPULAÇÃO CENSITÁRIA SEGUNDO TIPO DE DEFICIÊNCIA - 2010	
TIPO DE DEFICIÊNCIA	POPULAÇÃO
Nenhuma	1.396.500
Pelo menos uma das deficiências investigadas (1)	354.964
Visual	268.196
Auditiva	79.184
Física e/ou motora	95.335
Mental e/ou intelectual	21.880
Sem declaração	443
TOTAL	1.751.907

FONTE: IBGE - Censo Demográfico - Dados da amostra
 NOTA: Posição dos dados, no site da fonte, 14 de maio e 28 de julho de 2014.
 (1) A mesma pessoa pode apresentar mais de um tipo de deficiência.

Na área da educação, pela terceira vez consecutiva, teve o melhor desempenho entre as capitais brasileiras no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Em termos de números de matrículas de alunos no ensino fundamental e médio, Curitiba apresenta em ambos cenários o maior número de matrículas do estado do Paraná, contando também com alto índice de matrículas nas cidades vizinhas. Esse cenário é um indicador importante porque indica que a região é potencialmente favorável à migração de alunos das regiões vizinhas para cursar um curso de ensino superior na cidade de Curitiba.



MATRÍCULAS NO ENSINO REGULAR SEGUNDO A MODALIDADE DE ENSINO E A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - 2015

MODALIDADE DE ENSINO	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR	TOTAL
Educação infantil	117	-	35.740	32.024	67.881
Creche	104	-	24.055	15.091	39.250
Pré-escolar	13	-	11.685	16.933	28.631
Ensino fundamental (1)	439	69.766	91.642	60.105	221.952
Ensino médio (2)	1.958	56.059	-	20.798	78.815
Educação profissional	2.443	5.174	-	13.885	21.502
TOTAL	4.957	130.999	127.382	126.812	390.150

FONTE: MEC/INEP

(1) Inclui matrículas do ensino de 8 e 9 anos.

(2) Inclui as matrículas do ensino médio propedêutico, do ensino integrado à educação profissional e do ensino normal e/ou magistério.

Rede de Ensino	Quantidade de Escolas	Quantidade de Alunos
Municipal	180	34.041
Estadual	162	55.948
Privada	86	14.753
Federal	4	1.675

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)

2.1.1.2.3. PERFIL ECONÔMICO

A grande riqueza econômica de Curitiba e região metropolitana se deve à população de mais de três milhões de habitantes. A cidade se destaca por ter a economia mais forte do sul do país (IBGE, 2013), contando com a exportação das novecentas fábricas instaladas no bairro Cidade Industrial e das duas grandes indústrias automobilísticas que estão localizadas na Grande Curitiba, Renault e Volkswagen. No histórico da cidade, ela foi eleita várias vezes como "A Melhor Cidade Brasileira Para Negócios", segundo ranking elaborado pela revista Exame, em parceria com a consultoria Simonsen & Associados (Paraná online, 2002) e em julho de 2001, Curitiba tornou-se a primeira cidade a receber o prêmio "Polo de Informática" concedido pela revista Info Exame, pelo desempenho de suas empresas de tecnologia.

A capital paranaense tem sido premiada internacionalmente e é considerada referência como cidade e recebeu os títulos de 2ª Melhor Cidade para Negócios no Brasil e 5ª Melhor Cidade da América Latina para Negócios, segundo a Revista América Economia/2005 e 2006; o de Melhor Destino de Negócios, de acordo com a Revista Veja/2007; 3ª Colocada entre as Campeãs de Infraestrutura, Revista Exame/2006; 2ª Melhor Cidade do Sul do Brasil para se Trabalhar, pela Revista Você S.A./2005, Melhor Qualidade de Vida do Brasil, segundo o Índice Firjan de Desenvolvimento (IFDM)/2005 e 2007.

Com um parque industrial de 43 milhões de metros quadrados, a região metropolitana de Curitiba atraiu grandes empresas como ExxonMobil, Elma Chips, Sadia, Kraft Foods, Siemens, Johnson Controls e HSBC, bem como grandes empresas locais - O Boticário, Positivo Informática e GVT, por exemplo. Além de centro comercial e cultural, a cidade possui um importante e diversificado parque industrial, incluindo um dos maiores polos automotivos do país e o principal terminal aeroviário internacional da região Sul, o Aeroporto Internacional Afonso Pena.

VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS BÁSICOS SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADES - 2013	
RAMOS DE ATIVIDADES	VALOR (R\$ 1.000,00)
Agropecuária	10.374
Indústria	15.232.406
Serviços	42.164.530
Administração pública	6.590.072
TOTAL	63.997.382

FONTE: IBGE, IPARDES
NOTA: Nova metodologia. Referência 2010. Dados do último ano disponível estarão sujeitos à revisão quando da próxima divulgação. Diferenças encontradas são em razão dos arredondamentos.

A localização, aliada a excelência de sua infraestrutura em termos de transportes, oferta de energia elétrica e fóssil, telecomunicações, abastecimento de água, saneamento e estruturação urbana, tem motivado investimentos de sólidos grupos nacionais e internacionais, fazendo da região um dos mais importantes polos industriais do Brasil, colocando-se entre os que mais têm crescido nos últimos anos. Hoje a capital trabalha para se transformar em uma Tecnópolis, com o objetivo é atrair empresas de alta tecnologia e

não poluentes que garantam uma economia sustentável com geração de emprego e renda para a população.

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E EMPREGOS SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS - 2014

ATIVIDADES ECONÔMICAS (SETORES E SUBSETORES DO IBGE(1))	ESTABELECIMENTOS	EMPREGOS
INDÚSTRIA	5.111	118.673
Extração de minerais	25	235
Transformação	4.980	98.924
Produtos minerais não metálicos	197	2.468
Metalúrgica	855	9.656
Mecânica	543	19.276
Material elétrico e de comunicações	160	5.062
Material de transporte	120	13.055
Madeira e do mobiliário	462	4.299
Papel, papelão, editorial e gráfica	648	10.318
Borracha, fumo, couros, peles e produtos similares e indústria diversa	393	4.301
Química, de produtos farmacêuticos, veterinários, de perfumaria, sabões, velas e matérias plásticas	313	7.162
Têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	529	3.590
Calçados	8	108
Produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico	752	19.629
Serviços industriais de utilidade pública	106	19.514
CONSTRUÇÃO CIVIL	3.609	51.372
COMÉRCIO	23.563	162.767
Comércio varejista	21.038	137.764
Comércio atacadista	2.525	25.003
SERVIÇOS	29.589	609.432
Instituições de crédito, seguros e de capitalização	1.145	25.866
Administradoras de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos profissionais, auxiliar de atividade econômica	12.314	151.930
Transporte e comunicações	3.263	54.107
Serviços de alojamento, alimentação, reparo, manutenção, radiodifusão e televisão	8.112	91.273
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	3.338	41.374
Ensino	1.313	45.387
Administração pública direta e indireta	104	199.495
AGROPECUÁRIA (agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca)	278	1.423
ATIVIDADE NÃO ESPECIFICADA OU CLASSIFICADA	-	-
TOTAL	62.150	943.667

FONTE: MTE/RAIS

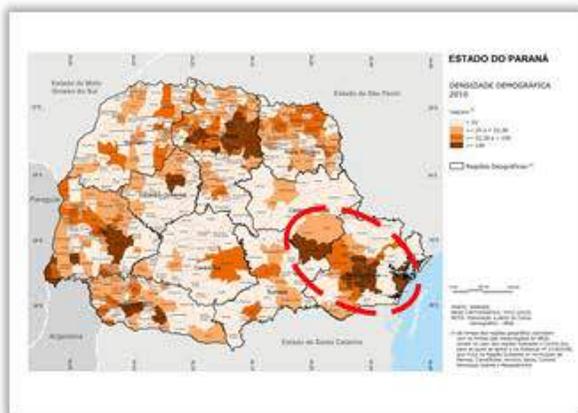
POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS - 2010

ATIVIDADES ECONÔMICAS (1)	Nº DE PESSOAS
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	7.608
Indústrias extrativas	3.322
Indústrias de transformação	122.150
Eletricidade e gás	4.768
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	7.170
Construção	55.137
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	177.513
Transporte, armazenagem e correio	44.297
Alojamento e alimentação	34.875
Informação e comunicação	29.461
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	29.953
Atividades imobiliárias	8.239
Atividades profissionais, científicas e técnicas	54.891
Atividades administrativas e serviços complementares	44.899
Administração pública, defesa e seguridade social	46.611
Educação	62.565
Saúde humana e serviços sociais	48.945
Artes, cultura, esporte e recreação	11.682
Outras atividades de serviços	30.650
Serviços domésticos	43.108
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	96
Atividades mal especificadas	79.255
TOTAL	947.195

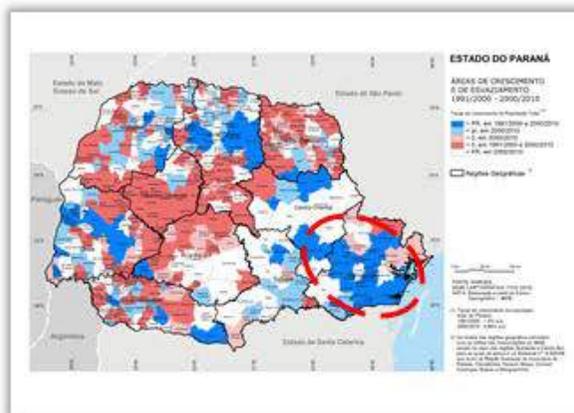
FONTE: IBGE - Censo Demográfico - Dados da amostra

(1) A classificação da atividade econômica é pela Classificação Nacional de Atividade Econômica Domiciliar (CNAE Domiciliar 2.0).

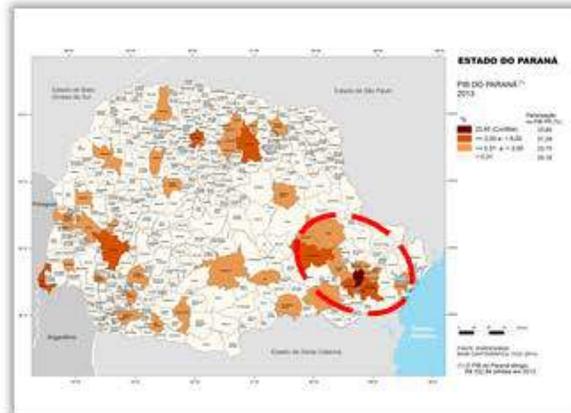
Perfis dos Municípios do Estado do Paraná e Cenário em Curitiba e Região Metropolitana



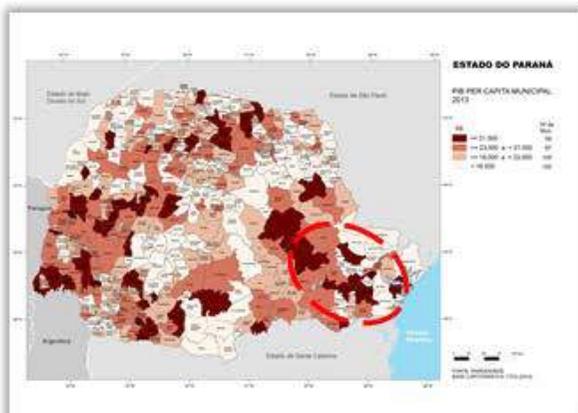
Cidade de Densidade Demográfica Alta



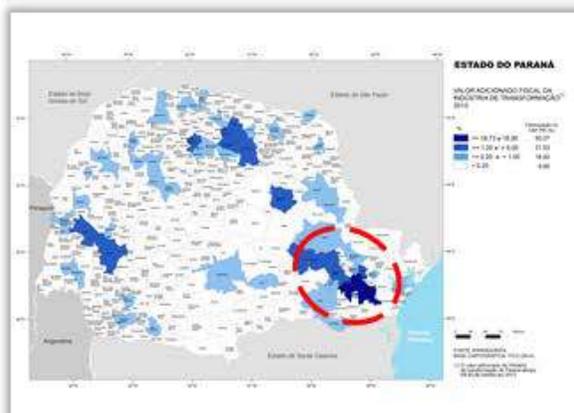
Região Metropolitana de Crescimento Populacional Alto



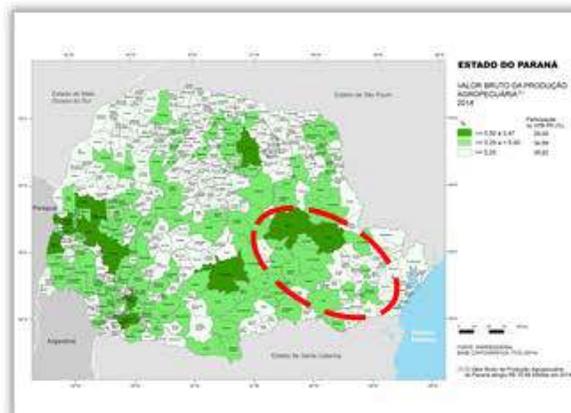
Cidade de PIB Alto



Cidade de PIB Per Capta Alto



Cidade de Valor Adicionado Fiscal da Indústria Alto



Região leste do estado de Valor Bruto da Produção Agropecuária Médio a Alto

2.1.1.2.4. INSERÇÃO DA IES E DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Conforme análise dos indicadores que traçam os perfis social, econômico, cultural, político e ambiental, a cidade de Curitiba e Região se apresenta como um grande polo para desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão. Pelo fato da cidade ser um polo econômico, político, artístico e cultural, a **Faculdade CESUMAR** enxergou na região a possibilidade de desenvolvimento de cursos de graduação e pós-graduação nas três áreas do conhecimento em que se organizou: I) Centro de Ciências Biológicas e da Saúde; II) Centro de Ciências Exatas, Tecnológicas e Agrárias; e III) Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

A **Faculdade CESUMAR** entende que o curso de graduação de bacharelado em **Relações Internacionais** tem uma importância ainda maior para a formação de pesquisadores e profissionais de elevado nível para contribuir com o desenvolvimento científico e tecnológico da região. Nesse sentido, o curso de **Relações Internacionais** visa formar formando profissionais com múltiplas habilidades e altamente qualificados, adaptando-se a um mercado bastante promissor e com ampla necessidade de indivíduos capacitados para operar nos mais diversos âmbitos da arena internacional.

Sob o contexto da inserção da IES, a **Faculdade CESUMAR** também enxergou a necessidade de contribuir com a oferta da educação em forma de cursos de extensão e projetos culturais para promover a melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na cidade. Segundo o último dado censitário do IBGE, o IDH de Curitiba encontra-se no nível alto, na faixa de 0,82, entretanto, o índice referente ao indicador da educação encontra-se na faixa do nível médio (0,768), necessitando de melhoria na escolaridade da população para consolidar a aumento do IDH no município.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH-M) - 2010		
INFORMAÇÃO	ÍNDICE (1)	UNIDADE
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M)	0,823	
IDHM - Longevidade	0,855	
Esperança de vida ao nascer	76,30	anos
IDHM - Educação	0,768	
Escolaridade da população adulta	0,74	
Fluxo escolar da população jovem (Frequência escolar)	0,78	
IDHM - Renda	0,850	
Renda per capita	1.581,04	R\$ 1,00
Classificação na unidade da federação	1	
Classificação nacional	10	

FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - PNUD, IPEA, FJP
 NOTA: Os dados utilizados foram extraídos dos Censos Demográficos do IBGE.
 (1) O índice varia de 0 (zero) a 1 (um) e apresenta as seguintes faixas de desenvolvimento humano municipal: 0,000 a 0,499 - muito baixo; 0,500 a 0,599 - baixo; 0,600 a 0,699 - médio; 0,700 a 0,799 - alto e 0,800 e mais - muito alto.

Um outro indicador relevante considerado pela IES é o Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM). Esse índice foi desenvolvido pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e é uma estatística oficial e pública que analisa o desempenho dos municípios na saúde, educação e emprego, renda e produção agropecuária. O IPDM, a princípio, avalia a responsabilidade da gerência das prefeituras, entretanto, é importante destacar que os resultados não dependem exclusivamente destas, mas sim de ações conjuntas e de responsabilidade das três esferas de governo, bem como do empresariado e da sociedade civil organizada. Nesse contexto, avaliando o Índice Geral de Curitiba (0,87 - Alto) e o índice específico de cada área da pesquisa, a IES observou que há demanda no município para desenvolvimento de ações da **Faculdade CESUMAR** para contribuir com a manutenção do bom cenário alcançado pelo município.

ÍNDICE IPARDES DE DESEMPENHO MUNICIPAL (IPDM) - 2013	
INFORMAÇÃO	ÍNDICE
IPDM - Emprego, renda e produção agropecuária	0,8698
IPDM - Educação	0,8268
IPDM - Saúde	0,9112
Índice IPARDES de desempenho municipal (IPDM)	0,8693

FONTE: IPARDES
 NOTA: O desempenho municipal é expresso por um índice cujo valor varia entre 0 e 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior o nível de desempenho do município com relação ao referido indicador ou o índice final. Com base no valor do índice os municípios foram classificados em quatro grupos: baixo desempenho (0,000 a < 0,400); médio baixo desempenho (0,400 a < 0,600); médio desempenho (0,600 a < 0,800); e, alto desempenho (0,800 a 1,000).

Dessa forma, diante das avaliações dos indicadores estudados, a **Faculdade CESUMAR** entende que a formação de profissionais em nível superior nas diversas áreas do conhecimento, fundada na geração de conhecimentos, métodos e novas técnicas desenvolvidas nas pesquisas de iniciação científica e nos Programas de Pós-Graduação, hão de contribuir para alavancar o desenvolvimento científico, tecnológico, político e social da região com a geração de conhecimentos e difusão à comunidade.

Diante dessa perspectiva, a **Faculdade CESUMAR** desenvolveu suas políticas de ensino, pesquisa e extensão, pilares do desenvolvimento do ensino superior, com a função orientar e contribuir para a formação profissional e cidadã dos alunos da Instituição.

2.2 Concepção do Curso

DADOS GERAIS

Curso	Relações Internacionais
Modalidade	Presencial
Grau	Bacharelado

MATRIZ CURRICULAR

Turno	Periodicidade	Integralização	Vagas Anuais	Carga Horária do Curso
Matutino	Anual	4 anos	100	2.966 horas
Noturno	Anual	4 anos	100	2.966 horas

COORDENADOR

Nome	Titulação	Vínculo Empregatício	Regime de Trabalho
Ligia Regina Pereira	Especialista	CLT	Integral
Reginaldo Aparecido Carneiro (Adjunto)	Mestre	CLT	Integral

ENDEREÇO DA OFERTA

Campus	Endereço	Bairro	Cidade	CEP
Unidade Sede 1	R. Itajubá, 673	Portão	Curitiba-PR	81070-190

A **Faculdade CESUMAR** busca sempre estar em sintonia com as necessidades da comunidade. Com base na sua missão, visão e finalidades, a Faculdade mantém-se atualizada na oferta de ensino solicitando ao MEC autorização de cursos que estejam em consonância com as demandas por profissionais qualificados para atuação no mercado de trabalho e desenvolvimento da economia local, regional e nacional.

2.3 Forma de Ingresso no Curso e na IES

O ingresso nos cursos de graduação se verifica por processo seletivo de acesso e deve abranger conhecimentos comuns a diversas formas de escolaridade do ensino médio, sem ultrapassar esse nível de complexidade, para avaliar a formação recebida pelos candidatos e sua aptidão intelectual para os estudos superiores.

A forma de realização do processo de ingresso é anunciada por meio de edital publicado em local próprio da **Faculdade CESUMAR** observadas às normas e a legislação vigente, do qual deve constar, dentre outras informações, os cursos e o número de vagas, o prazo de inscrição, a documentação necessária, os critérios de classificação e desempate e outros esclarecimentos de interesse dos candidatos.

Têm direito e preferência à matrícula dentro do limite de vagas ofertadas, os candidatos que atingirem o maior número de pontos. No caso de empate na classificação, o desempate é feito, segundo os critérios aprovados pelo Conselho Superior.

Quando o número de candidatos classificados não preencher as vagas fixadas pode ser aberto novo processo seletivo, para preenchimento das vagas existentes, observada a legislação vigente.

Após convocação dos candidatos aprovados no processo seletivo de ingresso, restando vagas, estas podem ser preenchidas por portadores de diploma de graduação ou para transferência de discentes de outras instituições de educação superior, mediante processo seletivo.

Dos instrumentos de avaliação para seleção não é concedido revisão e seus resultados, para efeito de matrícula, são válidos apenas para o período letivo a que se destinam.

Na ocasião da publicação do edital de abertura do processo seletivo para ingresso, a **Faculdade CESUMAR** deve informar aos interessados, através de catálogo, as condições de oferta dos cursos, incluindo os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos docentes, recursos disponíveis, critérios de avaliação, taxas e demais informações, conforme orientação do Ministério da Educação.

As normas complementares à execução do processo seletivo de ingresso aos cursos de graduação serão aprovadas pelo Conselho Superior.

2.4 Políticas Institucionais no âmbito do Curso

A **Faculdade CESUMAR**, com a missão de “promover a educação de qualidade nas diferentes áreas do conhecimento, formando profissionais cidadãos que contribuam para o desenvolvimento de uma sociedade justa e solidária”, oferecerá cursos de graduação (bacharelado, tecnólogo e licenciatura), pós-graduação e extensão, por meio de práticas pedagógicas contextualizadas e críticas, estimuladoras e promotoras da cidadania.

A **Faculdade CESUMAR**, em seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI buscará por meio da educação, valorizar o homem em sua dimensão holística, para que possa realizar suas aspirações maiores que lhe darão a identidade no tempo e no espaço, como agente de transformação social, na construção de sua história, apontando caminhos dentro das oportunidades de desenvolvimento da região.

2.4.1. Política de Ensino – O Ensino de Qualidade

A **Faculdade CESUMAR** mantém cursos de graduação na modalidade presencial organizados em três áreas do conhecimento: a) Ciências Humanas e Sociais e Aplicadas; b) Ciências Exatas, Tecnológicas e Agrárias; c) Ciências Biológicas e da Saúde.

Com base nos esclarecimentos que orientam a organização didático-pedagógica, a **Faculdade CESUMAR** estabelece as políticas de ensino, a saber:

- I. Manter estudos constantes da carga horária dos cursos de graduação, de modo a atender o mínimo exigido pelas diretrizes curriculares que orientam cada curso, deixando eventuais especializações para programas a serem desenvolvidos em cursos de pós-graduação lato sensu;
- II. Garantir que, nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, haja lugar para a iniciação científica, a prática da monitoria, as atividades científico-culturais e artísticas, os estágios curriculares e extracurriculares e a participação em projetos de extensão junto à comunidade acadêmica e à comunidade externa;
- III. Flexibilizar os currículos dos cursos de graduação de modo a conter pluralidade de linhas de pensamento, definir conteúdos teóricos básicos e práticas profissionalizantes essenciais para a constituição de competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos, na perspectiva do “aprender a aprender”;
- IV. Estabelecer procedimentos para o bom andamento de estágios, TCCs, monografias, exercício da monitoria, iniciação científica e demais atividades práticas que integram o currículo dos cursos;
- V. Aprimorar ações de nivelamento de conteúdos que deveriam ter sido adquiridos pelos alunos no ensino médio, principalmente no que tange às competências necessárias para a expressão escrita em língua portuguesa e fundamentos de matemática, cálculo, física, química e biologia;
- VI. Aprimorar, na organização curricular de cada curso de graduação, a disciplina de formação sociocultural e ética de forma a despertar a consciência sobre os acontecimentos do seu entorno social;
- VII. Adotar estratégias didático-pedagógicas adequadas ao fomento da capacidade empreendedora do aluno;
- VIII. Organizar um sistema de acompanhamento do aluno egresso, dos cursos de graduação, vistos não só como instrumentos de avaliação dos resultados finais do processo ensino-aprendizagem, como também de apoio para o prosseguimento dos estudos, na perspectiva da educação continuada;

- IX. Manter políticas para a renovação dos recursos materiais, equipamentos, laboratórios e biblioteca de acordo com as necessidades demonstradas nos projetos pedagógicos dos cursos;
- X. Atualizar sistematicamente os projetos pedagógicos dos cursos de graduação, a partir de suas avaliações internas e externas;
- XI. Analisar a evolução dos cursos existentes para a redefinição do PDI, respeitando seu período de vigência;
- XII. Dar continuidade aos cursos de capacitação específicos para as áreas de didática e metodologia do ensino aos docentes;
- XIII. Acompanhar a adequação dos currículos às novas exigências sociais, observadas as diretrizes curriculares para os cursos de graduação;
- XIV. Estimular a prática de elaboração e recursos didáticos por meio do uso de novas tecnologias de comunicação e informação;
- XV. Aprimorar os instrumentos de avaliação do desempenho escolar do corpo discente e da avaliação dos docentes pelos discentes, com o propósito de aperfeiçoar o programa de avaliação institucional;
- XVI. Aprimorar as ações integradoras das teorias e das práticas profissionais;
- XVII. Acompanhar o tempo efetivo de dedicação dos alunos às atividades acadêmicas e de produção científica realizada;
- XVIII. Aprimorar e incentivar o uso adequado da biblioteca e dos laboratórios como meio de aprendizagem;
- XIX. Aprimorar os programas de incentivo à leitura para o corpo docente e discente.

Portanto, de acordo com as orientações emanadas pelo Ministério da Educação e com os princípios da **Faculdade CESUMAR**, é dada importância ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Plano Pedagógico de Curso (PPC) e Currículo como documentos nos quais explicitam o posicionamento a respeito da sociedade, da educação e do ser humano, assegurando o cumprimento de suas políticas e ações.

Neste contexto, o projeto, o plano e o currículo, muito mais que documentos técnico-burocráticos, constituem em instrumentos de ação política e pedagógica que garantem aos discentes uma formação global e crítica de modo a capacitá-los profissionalmente, e a proporcionar o desenvolvimento pessoal/profissional para o pleno exercício da cidadania.

O PDI e o Currículo, este como parte integrante do PPC, são elaborados, analisados e avaliados respeitando as características da **Faculdade CESUMAR** e da região onde está inserida. Desta forma, seguindo as orientações emanadas no PDI, no PPI, e organizados em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais, este PPC foi concebido.

Além disto, considera que, apesar da diversidade de caminhos, não há distinção hierárquica entre PPI e PPC, devendo ambos constituir um processo dinâmico, intencional, legítimo, transparente, em constante interconexão com o contexto da **Faculdade CESUMAR**. Como política institucional, busca-se continuamente a articulação entre a gestão institucional e a gestão do curso, bem como a adequação e implantação das políticas institucionais constantes no PDI.

No âmbito do Curso, as políticas institucionais permeiam a sua concepção com vinculações claras. Durante a formação os discentes serão instados a admitirem as diversidades e trabalharem em equipes. Assim ocorre na realização de atividades em sala de aula ou de aulas práticas em campo, onde os discentes tem que exercitar a discussão científica e técnica com colegas acadêmicos. Ocorre também em estágios supervisionados em que o discente é posto frente a situações do mundo real sem o aparato do orientador imediato, ou seja, existirá um tempo em que as respostas, análises e argumentações deverão ser pautadas exclusivamente nos conhecimentos do próprio discente, em sua capacidade de relacionamento com pessoas, em sua capacidade de conduzir soluções com objetivos concorrentes. E, mesmo que seu desempenho possa ser satisfatório sua avaliação fica dependente do local de estágio conveniado.

Como pode se deparar, as situações de aprendizagem são muitas, mas pelas políticas gerais precisam formar um profissional cidadão comprometido com uma sociedade justa. Tudo isso é centrado no ensino por ser a principal atividade acadêmica. A **Faculdade CESUMAR** quer o ensino de qualidade em vista da transformação social que isto pode trazer. É por isto que em tudo que será feito na formação do acadêmico priorizar-se-á uma

pedagogia transformadora, ou seja, priorizar a compreensão da realidade, exercitar a reflexão, analisar cientificamente primeiro os aspectos qualitativos para em seguida tratar os quantitativos, e, além disso, ter uma avaliação diagnóstica (permite correção de rumos). Os docentes serão orientados a propor avaliações em que o discente tem, sobre os temas estudados, uma aplicação, uma análise, ou uma avaliação a fazer. As provas bimestrais devem retratar as habilidades a serem treinadas e todas elas serão analisadas pelo Coordenador de Curso. A transformação social ocorrerá naturalmente pelas atitudes adquiridas, pelo comportamento demonstrado com colegas de curso, com a comunidade acadêmica e administrativa (discentes e docentes, e técnico-administrativos) e ainda nas jornadas científicas onde ocorrerá intenso relacionamento com o público, nas visitas técnicas ao conhecer os tipos de atuações a que estarão sujeitos e o grau de responsabilidade de sua futura profissão. Por fim no estágio supervisionado em que terão a oportunidade de colocar em prática ao menos parte dos conhecimentos aprendidos, mas ficarão expostos à avaliação de responsáveis que não têm o foco acadêmico e sim empresarial.

A missão institucional não deixa dúvidas sobre a intenção de praticar ensino de qualidade e formar profissionais cidadãos para desenvolverem uma sociedade justa e solidária. Essa articulação só poderá ser alcançada se houver na academia uma articulação semelhante conhecida por integração entre ensino, pesquisa, e extensão. Somente o trabalho sinérgico de gestores, docentes, discentes, e técnicos poderá conduzir a instituição ao caminho dessa relevante articulação. Muitas são as maneiras de caminhar por ela. Varia de instituição para instituição, de curso para curso. A integração entre ensino, pesquisa, e extensão terá a seguinte via: os docentes serão instados a pesquisarem e a discutirem suas pesquisas em sala de aula, em suas orientações de trabalho de conclusão de curso, em trabalhos de iniciação científica. Serão também instados a andarem na fronteira do conhecimento e da tecnologia a ser transmitida aos discentes, não com notícia e sim com responsabilidade consequente de aplicação, adaptação, e dimensionamento. Paralelamente os discentes serão convocados e estimulados por meio de bolsas a participarem em programas de iniciação científica por meio de projetos desenvolvidos sob a orientação docente, nos laboratórios da instituição. A extensão é consequência natural na medida em

que se cultiva o hábito de divulgar a ciência e seus resultados, e a tecnologia, bem como o hábito de compartilhar informações e conhecimentos.

2.4.1.1. FLEXIBILIZAÇÃO E GESTÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

- I. A composição do currículo será resultado da discussão coletiva do projeto político pedagógico e deverá contemplar um núcleo que caracterize a identidade do curso e em torno do qual se construa uma estrutura que viabilize uma formação mais generalista e que aproveite todas as possibilidades e todos os espaços de aprendizado possíveis;
- II. A especificidade de cada curso deve definir a flexibilização pretendida. Logo, o projeto político pedagógico é o orientador para a flexibilização do currículo de cada curso e não deve resumir a mera reorganização de um conjunto de disciplinas;
- III. Antes de qualquer ação concreta no âmbito da flexibilização é preciso definir qual a orientação que vai reger esse processo curricular;
- IV. As atividades complementares devem contribuir para a flexibilização curricular, mas não devem ser consideradas o único meio de realizá-la;
- V. O conteúdo das disciplinas deve refletir a flexibilização, mas as disciplinas não devem ser, assim como as atividades complementares, o único caminho para realizá-la;
- VI. Disciplinas e atividades complementares devem expressar a articulação das concepções político-pedagógicas que orientam a flexibilização curricular, não se limitando ao simples aumento da carga horária;
- VII. O projeto pedagógico do curso deve contemplar os procedimentos necessários à mobilidade acadêmica visando proximidade dos sujeitos às experiências oriundas de diferentes trajetórias intra e interinstitucional;
- VIII. Buscar condições para que as diferentes demandas diagnosticadas possam conduzir uma formação social e profissional diversificada, superando,

inclusive, as limitações impostas aos acadêmicos que frequentam os cursos noturnos;

- IX. Desenvolver ao longo do curso ações pedagógicas que permitam interface real entre o ensino, a pesquisa e a extensão, com o propósito de produzir novos conhecimentos, a partir de processos investigativos demandados pelas necessidades sociais.

2.4.1.2. FLEXIBILIZAÇÃO E OS PROCESSOS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

O colegiado de Curso é o fórum privilegiado de discussão e implementação da flexibilização:

- I. A administração superior deve acompanhar os trabalhos realizados no âmbito das instâncias colegiadas responsáveis pelo curso, de forma que estas apresentem propostas que sejam exequíveis, pois as condições necessárias para a implementação da flexibilização compreendem desde a estrutura do sistema de controle acadêmico até a necessidade de investimentos em recursos humanos;
- II. É preciso manter revisão constante da legislação acadêmica, considerando-se que esta resulta das concepções que norteiam e definem o perfil da instituição.

2.4.1.3. FLEXIBILIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

- I. A avaliação institucional é imprescindível para o planejamento de ações concretas e consequentes no âmbito da flexibilização;
- II. A avaliação da aprendizagem deve contemplar mecanismos capazes de verificar a concretização do perfil acadêmico pretendido;
- III. A verificação da qualidade de ensino supõe uma avaliação de critérios e parâmetros previamente estabelecidos que façam referência às mudanças pretendidas com a flexibilização e que contribuam com a construção permanente do projeto pedagógico de cada curso;

- IV. É importante definir e regulamentar formas de avaliação de saberes prévios adquiridos em outros espaços de aprendizagem, além de espaço da academia, conforme os princípios da flexibilização.

2.4.2. Política de Extensão universitária – Articulação com a Sociedade

A articulação e a integração da **Faculdade CESUMAR** com a sociedade ocorrerá por meio da extensão universitária, a partir dos projetos, eventos e cursos de extensão, da cooperação interinstitucional e da prestação de serviços.

Em consonância com a missão institucional e as orientações do PPI visa garantir a excelência de ensino e a qualidade na pesquisa e na extensão. A instituição pretende possuir um corpo docente formado em sua maioria por doutores e mestres e uma equipe de técnicos e profissionais preparados para o desenvolvimento das atividades necessárias ao bom desempenho da **Faculdade CESUMAR**.

A **Faculdade CESUMAR** ampliará suas ações extensionistas visando ao cumprimento de sua missão e também seu compromisso com a sociedade.

A consolidação da extensão universitária exige políticas e normas de operacionalização definidas e socializadas na comunidade universitária com vistas ao acompanhamento e à avaliação sistemática desse processo, indispensável na formação do aluno e no intercâmbio com a comunidade.

A política de Extensão Universitária está estabelecida em atendimento aos princípios de cidadania: equidade, justiça, respeito e dignidade, ética nas relações, responsabilidade institucional e social e se orienta pelas diretrizes do Plano Nacional de Educação, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, agregando os objetivos estabelecidos no Plano Nacional de Extensão.

Para tanto, foram estabelecidas dez políticas de extensão da **Faculdade CESUMAR**:

- I. Consolidar a Extensão Universitária como processo acadêmico indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade;

- II. Promover a integração do ensino e da pesquisa com as demandas institucionais e sociais, priorizando atividades práticas voltadas ao atendimento de necessidades sociais, como as relacionadas com a área de educação, saúde e habitação, produção de alimentos, geração de emprego e ampliação da renda;
- III. Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social e política;
- IV. Reconhecer as ações extensionistas como atividades complementares nos projetos pedagógicos dos cursos de ensino superior;
- V. Incentivar e apoiar as atividades culturais, artísticas e desportivas;
- VI. Divulgar e apoiar a produção acadêmica;
- VII. Enfatizar a utilização de tecnologias para ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da educação, incluindo a educação continuada;
- VIII. Apoiar as atividades voltadas para a produção e preservação cultural e artística como relevantes para o desenvolvimento local e regional;
- IX. Estimular a inclusão da Educação Ambiental e do Desenvolvimento Sustentável como componentes da atividade extensionista;
- X. Viabilizar a prestação de serviços como produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do Ensino, Pesquisa e Extensão.

2.4.3. Política de Pesquisa – Incentivo à Pesquisa e à Pós-Graduação

O incentivo à pesquisa e a pós-graduação ocorrerá pelo cultivo da atitude científica e a teorização da própria prática educacional, por meio de uma política de promoção do desenvolvimento científico, consubstanciada no estabelecimento de linhas prioritárias de ação, a médio e longo prazo, na concessão de bolsas ou de auxílios para a execução de projetos científicos e na formação de pessoal em cursos e programas de pós-graduação.

A **Faculdade CESUMAR** estabeleceu a pesquisa como prioridade. Esse compromisso redireciona as contratações e formação de recursos humanos, a estruturação de grupos e

linhas de pesquisa, assim como investimentos em infraestrutura e novas tecnologias de comunicação e informação. Essas iniciativas consistem no preparo de qualidade acadêmica e visam consolidar sua comunidade de conhecimento, integrando o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. No entanto, a lacuna entre ensino, pesquisa e extensão, tão difícil de ser superada, expressa a realidade da maioria das instituições de ensino superior. A principal tarefa a ser realizada consiste em envolver o corpo docente e discente para o engajamento nessas três grandes áreas (ensino, pesquisa e extensão), na tentativa de superar o trabalho isolado e solitário dentro da academia. Segundo Demo (1992), essa dicotomia conduz à cisão entre teoria e prática, pois não há relação entre conhecimentos acadêmicos e a realidade social dos alunos. Esse é um grande desafio.

No entanto, a possibilidade de relacionar pesquisa e ensino é também uma exigência no ensino superior, deflagrada pela necessidade de formação de um cidadão que possa atuar no mundo com criticidade, dentro de sua realidade histórica, sem reduzir essa inserção à sistematização de ideias e às especulações dedutivas.

Assim, para a **Faculdade CESUMAR** a pesquisa é compreendida como princípio educativo e essência para a formação dos sujeitos enquanto “homens virtuosos”, conforme explicitado anteriormente, sujeitos históricos e “autores” no sentido de quem exerce sua cidadania. Para Neto (2002:34), a pesquisa vista como princípio educativo refere-se à pesquisa que, mesmo “não sendo financiada, original, especializada, acompanhada e avaliada, pelos órgãos de fomento, permite rigor metodológico capaz de ajudar a desenvolver nos alunos ‘o questionamento reconstrutivo’, isto é, a capacidade de identificar problemas, refletir sobre eles, localizar as soluções já pensadas e reconstruí-las esboçando já a própria autoria em função das necessidades concretas previamente detectadas. Na graduação, isto pode ser um excelente ensaio para formar o profissional que sabe fazer e refazer soluções”, conforme apontado por Demo (2001).

A pesquisa concebida, enquanto “princípio educativo”, requer algumas considerações para inserção na prática acadêmica, também apontadas por Neto (2002, p. 37-38), quais sejam: a) a memória formativa do professor-pesquisador; b) os eixos temáticos adotados; c) os diferentes tipos de pesquisa; d) os projetos pedagógicos dos cursos; e) atenção para com as necessidades da realidade; f) jornada de Iniciação Científica e

Congresso de Produção Científica; g) Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC); h) a formação dos alunos na educação básica; i) o trabalho com grandes grupos de alunos.

Esses cuidados permitem minimizar a lacuna entre o ensino, a pesquisa e a extensão, bem como a intenção de formar sujeitos a partir da visão de formação humano/profissional. Em outras palavras, capaz de participar do processo de transformação da sociedade na perspectiva de convivência plural e solidária, conforme a missão educacional da **Faculdade CESUMAR**.

Para dar suporte aos professores e pesquisadores, a **Faculdade CESUMAR** contará com: Comitê Permanente de Ética em Pesquisa, Comitê Assessor de Pesquisa, Núcleo de Apoio à Editoração e Pesquisa, Núcleo de Inovação Tecnológica e Programa de Apoio e Capacitação ao Desenvolvimento Profissional.

As atividades de pesquisa, portanto, constituem-se um dos importantes pilares da educação de qualidade da **Faculdade CESUMAR**, permitindo o desenvolvimento e o constante avanço do conhecimento. Dessa forma, acredita-se que a **Faculdade CESUMAR** tem contribuído não só para a formação de profissionais altamente qualificados, mas também para o aperfeiçoamento do cidadão consciente que e As constantes mudanças no mundo do trabalho, em função do acelerado desenvolvimento científico e tecnológico, colocam o aluno em uma posição de perplexidade, de incertezas e de prontidão diante do inusitado. Isso requer postura crítica e investigativa permanente diante do conhecimento. Para tanto, ao estudar deve aprender a aprender e estar capacitado para continuar aprendendo, engajado em um movimento contínuo de aprendizagem. Nesse contexto, a instituição se revela enquanto espaço gerador de competências de longo prazo que possibilitam o trânsito do aluno em múltiplas direções, preparando-os para atuar de forma criativa na resolução de problemas e situações previsíveis e não planejadas.

Assim, com o objetivo de incentivar à produção e a difusão do conhecimento científico, a **Faculdade CESUMAR** se engaja ativa e criticamente no processo do conhecimento por meio da pós-graduação, essencial ao desenvolvimento da pesquisa e da produção científica institucionalizada. O programa de pós-graduação é responsável por formar profissionais capacitados e aptos a responder aos anseios da instituição e da região, avançando sempre na produção do conhecimento científico. Centrado nesta convicção, a **Faculdade CESUMAR** tem uma Pós-graduação voltada para a garantia da subsistência

científica, à formação e ao aperfeiçoamento constante do profissional, a fim de que este se sinta efetivamente um cidadão e um profissional apto para acompanhar a modernidade.

Os Programas de Pós-Graduação *lato sensu* da **Faculdade CESUMAR** envolvem as principais áreas do conhecimento e fornecem educação continuada aos cursos de graduação, visando ao aprimoramento e à atualização profissional, preparando-os para o mercado de trabalho. Estes cursos preparam profissionais qualificados para ocuparem cargos reconhecidos e melhor remunerados.

As políticas institucionais para o Ensino de Pós-graduação são:

- I. Fortalecer a pós-graduação, respeitando os padrões de qualidade e a legislação vigente, de modo a formar cidadãos para o desenvolvimento profissional e social da região e do país;
- II. Constituir a pós-graduação *stricto sensu* com o objetivo preferencial para ampliação do atendimento a **Faculdade CESUMAR** e aproveitamento da sua massa crítica e potencialidades;
- III. Promover o estabelecimento de relações em parceria e cooperação com programas de pós-graduação de instituições universitárias e de pesquisa do país e do exterior;
- IV. Desenvolver pesquisas em áreas consideradas relevantes e prioritárias para a região de inserção da instituição;
- V. Ampliar mecanismos de apoio à publicação para professores e acadêmicos;
- VI. Incentivar constantemente a participação de professores e estudantes de pós-graduação em eventos científicos;
- VII. Ampliar a oferta de cursos e programas de pós-graduação em consonância com as linhas de pesquisa estabelecidas no projeto pedagógico da graduação.

Todas essas oportunidades de aprendizagens só fazem pleno sentido se forem dispostas a todos os cidadãos. O **CESUMAR** – mantenedor e a **Faculdade** - Mantida, como prestador de um bem público, não medirão esforços para atender a necessidade e o direito à inclusão e isto poderá ser notado pela existência de infraestrutura preparada por meio de

rampas, elevadores e pela existência de banheiros adaptados a pessoas portadoras de necessidades especiais.

2.4.4. Política para a Educação Inclusiva

Do ponto de vista teórico, “a diversidade pode ser entendida como a construção histórica, cultural e social das diferenças” (GOMES, 2008, p. 17). Significa variedade e multiplicidade que se constroem no contexto social e assim pode ser entendida como uma questão que se torna cada vez mais complexa, quanto mais complexas vão se tornando as sociedades.

A discussão sobre a diversidade na política de uma instituição de ensino implica na compreensão de que os aspectos observáveis que se aprende a ver como diferentes (étnico-raciais, sociais, geracionais, de religiosidade, de gênero, de orientação sexual, de pessoas com deficiências, entre outros), só passaram a ser percebidos dessa forma, porque os sujeitos históricos, na totalidade das relações sociais, no contexto da cultura e do trabalho, assim os nomearam e identificaram. A importância desta compreensão está na relação estreita entre o olhar e o trato pedagógico da diversidade e a concepção de educação que informa as práticas educativas da instituição.

A concepção que identifica a diversidade como norma da espécie humana - os seres humanos são diversos em suas personalidades, em suas experiências culturais e em suas formas de perceber o mundo – orienta a abordagem da diversidade e também ressalta que a luta pelo direito à diversidade não se opõe à luta pela superação das desigualdades sociais.

Nesta linha de pensamento, o trato pedagógico da questão da diversidade indica que uma das dimensões do processo de inclusão social é a inclusão escolar, conjunto de políticas públicas e particulares com a finalidade de levar a escolarização a todos os segmentos humanos da sociedade, com ênfase na infância e juventude.

No Brasil, a Constituição de 1988, assim como a LDB 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) destacam a importância e urgência de se promover a inclusão educacional como elemento formador da nacionalidade.

A legislação recente, e ainda pouco conhecida, coloca a questão da inclusão escolar para todos aqueles que se encontram à margem do sistema educacional: a população que não participa do consumo de bens materiais (produtos e mercadorias) e/ou serviços; que está fora do processo produtivo, seja pelo subdesenvolvimento, desemprego e subemprego e do acesso a bens culturais, saúde, educação, lazer e outros componentes da cidadania, e também os estudantes com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

A **Faculdade CESUMAR**, assumindo essas colocações, tem a compreensão da diferença e o respeito à diversidade como um dos eixos orientadores da sua ação e das práticas pedagógicas, que se traduzem nas seguintes ações:

- eliminação de barreiras arquitetônicas para os portadores de necessidades especiais e atendimento da questão nas novas edificações;
- desenvolvimento de programas e projetos de extensão voltados às populações de baixa renda;
- manutenção de Programa Especial de Inclusão Digital – Digitando o Futuro, para crianças, jovens e adultos;
- participação nos Programas e Projetos Nacionais de Inclusão Social, de acessibilidade plena com a eliminação do conjunto de barreiras, a saber: arquitetônicas, pedagógicas, atitudinais, nas comunicações e digitais.
- Manutenção de intérprete na Linguagem Brasileira de Sinais Libras.

Para as pessoas surdas pretende-se instituir, por meio do Projeto Intérprete de Libras, a presença de intérpretes nas salas de aula para interpretarem as atividades pedagógicas para os discentes. A disciplina de Libras será institucionalizada e será regularmente ofertada a todos os discentes da instituição, cuja disciplina seja optativa e de forma obrigatória para os cursos previstos em lei. Os docentes que possuírem discentes surdos serão incentivados a cursar LIBRAS para terem subsídios à execução didática - pedagógica da disciplina que ministrará. Disso se conclui que o espírito de inclusão dos menos favorecidos e dos que precisam de atenção especial se fará presente em todas as esferas institucionais e em particular entre os docentes e discentes.

2.4.5. Política Afirmativa de Inclusão Social

A **Faculdade CESUMAR**, atendendo ao disposto na nova legislação educacional, em consonância com o parágrafo único do artigo 3º da Portaria MEC nº. 4.361/2004, de 29 de dezembro de 2004, formulou sua política de inclusão social.

A política de inclusão social estabelecida pela **Faculdade CESUMAR** possui os seguintes objetivos:

- I. promover a melhoria do desempenho dos alunos por meio de oficinas voltadas para a correção das dificuldades observadas na sua formação anterior ao ingresso no **Faculdade CESUMAR**;
- II. propiciar as condições necessárias para a permanência nos cursos de graduação dos ingressantes;
- III. reforçar a política de assistência e acompanhamento estudantil;
- IV. ofertar aos discentes assistência pedagógica e tutorial;
- V. promover as ações necessárias para incentivar a redução das desigualdades sociais e regionais;
- VI. absorver parte do contingente de migrantes do município e da região mediante seus cursos superiores, qualificando e preparando os profissionais e trabalhadores para o desempenho eficiente de suas funções.

A **Faculdade CESUMAR** possui ações acadêmico-administrativas para garantir no desenvolvimento de suas atividades:

- I. a integração da ação desenvolvida à formação técnica e cidadã do estudante por meio da produção e difusão de novos conhecimentos e novas metodologias;
- II. a interdisciplinaridade, caracterizada pela interação de modelos e conceitos complementares, de material analítico e de metodologia, com ações inter-profissionais e interinstitucionais com consistência teórica e operacional que permita a estruturação das diversas ações propostas;
- III. a geração de produtos ou processos como publicações, cursos, produção de material didático e paradidático, abertura de novas linhas de extensão;

- IV. a melhoria das condições da sociedade, pela ação transformadora sobre os problemas sociais, contribuindo para a inclusão de grupos sociais, para o desenvolvimento de meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimento e para a ampliação de oportunidades educacionais para afrodescendentes, facilitando o acesso ao processo de formação e de qualificação.

A **Faculdade CESUMAR** se empenha para articular a relação bilateral com os outros setores da sociedade pela interação do conhecimento e da experiência acumulados na academia com o saber popular e pela articulação com organizações de outros setores da sociedade, com vistas ao desenvolvimento de sistemas de parcerias interinstitucionais, visando:

- I. a contribuir na formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas nacionais;
- II. à implementação de políticas curriculares compatíveis com as necessidades concretas da sociedade;
- III. à descoberta de novos objetos de investigação em contexto externo ao meio acadêmico;
- IV. à experimentação de alternativas metodológicas de trabalho, de ensino e pesquisa;
- V. ao desenvolvimento de atitude proativa diante dos desafios da ampliação do número de estudantes negros, afro-descendentes e índios na vida acadêmica, em especial nos cursos em que eles se encontram sub representados.

2.5 Justificativa do Curso

Analisando-se a nova configuração do sistema internacional percebe-se a exigência de pessoas preparadas para compreender um ambiente complexo e, a partir da identificação de oportunidades de entendimento, negociar e acomodar diferentes interesses em conflito. Nasce, assim, a necessidade por profissionais que possuam grande capacidade analítica em um mundo dual, que passa por um processo crescente de globalização, permeado por oportunidades de interação, mas que ainda é marcado por diversos conflitos. Para ser capaz de interagir nesse ambiente, o profissional de **Relações Internacionais** precisa estar

habilitado para atuar com contratos e o direito internacional, em ambientes de negociação e com diferentes realidades econômicas, políticas e sociais.

Mais especificamente, a **Faculdade CESUMAR**, localizada em Curitiba, por estar localizado no Paraná, insere o aluno de **Relações Internacionais** em um ambiente em que se incluem os principais receptores de empresas e investimentos internacionais dos últimos anos, e que apresenta um grande peso econômico e político no Mercosul, na América Latina e na abertura de novos mercados pelo mundo.

A capital paranaense tem sido premiada internacionalmente e é considerada referência como cidade. Curitiba é considerada o 2º Polo de Inovação Tecnológica do Brasil, de acordo com pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); recebeu os títulos de 2ª Melhor Cidade para Negócios no Brasil e 5ª Melhor Cidade da América Latina para Negócios, segundo a Revista América Economia/2005 e 2006; o de Melhor Destino de Negócios, de acordo com a Revista Veja/2007; 3ª Colocada entre as Campeãs de Infraestrutura, Revista Exame/2006; 2ª Melhor Cidade do Sul do Brasil para se Trabalhar, pela Revista Você S.A./2005, Melhor Qualidade de Vida do Brasil (0,9693), segundo o Índice Firjan de Desenvolvimento (IFDM)/2005 a 2011, premiações essas que tem atraído muitas empresas multinacionais para composição do cenário socioeconômico da cidade.

Cabe destacar ainda que o município de Curitiba, na busca do desenvolvimento de tecnologia de ponta, em especial na área de informática, criou o "Parque de Software"¹, localizado em uma área de 190 mil m², a dez quilômetros do centro de Curitiba, é composto por 23 lotes que variam entre 2.700 a 5.600 m², surge como proposta para transformar a cidade num importante centro de excelência em tecnologia de software, de nível internacional.

Neste contexto, em consonância com a demanda de mercado, missão da instituição e a oportunidade de desenvolvimento da área de conhecimento proposta, a **Faculdade CESUMAR** tem por objetivo abrir o curso de bacharelado em **Relações Internacionais** com o intuito de proporcionar o ensino e a produção do conhecimento, estabelecendo uma relação direta com a sociedade fazendo do ato educativo um trabalho para a formação de

¹Fonte: <http://www.agencia.curitiba.pr.gov.br/publico/conteudo.aspx?codigo=10>

profissionais preparados para a resolução dos problemas através de projetos e programas, de modo a atender as demandas da cidade, do estado e do país.

2.6 Objetivos do Curso

O curso de **Relações Internacionais** tem como formar profissionais de nível superior capacitados em planejar, pesquisar, desenvolver e aplicar técnicas, métodos e processos adequados à solução de problemas para desenvolvimento regional e nacional atendendo às demandas da sociedade. Por outra parte, também será capaz de identificar e entender as implicações socioambientais e políticas das diversas alternativas e pautar suas decisões por valores éticos e morais que preservem os direitos dos cidadãos e do meio ambiente.

2.7 Perfil Profissional do Egresso

O egresso do curso de **Relações Internacionais** deverá ter capacidade de compreender e conduzir negócios e negociações internacionais, de assessorar na formulação, execução e avaliação de políticas e projetos relativos ao intercâmbio nas áreas econômica, tecnológica, cultural, educacional, comercial e jurídica, contribuindo para o estabelecimento de bons negócios e de relações eficazes entre instituições internacionais.

Em consonância com diretriz, o processo de formação fornecerá ao profissional as seguintes habilidades e competências:

- utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Relações Internacionais;
- demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar;
- elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;
- aplicar adequadamente a legislação inerente às suas funções;
- desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações, com reconhecido nível de precisão;

- exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais.

São estimuladas ainda as capacidades de comunicação, de trabalhar em grupo e de resolução de problemas. A capacidade de comunicação consiste na aptidão para apresentar e defender ideias, posições e os resultados de trabalho por escrito, verbalmente e em situações formais e informais; capacidade de localizar, obter, organizar, informar a outros e usar a informação procedente de fontes eletrônicas, impressas ou humanas. A capacidade de trabalhar em grupo consiste na aptidão para trabalhar com pessoas de diferentes áreas do conhecimento, incluindo a capacidade de organizar e delegar tarefas, resolver conflitos e assumir posições de liderança. A capacidade de resolução de problemas consiste na aptidão para identificar e resolver problemas não estruturados, buscar soluções criativas e ser capaz de avaliar soluções alternativas ou emitir opiniões sobre as propostas dos outros. arte.

2.8 Estrutura Curricular

A organização da estrutura curricular do curso constitui-se em um item importante do PPC e é nela que se visualiza, de modo amplo, a estrutura de todo o Curso e se explicitam as concepções de mundo, ser humano, educação, conhecimento, sociedade, que dão identidade ao Curso e às políticas da Faculdade. Por meio dessa perspectiva, o embasamento teórico-filosófico para o desenvolvimento da estrutura curricular considera os seguintes fatores:

- Indissociabilidade entre ensino, práticas investigativas e extensão - o ensino deve ser compreendido como o espaço da produção do saber, por meio da centralidade da investigação como processo de formação para que se possa compreender fenômenos, relações e movimentos de diferentes realidades e, se possível e necessário, transformar tais realidades.
- Interdisciplinaridade - a integração disciplinar possibilita a análise dos objetos de estudo sob diversos olhares, constituindo-se questionamentos permanentes que permitam a (re)construção do conhecimento.

- Formação profissional para a cidadania - a IES tem o compromisso de desenvolver o espírito crítico e a autonomia intelectual, para que, por intermédio do questionamento permanente dos fatos, o profissional possa contribuir para o atendimento das necessidades sociais e educacionais.
- Autonomia intelectual - a autonomia significa ser autor da própria fala e do próprio agir, sendo coerente na integração do conhecimento com a ação e nas decisões profissionais. O desenvolvimento de uma postura investigativa por parte do estudante é fundamental para que construa sua autonomia intelectual e profissional.
- Responsabilidade, compromisso e solidariedade social - a compreensão da realidade social e o estímulo à solidariedade social devem ser pontos integradores das ações de extensão vinculadas ao currículo.

A respeito do conceito de formação do currículo, muito tem sido discutido e inovado nos projetos pedagógicos inovadores. O antigo conceito de currículo, entendido como grade curricular que formaliza a estrutura de um curso de graduação, é substituído por um conceito bem mais amplo, que pode ser traduzido pelo conjunto de experiências de aprendizado que o estudante incorpora durante o processo participativo de desenvolver um programa de estudos coerentemente integrado. Esse novo conceito é bem praticado em sistemas educacionais fora do Brasil e a **Faculdade CESUMAR** esta atenta às mudanças de paradigmas e valoriza as ideias inovadoras que flexibilizam e melhoram a formação dos alunos.

Na nova definição de currículo, destacam-se três elementos fundamentais para o entendimento da proposta aqui apresentada: (i) ênfase no conjunto de experiências de aprendizado; (ii) conceito do processo participativo; e (iii) conceito de programa de estudos coerentemente integrado. Entende -se, portanto, que Currículo vai muito além das atividades convencionais de sala de aula e deve considerar atividades complementares, tais como iniciação científica e tecnológica, programas de extensão universitária, visitas técnicas, eventos científicos, além de atividades culturais, políticas e sociais, dentre outras, desenvolvidas pelos alunos durante o curso de graduação. Essas atividades complementares visam ampliar os horizontes de uma formação profissional, proporcionando uma formação sociocultural mais abrangente.

Nesse contexto, os Projetos Pedagógicos da **Faculdade CESUMAR** são pensados de forma que o aprendizado é consolidado com o estudante desempenhando um papel ativo na construção do seu próprio conhecimento e experiência, com orientação e participação do professor. Dessa forma, ao lado da tradicional estrutura de disciplinas organizadas através da matriz curricular, abre-se a possibilidade da implantação de experiências inovadoras de organização curricular através das atividades complementares e dos estágios supervisionados.

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

1º Semestre

Disciplina	CH
Geografia Política	60
História das Relações Internacionais Brasileiras	60
História das Relações Internacionais I	60
História e Cultura Afro-Brasileira	40
História e Cultura Ibero-Americana	40
Instrumental em Espanhol I	40
Instrumental em Inglês I	40
Introdução às Relações Internacionais	60
Total	400 (333 h 60')

2º Semestre

Disciplina	CH
Economia Política Internacional	60
Formação Sociocultural e Ética I	40
Libras – Língua Brasileira de Sinais	60
História das Relações Internacionais II	60
História e Cultura Indígena	40
Instrumental em Espanhol II	40

Instrumental em Inglês II	40
Introdução às Ciências	60
Total	400 (333 h 60')

3º Semestre

Disciplina	CH
Análise do Discurso e Produção Textual	80
Integração Regional	80
Língua Moderna (Espanhol)	80
Língua Moderna (Inglês)	80
Teoria das Relações Internacionais I	80
Total	400 (333 h 60')

4º Semestre

Disciplina	CH
Análise de Política Externa	80
Direitos Fundamentais	80
Organizações Internacionais	80
Teoria das Relações Internacionais II	80
Teoria do Estado	80
Total	400 (333 h 60')

5º Semestre

Disciplina	CH
Marketing Internacional	80
Técnicas de Negociação	80
Gestão do Projeto de Vida	80

Formação Sociocultural e Ética II	80
Política Ambiental	80
Total	400 (333 h 60')

6º Semestre

Disciplina	CH
Comércio Internacional	80
Política Externa Brasileira	80
Políticas Públicas e Empreendedorismo	80
Relações Internacionais Contemporâneas I	80
Planejamento Estratégico Internacional	80
Total	400 (333 h 60')

7º Semestre

Disciplina	CH
Movimentos Sociais	80
Relações Internacionais Contemporâneas II	80
Segurança Internacional	80
Direito Internacional	80
Total	320 (267 h 60')
Estágio Supervisionado I	100 h 60'

8º Semestre

Disciplina	CH
Seminários de Pesquisa I, II e III	240
Elaboração e Análise de Projetos Internacionais	80
Total	320 (267 h 60')
Estágio Supervisionado II	100 h 60'
Trabalho de Conclusão de Curso	120 h 60'

Total Da Carga Horária Disciplinas c/Prática de Ensino	3.040 (50') = 2.533 (60')
Estágio Supervisionado	200 (60')
Trabalho de Conclusão de Curso	120 (60')
Atividades Complementares	150 (60')
Total Geral	3.003 (60')

2.9 Conteúdos Curriculares

Os conteúdos curriculares do curso em avaliação possibilitam o desenvolvimento do perfil profissional do egresso, considerando, os aspectos: atualização, acessibilidade, adequação das cargas horárias (em horas), adequação da bibliografia.

Requisitos Legais

As abordagens de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, estão previstas na disciplina institucional **Formação Sociocultural e Ética**.

EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS

1º Semestre

Disciplina	Geografia Política
Ementa	A Geografia Política e as Relações Internacionais contemporâneas. Espaço, território e fronteiras como categorias de análise: novos significados. Ideologias geográficas e teorias do poder. Papel e natureza do Estado territorial. Geopolítica, guerras e conflitos internacionais do quadro das relações entre Estados. Geopolítica no Brasil. Integração territorial e regional: Amazônia e América do Sul.
Bibliografia Básica	UNICESUMAR - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ; RAMOS, Juliana Paula. História do Pensamento Geográfico . Maringá, 2016. COSTA, Wanderley Messias da. Geografia Política e Geopolítica : discursos sobre o território e o poder. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016. SANTOS, Milton. Técnica, Espaço, Tempo : globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.
Bibliografia Complementar	SENE, Eustáquio de. Globalização e Espaço Geográfico . São Paulo: Contexto, 2015. CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORREA, Roberto Lobato. Geografia : conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. Geopolítica do Brasil : a construção da soberania nacional. São Paulo: Atual, 2006. BERTONHA, João Fábio. Geopolítica e Relações Internacionais na Virada do Século XXI : uma história do tempo presente. Maringá: Eduem, 2006. MELLO, Leonel Itaussu Almeida. Quem tem medo da geopolítica? . São Paulo: Hucitec/Edusp, 1999.

Disciplina	História das Relações Internacionais Brasileiras
Ementa	Análise da formulação e das principais realizações da política exterior do Brasil, ao longo da trajetória histórica de 1822 à atualidade. Estudo da formação da diplomacia brasileira no Império e da consolidação das diretrizes republicanas sob Rio Branco. Política exterior e relações internacionais no Brasil. Historiografia brasileira das relações internacionais.

Bibliografia Básica	<p>CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. Brasília-DF: Edunb, 2014.</p> <p>SILVA, Raul Mendes & BRIGAGÃO, Clóvis. História das Relações Internacionais do Brasil. Rio de Janeiro: Cebri, 2002.</p> <p>SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento e; CASELLA, Paulo Borba; BITTENCOURT NETO, Olavo de Oliveira. Direito Internacional Diplomático: convenção de Viena sobre relações diplomáticas na teoria e na prática. São Paulo: Saraiva, 2012.</p>
Bibliografia Complementar	<p>URBASCH, Gerhard. A Globalização Brasileira: a conquista dos mercados mundiais por empresas nacionais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.</p> <p>OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antônio Carlos. Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas. V.2. São Paulo: Saraiva, 2006.</p> <p>GRIECO, Francisco de Assis. O Brasil e a Nova Economia Global. São Paulo: Aduaneiras, 2001.</p> <p>BRIGAGAO, Clovis. Margens do Brasil: ensaios de politica global. Rio de Janeiro: Topbooks, c1995.</p> <p>HUNT, E. K. História do Pensamento Econômico. Petrópolis: Vozes, 2005.</p>

Disciplina	História das Relações Internacionais I
Ementa	<p>Transformações econômicas, políticas e sociais do período moderno: formação da sociedade ocidental. O sistema-mundo. Sociedade de Antigo Regime e Estado moderno: formação e crise. O advento do período contemporâneo: revoluções burguesas e surgimento do capitalismo. Liberalismo, nacionalismo e socialismo.</p>
Bibliografia Básica	<p>UNICESUMAR - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ; FILIPPIN, Marcelo.; PARDO, Paulo. Relações Internacionais. Maringá, 2016.</p> <p>DUROSELLE, Jean-Baptiste. A Europa de 1815 aos nossos dias: vida política e relações internacionais. São Paulo: Pioneira, 1992.</p> <p>HOBSBAWM, Eric. A Era do Capital. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1889.</p>

Bibliografia Complementar	<p>FURTADO, Celso. O Capitalismo Global. São Paulo: Paz e Terra, 2001.</p> <p>MARIZ, Vasco. Temas da Política Internacional: ensaios, palestras e recordações diplomáticas. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.</p> <p>SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Capitalismo e Urbanização. São Paulo: Contexto, 2004.</p> <p>PAULO NETTO, José. Crise do Socialismo e Ofensiva Neo-Liberal. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>A Ideologia Alemã: teses sobre Feuerbach. São Paulo: Centauro, 2005.</p>
----------------------------------	---

Disciplina	História e Cultura Afro-Brasileira
Ementa	<p>Origens africanas da cultura brasileira. Questão Racial: Africanidade e Democracia. História e Cultura Negra no Brasil. Democracia Racial. Cidadania e Identidade Racial. Novas Perspectivas Políticas e Culturais Afro-Brasileiras.</p>
Bibliografia Básica	<p>MATTOS, Rejane Augusto de. História e Cultura Afro-Brasileira. São Paulo: Contexto, 2007.</p> <p>COSTA, Valéria.; GOMES, Flávio. Religiões Negras no Brasil: da escravidão à pós-emancipação. São Paulo: Selo Negro, 2016.</p> <p>UNICESUMAR - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ; ALVES, Amanda Palomo. História da África. Maringá, 2016.</p>
Bibliografia Complementar	<p>MIRANDA, Manoel da Costa. A Cidadania no Brasil: o índio e o escravo negro. Brasília: Senado Federal, 2002.</p> <p>WESSELING, H. L.; BRANDT, Celina. Dividir para Dominar: a partilha da África (1880-1914). Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.</p> <p>MARTINS, Carlos Estevam. Circuito do Poder. São Paulo: Entrelinhas, 1994.</p> <p>MINHOTO, Antonio Celso Baeta. Da Escravidão às Cotas: a ação afirmativa e os negros no Brasil. Birigui: Boreal, 2013.</p> <p>Novas Geopolíticas: as representações do século XXI. São Paulo: Contexto, 2000.</p>

Disciplina	História e Cultura Ibero-Americana
Ementa	<p>Identificação e análise dos elementos históricos, políticos, econômicos, sociais e culturais configuradores do espaço ibero-americano, examinando-os em sua atualidade e em âmbito mundial, com ênfase em questões regionais e sub-regionais relativas à integração, direitos fundamentais, meio-ambiente, inclusão social e segurança.</p>

Bibliografia Básica	<p>BETHELL, Leslie. História de América Latina. Barcelona: Crítica, 2002.</p> <p>LAGOS, Ricardo; DÁVILA, Mireya; ZIBETTI, Fabíola Wüst (Orgs.). América Latina no Mundo: desenvolvimento regional e governança internacional. São Paulo: EDUSP, 2013.</p> <p>BLAS, Patricio de; PUENTE, José de la; JESÚS SERVIÁ, María; ROCA, Enrique; RIVAS, Ricardo A. Historia Común de Iberoamérica. Madrid: EDAF, 2000.</p>
Bibliografia Complementar	<p>KRUGMAN, Paul R. Internacionalismo Pop. Rio de Janeiro: Campus ; Sao Paulo : Publifolha, 1999.</p> <p>ANDRADE, Manuel Correia de. O Brasil e a América Latina. São Paulo: Contexto, 1999.</p> <p>CERVO, Amado Luiz. Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas. São Paulo: Saraiva, 2007.</p> <p>MELLO, Luiz Gonzaga de. Antropologia Cultural: iniciação, teoria e temas. Petrópolis: Vozes, 2005.</p> <p>OLIVA, Jaime; GIANSAANTI, Roberto. Espaço e Modernidade: temas da geografia mundial. Sao Paulo: Atual, 1995.</p>

Disciplina	Instrumental em Espanhol I
Ementa	<p>Leitura instrumental em Língua Espanhola. Introdução à leitura de textos da área específica do curso. Estratégias e métodos de leitura. Vocabulário e estruturas gramaticais básicas necessárias ao desenvolvimento da expressão oral e escrita.</p>
Bibliografia Básica	<p>GARCIA, Jimenez; LOS ANGELES, Maria de. Minidicionário de Espanhol: três e um: espanhol-português, espanhol-espanhol, português-espanhol. São Paulo: Scipione, 2013.</p> <p>MILANI, Esther Maria et al. LISTO: espanhol através de textos. São Paulo: Moderna, 2005.</p> <p>SOUZA, Jair e Oliveira Souza, Espanol para Brasileños. São Paulo: FTD, 2003.</p>

<p>Bibliografia Complementar</p>	<p>MANUAL LAROUSSE, Dicionário Manual de La Lengua Espanola. Barcelona: Larousse Editorial, 2000.</p> <p>DICIONÁRIO SANTILLANA. Para Estudantes. Espanhol-Português, Português-Espanhol. São Paulo: Moderna, 2003.</p> <p>MARTINEZ, Ron; SCHUMACHER, Cristina; AYALA, Victor. Como Dizer Tudo em Espanhol nos Negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2004.</p> <p>FOLGUERAS-DOMINGUEZ, Sérvulo; FOLGUERAS, Maura Valadares. Espanol para Brasileños: el idioma de Espana y de Hispanoamérica. São Carlos-SP.: Kraino, 2003.</p> <p>DURÃO, Adja Balbino de Amorim Barbieri. Español Básico 1: curso de español para hablantes de portugués. Madrid: ARCO / LIBROS, 2001.</p>
---	---

Disciplina	Instrumental em Inglês I
<p>Ementa</p>	<p>Leitura instrumental em Língua Inglesa. Introdução à leitura de textos da área específica do curso. Estratégias e métodos de leitura. Vocabulário e estruturas gramaticais básicas necessárias ao desenvolvimento da expressão oral e escrita.</p>
<p>Bibliografia Básica</p>	<p>SWAN, Michael; WALTER, Catherine. Oxford English Grammar Course Intermediate. New York: Oxford, 2011.</p> <p>MILNER, Martin; WALTER, Catherine. World English Intro: Real People, Real Places, Real Language. New York: National Geographic, 2010.</p> <p>DICIONÁRIO OXFORD ESCOLAR. Para Estudantes brasileiros de inglês-Português e português-inglês. New York: Oxford, 2013.</p>
<p>Bibliografia Complementar</p>	<p>MURPHY, Raymond. English Grammar in Use: a self study reference and practice book for intermediate students. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.</p> <p>SWAN, Michael; WALTER, Catherine. The Good Grammar Book. With Answers. New York: Oxford, 2004.</p> <p>VINCE, Michael. Advanced: language practice. Turin: Macmillan, 2003.</p> <p>VINCE, Michael. Elementary language practice. Oxford: Macmillan, 1999.</p> <p>TORRES, Nelson. Gramática Prática da Língua Inglesa: o inglês descomplicado. São Paulo: Saraiva, 2014.</p>

Disciplina	Introdução às Relações Internacionais
<p>Ementa</p>	<p>As Relações Internacionais como campo de estudo acadêmico e científico: terminologia e conceitos básicos. Análise do caráter multidisciplinar das Relações</p>

	Internacionais: diferentes vertentes, abordagens e conteúdos. Bases teóricas: Realismo, Idealismo, Marxismo. O profissional em Relações Internacionais: atuação, formação, perfil e compromisso social.
Bibliografia Básica	ARRAES, Virgílio; GEHRE, Thiago; LESSA, Antônio Carlos; OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Introdução ao Estudo das Relações Internacionais . São Paulo: Saraiva, 2013. JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. Introdução às Relações Internacionais: teoria e abordagens . Rio de Janeiro: Zahar, 2007. RODRIGUES, Gilberto Marcos Antônio. O que são Relações Internacionais . São Paulo: Brasiliense, 2003.
Bibliografia Complementar	OLIVEIRA, Odete Maria de. Relações Internacionais: estudos de introdução . Curitiba: , 2001. BATTISTELLA, Dario. Teoria das Relações Internacionais . São Paulo: Senac, 2014. OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antônio Carlos. Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas . V. 1. São Paulo: Saraiva, 2006. SARAIVA, José Flávio Sombra. História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização . São Paulo: Saraiva, 2007. THUROW, Lester C. O Futuro do Capitalismo: como as forças econômicas de hoje moldam o mundo de amanhã . Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

2º Semestre

Disciplina	Economia Política Internacional
Ementa	Estudo e análise das relações entre a economia e a política na formação do sistema internacional de Estados. Formação do mercado mundial e do sistema de Estados. Teorias da globalização. Problemática da internacionalização da economia e das organizações econômicas internacionais contemporâneas.
Bibliografia Básica	DALLA COSTA, Armando João; SANTOS, Elson Rodrigo de Souza. Economia Internacional: teoria e prática . Curitiba: Ibplex, 2010. VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval; GARCIA, Manuel Enriquez. Fundamentos de Economia . São Paulo: Saraiva, 2008. MANKIW, N. Gregory; HASTINGS, Allan Vidigal; PAES E LIMA, Elisete. Introdução à Economia . São Paulo: Cengage Learning, 2013.

<p>Bibliografia Complementar</p>	<p>GARCIA JÚNIOR, Armando Alvares. A Área de Livre Comércio das Americas. Sao Paulo: Aduaneiras, 1999.</p> <p>EICHENGREEN, Barry. A Globalização do Capital: uma história do sistema monetário internacional. SP: Ed 34, 2000.</p> <p>ALMEIDA, Paulo Roberto de. O Brasil e o Multilateralismo Economico. Porto Alegre: Liv. do Advogado, 1999.</p> <p>CARBAUGH, Robert J.; GALMAN, Roberto; PASSOS, Carlos Roberto Martins. Economia Internacional. São Paulo: Thomson, 2004.</p> <p>MENDES, Judas Tadeu Grassi. Economia: fundamentos e aplicações. São Paulo: Prentice Hall, 2004.</p>
---	--

Disciplina	Formação Sociocultural e Ética I
<p>Ementa</p>	<p>Estudo e interpretação sobre os acontecimentos sociais, políticos, econômicos, culturais e atualização permanente sobre a realidade brasileira, mundial e sobre outras áreas do conhecimento. Estudo dos valores éticos e culturais que permeiam as relações dos homens na sociedade contemporânea, focando as relações étnico-raciais, a história e a cultura afro-brasileira e indígena, bem como a educação ambiental.</p>
<p>Bibliografia Básica</p>	<p>ARANHA, Maria Lúcia de Arruda, MARTINS, Maria Helena Pires. Filosofando: Introdução à Filosofia. São Paulo, 2009.</p> <p>MARTINS, Maria Helena. O que é Leitura. São Paulo: Brasiliense, 1989.</p> <p>CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ; CONSTANTINO, Cristina Herold; MALENTOCHI, Débora Azevedo. Formação Sociocultural e Ética. Maringá: s.d., 2013.</p>
<p>Bibliografia Complementar</p>	<p>LA TAILLE, Yves de. Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas. Porto Alegre: Artmed, 2006.</p> <p>FREIRE, Paulo. A Importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 2006.</p> <p>MARCONDES, Danilo. Textos Básicos de Filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.</p> <p>VALLS, Álvaro L. M. O Que é Ética. São Paulo: Brasiliense, 2013.</p> <p>VAZQUEZ, A. S. Ética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.</p>

Disciplina	Libras - Língua Brasileira de Sinais
<p>Ementa</p>	<p>A Educação como processo social na comunidade em geral. História da educação de surdos. Sociedade, cultura e educação de surdos no Brasil. As identidades surdas</p>

	<p>multifacetadas e multiculturais. Modelos educacionais na educação de surdos. Os movimentos surdos locais, nacionais e internacionais.</p>
Bibliografia Básica	<p>CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ; NOGUEIRA, Clélia Maria Ignatius; NOGUEIRA, Beatriz Ignatius; CARNEIRO, Marília Ignatius Nogueira. Língua Brasileira de Sinais. Maringá: s.n., 2010.</p> <p>GESSER, Audrei. Libras?: Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.</p> <p>QUADROS, Ronice Müller de. Educação de Surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre, Artmed, 1997.</p>
Bibliografia Complementar	<p>MAZZOTTA, Marcos J. da Silveira. Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos; PIRES, José.; PIRES, Gláucia Nascimento da Luz; MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de. Inclusão: compartilhando saberes. Petrópolis: Vozes, 2011.</p> <p>SKLIAR, C. (Org.). A Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Ed. Mediação, 1998.</p> <p>RAPHAEL, Walkiria Duarte; CAPOVILLA, Fernando Cesar; MAURICIO, Aline Cristina L. Novo Deit - Libras Dicionário Enciclopédico: ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira, baseado em linguística e neurociências cognitivas. São Paulo: Edusp, 2013.</p> <p>BRITO, Lucinda Ferreira. Por uma Gramática de Línguas de Sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.</p>

Disciplina	História das Relações Internacionais II
Ementa	<p>Imperialismo e capital monopolista. Guerras e revoluções. A Grande Depressão da década de 1930. Surgimento dos regimes totalitários: fascismo, nacional-socialismo e stalinismo. A Guerra Fria. Fim da URSS. Crise mundial do capitalismo.</p>
Bibliografia Básica	<p>HOBBSBAWM, Eric J. Era dos Extremos: o breve século XX. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.</p> <p>JUDT, Tony. Pós-guerra. Uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.</p> <p>VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Da Guerra Fria à Crise: Relações Internacionais do século XX. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.</p>

Bibliografia Complementar	<p>HOBBSAWM, Eric J.; TOLEDO, Yolanda Steidel; CAMPOS, Sieni Maria. A Era dos Impérios 1875-1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.</p> <p>BORON, Atílio A. Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.</p> <p>IANNI, Octavio. Imperialismo na America Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.</p> <p>VESENTINI, José William. Nova Ordem, Imperialismo e Geopolítica Global. Campinas: Papiрус, 2003.</p> <p>NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.</p>
----------------------------------	--

Disciplina	História e Cultura Indígena
Ementa	História Indígena. Relações de poder, protagonismo política e participação indígena. Relações interétnicas. Direitos dos Povos Indígenas na América Latina. Movimentos Indigenistas contemporâneos.
Bibliografia Básica	<p>UNICESUMAR - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ; AGUIAR, Gilson. Antropologia Cultural. Maringá, 2016.</p> <p>DÍAZ-POLANCO, Hector. Autonomía Regional. La autodeterminación de los pueblos indios. México: Siglo Veintiuno Editores, 1996.</p> <p>SANTOS, Sílvio Coelho (Org.). Sociedades Indígenas e o Direito. Uma questão de Direitos Humanos Ensaio Florianópolis: Edufsc- CNPq, 1985.</p>
Bibliografia Complementar	<p>MARSHALL, James; CRETELLA JÚNIOR, José; CRETELLA, Agnes. Espadas e Símbolos: a técnica da soberania. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.</p> <p>CLASTRES, Pierre. A Sociedade Contra o Estado: pesquisa de antropologia política. São Paulo: Cosac Naify, 2012.</p> <p>GOMES, Mércio Pereira. Antropologia: ciência do homem: filosofia da cultura. São Paulo: Contexto, 2015.</p> <p>HOEBEL, E. Adamson. Antropologia Cultural e Social. São Paulo: Cultrix, 1976.</p> <p>SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawall Leal. Antropologia, História e Educação: a questão indígena e a escola. São Paulo: Global, 2001.</p>

Disciplina	Instrumental em Espanhol II
Ementa	Desenvolvimento da expressão oral e escrita em Língua Espanhola. Leitura e interpretação de textos da área específica do curso.
Bibliografia Básica	GARCIA, Jimenez; LOS ANGELES, Maria de. Minidicionário

	<p>de Espanhol: três e um: espanhol-português, espanhol-espanhol, português-espanhol. São Paulo: Scipione, 2013.</p> <p>MILANI, Esther Maria et al. LISTO: espanhol através de textos. São Paulo: Moderna, 2005.</p> <p>SOUZA, Jair e Oliveira Souza, Espanol para Brasileños. São Paulo: FTD, 2003.</p>
Bibliografia Complementar	<p>MANUAL LAROUSSE, Dicionário Manual de La Lengua Espanola. Barcelona: Larousse Editorial, 2000.</p> <p>DICIONÁRIO SANTILLANA. Para Estudantes. Espanhol-Português, Português-Espanhol. São Paulo: Moderna, 2003.</p> <p>MARTINEZ, Ron; SCHUMACHER, Cristina; AYALA, Victor. Como Dizer Tudo em Espanhol nos Negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2004.</p> <p>FOLGUERAS-DOMINGUEZ, Sérvulo; FOLGUERAS, Maura Valadares. Espanol para Brasileños: el idioma de Espana y de Hispanoamérica. São Carlos-SP.: Kraino, 2003.</p> <p>DURÃO, Adja Balbino de Amorim Barbieri. Español Básico 1: curso de español para hablantes de portugués. Madrid: ARCO / LIBROS, 2001.</p>

Disciplina	Instrumental em Inglês II
Ementa	Desenvolvimento da expressão oral e escrita em Língua Inglesa. Leitura e interpretação de textos da área específica do curso.
Bibliografia Básica	<p>SWAN, Michael; WALTER, Catherine. Oxford English Grammar Course Intermediate. New York: Oxford, 2011.</p> <p>MILNER, Martin; WALTER, Catherine. World English Intro: Real People, Real Places, Real Language. New York: National Geographic, 2010.</p> <p>DICIONÁRIO OXFORD ESCOLAR. Para Estudantes brasileiros de inglês-Português e português-inglês. New York: Oxford, 2013.</p>
Bibliografia Complementar	<p>MURPHY, Raymond. English Grammar in Use: a self study reference and practice book for intermediate students. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.</p> <p>SWAN, Michael; WALTER, Catherine. The Good Grammar Book. With Answers. New York: Oxford, 2004.</p> <p>VINCE, Michael. Advanced: language practice. Turin: Macmillan, 2003.</p> <p>VINCE, Michael. Elementary language practice. Oxford: Macmillan, 1999.</p> <p>TORRES, Nelson. Gramática Prática da Língua Inglesa: o inglês descomplicado. São Paulo: Saraiva, 2014.</p>

Disciplina	Introdução às Ciências
Ementa	Metodologia da Pesquisa bibliográfica e científica. Importância da ciência, pesquisa e conhecimento científico. A pesquisa e a produção científica nas instituições de ensino superior. Pesquisa bibliográfica, experimental e de campo. Normas de apresentação de trabalho científico. Estudo e aplicação das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Projeto de Monografia.
Bibliografia Básica	SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico . São Paulo: Cortez, 2014. LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do Trabalho Científico . São Paulo: Atlas, 2013. MATIAS-PEREIRA, José. Manual de Metodologia da Pesquisa Científica . São Paulo: Atlas, 2012.
Bibliografia Complementar	SAMPIERI, Roberto Hernandez; LUCIO, Maria del Pilar Baptista; COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Maria del Pilar Baptista; MORAES, Daisy Vaz de. Metodologia de Pesquisa . Porto Alegre: Penso, 2013. GIL, A.C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social . São Paulo: Atlas, 2013. RUDIO, F.V. Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica . Petrópolis: Vozes, 2014. CASTRO, Cláudio de Moura. A Prática da Pesquisa . São Paulo: Prentice Hall, 2006. SALOMON, D.V. Como fazer uma Monografia . São Paulo: Martins Fontes, 2013.

3º Semestre

Disciplina	Análise do Discurso e Produção Textual
Ementa	Teoria da Comunicação. Linguagem oral e escrita. Texto. Enfoque de técnicas de leitura, recursos técnicos e estilísticos necessários à expressão textual. Produção de textos dissertativos e argumentativos voltados ao campo das Relações Internacionais.
Bibliografia Básica	COSTA VAL, M. da G. Texto, textualidade e textualização . In: Pedagogia cidadã. Cadernos de Formação – Língua Portuguesa. São Paulo: Edunesp, v. 1, 2004. ORLANDI, E. & LAGAZZI-RODRIGUES, S. (Orgs.) Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade . Campinas: Pontes, 2006. LAJOLO, M. et al. Ofício de professor: leitura e escrita . São Paulo: Abril, 2002.

<p>Bibliografia Complementar</p>	<p>BARROS D. L.P. de. Teoria do discurso: fundamentos semióticos. São Paulo: Atual, 1988.</p> <p>FIORIN, J. L. Linguagem e ideologia. São Paulo: Ática, 2002.</p> <p>ORLANDI, Eni, P. Análise de discurso: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2000.</p> <p>BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.</p> <p>GARCIA, Othon M. Comunicação em prosa moderna. Aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 13.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1986.</p>
---	---

Disciplina	Integração Regional
<p>Ementa</p>	<p>Origens e evolução histórica dos processos de Integração Regional. Modelos de Integração Regional: Área de Livre Comércio, União Alfandegária, Mercado Comum, União Econômica e União Política. Teorias da Integração Regional. Integração Regional. Organizações Internacionais de Integração na América, Europa, Ásia e África.</p>
<p>Bibliografia Básica</p>	<p>ALMEIDA, Paulo Roberto. Integração Regional. Uma introdução. São Paulo: Saraiva, 2013.</p> <p>GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org). Alca e Mercosul: riscos e oportunidades para o Brasil. Brasília- DF: IPRI/FUNAG, 1999.</p> <p>SILVA, Karine de Souza (Org.). Mercosul e União Européia: o estado da arte dos processos de integração regional. Florianópolis: Modelo, 2010.</p>
<p>Bibliografia Complementar</p>	<p>CALDAS, Ricardo; ERNST, Christoph. ALCA, APEC, NAFTA e União Européia: cenários para o Mercosul no século XXI. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2003.</p> <p>GRIEN, Raul. La integración económica como alternativa inédita para América Latina. México: FCE, 1994.</p> <p>WALLERSTEIN, Immanuel. As relações entre a América Latina e a União Européia: convergências e divergências da agenda birregional. Florianópolis: Edufsc/Funjab, 2011.</p> <p>VAZ, Alcides Costa. Cooperação, integração e processo negociador: a construção do Mercosul. Brasília-DF: IBRI, 2002.</p> <p>GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org). Alca e Mercosul: riscos e oportunidades para o Brasil. Brasília: IPRI/FUNAG, 1999.</p>

Disciplina	Língua Moderna (Espanhol)
<p>Ementa</p>	<p>Desenvolvimento de habilidades em compreensão oral e escrita e expressão oral e escrita. Modos de organização do discurso: exposição e argumentação em língua espanhola.</p>

Bibliografia Básica	<p>ARNOUX, E; DI STEFANO, M; PEREIRA, C. La lectura y la escritura en la universidad. Buenos Aires, Eudeba, 2005.</p> <p>FANJUL, Adrián. Gramatica y Practica de Español para brasileños. Santillana, 2005.</p> <p>REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. Ortografía de la lengua española. Madri: Espasa, 2005.</p>
Bibliografia Complementar	<p>GARCÍA NEGRONI, María Marta (Coord.). El arte de escribir bien en español: manual de estilo y corrección. Buenos Aires: Santiago Arcos, 2004.</p> <p>GÓMEZ TORREGO, Leonardo. Gramática didáctica del español. Madrid: SM, 2005.</p> <p>MORENO, Concha & FERNÁNDEZ, Gretel Eres. Gramática contrastiva del español para Brasileños. Madrid: SGEL, 2007.</p> <p>GONZÁLEZ HERMOSO, A.. Cunjugar es fácil en español – de España y América. 2 ed. Madrid: Edelsa, 1997.</p> <p>ALVES, Adda-Nari M., MELLO, Angélica. Mucho – Español para brasileños. São Paulo: Moderna, 2001</p>

Disciplina	Língua Moderna (Inglês)
Ementa	Desenvolvimento de habilidades em compreensão oral e escrita e expressão oral e escrita. Modos de organização do discurso: exposição e argumentação em língua espanhola.
Bibliografia Básica	<p>AMOS, E. PRESCHER, Elisabeth. The new simplified grammar. São Paulo: Richmond Publishing, 2005.</p> <p>MURPHY, R. Essential grammar in use: a self-study reference an practice book for elementary students of english. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.</p> <p>TORRES, N. Gramática prática da língua inglesa. São Paulo: Saraiva, 2007.</p>
Bibliografia Complementar	<p>CRYSTAL, D. English as a global language. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.</p> <p>KERNERMAN, L. Password: English Dictionary for Speakers of Portuguese. São Paulo: Martins Fontes, 2005.</p> <p>SWAN, M. WALKER, Catherine. The good grammar book. Oxford: Oxford University Press, 2001.</p> <p>LIMA, Jean Carlos. Inglês profissional. Turismo e Hotelaria. São Paulo: Livro Rápido, 2007. MARQUES, Amadeu. Inglês - série Brasil. Volume único. São Paulo: Ática, 2004.</p>

Disciplina	Teoria das Relações Internacionais I
Ementa	Fundamentos teóricos das Relações Internacionais. Idealismo. Realismo. Racionalismo. Liberalismo. Marxismo.

Bibliografia Básica	<p>BRAILLARD, Philippe. Teoria das Relações Internacionais. Lisboa: Calouste-Gulbenkian, 1998.</p> <p>DOUGHERTY, James & PFALTZGRAFF, Robert L. Relações Internacionais: as teorias em confronto. Lisboa: Gradiva, 2003.</p> <p>MOREIRA, Adriano. Teoria das relações internacionais. Coimbra: Almedina, 1997.</p>
Bibliografia Complementar	<p>ARON, Raymond. Paz e guerra entre as nações. Brasília-DF: Edunb; IPRI, 2002.</p> <p>GRIFFITHS, Martin. 50 grandes estrategistas das relações internacionais. São Paulo: Contexto, 2004.</p> <p>GUINSBURG, J. (Org.). A Paz Perpétua. Um projeto para hoje. São Paulo: Perspectiva, 2004.</p> <p>MORGENTHAU, Hans. Política entre as Nações. Brasília-DF: Edunb; IPRI, 2003 (Clássicos IPRI).</p> <p>SARFATI, Gilberto. Teoria das Relações Internacionais. São Paulo: Saraiva, 2005.</p> <p>WALTZ, Kenneth N. Teoria das relações internacionais. São Paulo: Gradiva, 2003.</p>

4º Semestre

Disciplina	Análise de Política Externa
Ementa	<p>Teorias de processos decisórios políticos e de análise de política externa. Inter-relações entre dinâmicas nacionais - burocrático-institucionais e sócio-individuais - e dinâmicas internacionais - estruturais, institucionais, regionais e globais – e a produção de políticas externas. Organizações estatais e não estatais na produção de políticas externas.</p>
Bibliografia Básica	<p>ALDEN, Chris & ARAN, Amnon. Foreign Policy Analysis: New Approaches. London and New York: Routledge, 2012.</p> <p>FREIRE, Maria Raquel (Coord.). Política Externa: as relações internacionais em mudança. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2011.</p> <p>SANTOS, Victor Marques. Elementos de Análise de Política Externa. Lisboa: ISCSP-UTL, 2012.</p>

<p>Bibliografia Complementar</p>	<p>DOMINGUES, Thiago de Oliveira; HEERDT, Mauri Luiz; NEGHERBON, Marcel Alexandre (Orgs.). Relações internacionais: temas contemporâneos. Florianópolis: Feneri, 2003.</p> <p>HILL, Christopher. The Changing Politics of Foreign Policy. Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2003.</p> <p>KAGAN, Robert. The Return of History and the End of Dreams. London: Atlantic Books, 2008.</p> <p>NYE, Joseph S. Jr. The Paradox of American Power: Why the World's Only Superpower Can't Go it Alone. Oxford: Oxford University Press, 2002.</p> <p>DUARTE, Lílian C. B. Política externa e meio ambiente. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.</p>
---	--

Disciplina	Direitos Fundamentais
<p>Ementa</p>	<p>Estudo do desenvolvimento dos direitos fundamentais no contexto das distintas esferas de direitos. Resgate histórico e político dos direitos fundamentais no marco da evolução do Estado e do constitucionalismo aos ordenamentos jurídicos contemporâneos.</p>
<p>Bibliografia Básica</p>	<p>BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.</p> <p>DIMOULIS, Dimitri & MARTINS, Leonardo. Teoria Geral dos Direitos Fundamentais. São Paulo: RT, 2007.</p> <p>SHÄFER, Jairo Gilberto. Direitos Fundamentais: proteção e restrição. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.</p>
<p>Bibliografia Complementar</p>	<p>LEAL, Rogério Gesta. Direitos Humanos no Brasil: desafios à democracia. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.</p> <p>MACPHERSON, C.B. La Democracia Liberal y su epoca. Madrid: Alianza, 1977.</p> <p>MACPHERSON, C.B. Ascensão e queda da justiça econômica. São Paulo: Paz e Terra, 1991.</p> <p>SARLET, Ingo. Eficácia dos direitos fundamentais. Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2004.</p> <p>SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade Humana e Direitos Fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.</p>

Disciplina	Organizações Internacionais
<p>Ementa</p>	<p>Teorias das organizações e instituições internacionais. Histórico das organizações internacionais contemporâneas. Principais organizações internacionais do pós-guerra. Debate teórico sobre as organizações internacionais.</p>

Bibliografia Básica	<p>DIEHL, Paul F. (Ed.). The Politics of Global Governance: International Organizations in an Interdependent World. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2005.</p> <p>MOTA, João Campos (Ed.). Organizações Internacionais. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.</p> <p>RISSE-KAPPEN, Thomas. Non-state actors, domestic structures and international institutions. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.</p>
Bibliografia Complementar	<p>DÍAZ, E. El fraude de Europa. Una constitución sin ciudadanos. Córdoba: Almuzara, 2005.</p> <p>ESTEVES, Paulo L.S. (Org.). Instituições Internacionais: comércio, segurança e integração. Belo Horizonte: Ed. PUCMinas, 2003.</p> <p>HOFFMANN, Andréa Ribeiro & HERZ, Mônica. Organizações Internacionais. História e Práticas. Elsevier, 2004.</p> <p>TRINDADE, A.A.C. Direito das organizações internacionais. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.</p> <p>HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea R. Organizações internacionais: história e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.</p>

Disciplina	Teoria das Relações Internacionais II
Ementa	Fundamentos teóricos das Relações Internacionais. Novas tendências e temas contemporâneos das Relações Internacionais.
Bibliografia Básica	<p>CASTRO, Thales. Teoria das Relações Internacionais. Brasília-DF: Funag, 2012.</p> <p>HALLIDAY, Fred. Repensando as relações internacionais. Porto Alegre: Edufrgs, 1999.</p> <p>MESSARI, Nizar & NOGUEIRA, João Pontes. Teoria das relações internacionais. Correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.</p>
Bibliografia Complementar	<p>ROCHA, Antonio Jorge Ramalho da. Relações internacionais: teorias e agendas. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002.</p> <p>SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). Relações Internacionais contemporâneas. Da construção do mundo liberal à globalização. Brasília-DF: Edunb, 2002.</p> <p>SMOUTS, Marie-Claude (Org.). As novas relações internacionais. Práticas e teorias. Brasília-DF: Edunb, 2004.</p> <p>WALTZ, Kenneth N. O homem, o Estado e a guerra. São Paulo: Martins Fontes, 2004.</p> <p>PORTO, Manuel Carlos L. Teoria da integração e políticas comunitárias: o comércio internacional, as restrições ao comércio, a teoria da integração, as políticas da União Européia. Portugal: Coimbra, 1999.</p>

Disciplina	Teoria do Estado
Ementa	Teorias do Estado: natureza, origem, evolução, organização, funcionamento e papel do Estado. Conceito de Estado. Origem e evolução histórica do Estado. O Estado na contemporaneidade.
Bibliografia Básica	BOBBIO, Norberto. Dicionário de Política . Brasília-DF: Edunb, 1992. BONAVIDES, Paulo. Ciência Política . São Paulo: Malheiros, 1996. CARNOY, M. Estado e Teoria Política . Campinas: Papyrus, 1990.
Bibliografia Complementar	BOBBIO, Norberto. Estado, Governo, Sociedade: para uma teoria geral da política . São Paulo: Paz e Terra, 2005. DALLARI, Dalmo. Elementos de Teoria Geral do Estado . São Paulo: Saraiva, 1995. WEFFORT, Francisco Corrêa. Os Clássicos da Política: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rouseau . V. 1. São Paulo: Ática, 2006. MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe: comentado por Napoleão Bonaparte . São Paulo: Martin Claret, 2004. MARX, Karl. A Ideologia Alemã . São Paulo: Hucitec, 1983.

5º Semestre

Disciplina	Marketing Internacional
Ementa	O ambiente do marketing internacional. Operações nos negócios internacionais. Os blocos econômicos internacionais. Comentários sobre a sistemática das exportações brasileiras. Seleção e planejamento estratégico de mercados. Identificação de oportunidades e ameaças; Estratégia de marketing. Estratégias e políticas para o Composto de Marketing: produto de exportação, embalagens e marcas; preço; distribuição; abordagem promocional. Pesquisa de mercado. Intermediários nas transações internacionais. O papel das certificações internacionais no marketing brasileiro.
Bibliografia Básica	BAÑEGIL PALACIOS, T. M; DE SOUZA, J. M. M. Estratégias de marketing internacional . São Paulo: Atlas, 2004. BERNARD, Daniel Alberto. Marketing Internacional . Curitiba, IBPEX, 2007. CORREA, R. Contato imediato com planejamento de propaganda . 9. ed. São Paulo: Global, 2004.

Bibliografia Complementar	<p>DE OLIVEIRA, D. Estratégia Empresarial e vantagem competitiva. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.</p> <p>ELLWOOD, Iain. O livro essencial das marcas: tudo o que você precisa saber, em mais de 100 técnicas para aumentar o valor das marcas. São Paulo. Clio Editora, 2004.</p> <p>FASCIONI, Ligia. Quem sua empresa pensa que é? Rio de Janeiro, Ed. Ciência Moderna, 2006.</p> <p>KEEGAN, W. J. Marketing global. São Paulo: Prentice Hall. 2005</p> <p>KOTABE, M. Administração de marketing global. São Paulo: Atlas, 2000, 709p.</p>
----------------------------------	---

Disciplina	Técnicas de Negociação
Ementa	Os princípios básicos para uma negociação os erros mais comuns nas negociações e como evitá-los e como tratar os obstáculos para evitar o impasse descobrindo necessidades e interesses subjacentes. A importância de gerar opções para obter soluções como “comunicar” propostas e contra propostas. Formas de negociar/ estilos/ diferenças. Negociações individuais e em grupos. Negociações Especiais.
Bibliografia Básica	<p>STARK, Peter B. Aprenda a negociar: o manual de táticas ganha-ganha. São Paulo: Littera Mundi, 1998.</p> <p>LESSA, Antonio Carlos. Relações Internacionais do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2006.</p> <p>MELLO, José Carlos Martins F. de. Negociação Baseada na Estratégia, Ed. Atlas, 2003, São Paulo.</p>
Bibliografia Complementar	<p>CERVO, Luiz Amado. Relações Internacionais da América Latina. São Paulo: Saraiva, 2007.</p> <p>LEWICKI, Roy; SAUNDERS, David; MINTON, John. Fundamentos da Negociação. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.</p> <p>MARTINELLI, Dante; ALMEIDA, Ana Paula. Negociação e soluções de conflitos: do impasse ao ganha ganha através do melhor estilo. São Paulo: Atlas, 1998.</p> <p>_____. Negociação: como transformar confronto em cooperação. São Paulo: Atlas, 1997.</p> <p>MOORE, Christopher. O processo de mediação: estratégias para a resolução de conflitos. 2ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.</p>

Disciplina	Gestão do Projeto de Vida
Ementa	Introdução sobre grupos e equipes. Planejamento dos recursos humanos. Plano sucessório. Planejamento de carreira. Conceitos de recrutamento, seleção, admissão e desligamento. As qualidades do administrador. Motivação da equipe. Remuneração, incentivos e benefícios. Aperfeiçoamento da equipe. Responsabilidade sobre o desenvolvimento de pessoas. Desenvolvimento organizacional.
Bibliografia Básica	CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas - 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. CHIAVENATO, Idalberto. Iniciação à administração de recursos humanos . 4. ed. São Paulo: Manole, 2010. CUENCA, Carmen Lucia; CONSTANTINOV, Josiane Gregio; CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ Núcleo de Educação a Distância. Gestão de pessoas e desenvolvimento de equipes . Maringá: s. n., 2014.
Bibliografia Complementar	CHIAVENATO, Idalberto. Administração de recursos humanos: fundamentos básicos . São Paulo: Manole, 2013. DESSLER, Gary; ODERICH, Cecília Leão. Administração de recursos humanos . 2. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003. KNAPIK, Janete. Gestão de pessoas e talentos . Curitiba: Ibplex, 2006. ROBBINS, Stephen P.; WOLTER, Robert; DECENZO, David A. Fundamentos de gestão . São Paulo: Saraiva, 2012. ROBBINS, Stephen P.; WOLTER, Robert; DECENZO, David A. Fundamentos e gestão de pessoas . São Paulo: Saraiva, 2013.

Disciplina	Formação Sociocultural e Ética II
Ementa	Estudo e interpretação sobre os acontecimentos sociais, políticos, econômicos, culturais e atualização permanente sobre a realidade brasileira, mundial e sobre outras áreas do conhecimento. Estudo dos valores éticos e culturais que permeiam as relações dos homens na sociedade contemporânea, focando as relações étnico-raciais, a história e a cultura afro-brasileira e indígena, bem como a educação ambiental.
Bibliografia Básica	ARANHA, Maria Lúcia de Arruda, MARTINS, Maria Helena Pires. Filosofando: Introdução à Filosofia . São Paulo, 2009. MARTINS, Maria Helena. O que é Leitura . São Paulo: Brasiliense, 1989. CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ; CONSTANTINO, Cristina Herold; MALENTOCHI, Débora Azevedo. Formação Sociocultural e Ética . Maringá: s.d., 2013.

<p>Bibliografia Complementar</p>	<p>LA TAILLE, Yves de. Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas. Porto Alegre: Artmed, 2006.</p> <p>FREIRE, Paulo. A Importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 2006.</p> <p>MARCONDES, Danilo. Textos Básicos de Filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.</p> <p>VALLS, Álvaro L. M. O Que é Ética. São Paulo: Brasiliense, 2013.</p> <p>VAZQUEZ, A. S. Ética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.</p>
---	---

Disciplina	Política Ambiental
<p>Ementa</p>	<p>Evolução histórica da questão ambiental. Crise ambiental do século XX. A emergência e a atuação dos movimentos ambientalistas. Criação de regimes de proteção ambiental no período 1970-2000. Formação da Agenda Ambiental no mundo desenvolvido. Globalização e complexidade ambiental. Meio ambiente e comércio internacional. Evolução das questões ambientais na arena internacional.</p>
<p>Bibliografia Básica</p>	<p>GIDDENS, Anthony; BECH, Ulrich; LASH, Scot. Modernização reflexiva. São Paulo: Edunesp, 1997.</p> <p>GOLDBLATT, David. Teoria social e ambiente. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.</p> <p>LE PRESTRE, Pierre. Ecopolítica internacional. São Paulo: Editora do SENAC, 2000.</p>
<p>Bibliografia Complementar</p>	<p>LEFF, Enrique. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. Petrópolis: Vozes, 2001.</p> <p>NOVAES, Washington. A década do impasse: da Rio - 92 à Rio + 10. São Paulo: Espaço Liberdade, 2002.</p> <p>SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico, científico, informacional. São Paulo: Hucitec, 1998.</p> <p>DUARTE, Lílian C. B. Política externa e meio ambiente. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.</p> <p>TCA. Amazonia sin Mitos. Tratado de Cooperación Amazónica - Banco Interamericano de Desarrollo. Washington, 1992.</p> <p>PROCÓPIO, Argemiro. O multilateralismo Amazônico e as fronteiras da segurança. In: Relações Internacionais: os excluídos da arca de Noé. São Paulo: HUCITEC, 2005.</p>

Disciplina	Comércio Internacional
Ementa	Política do Comércio Exterior Brasileiro. Composição do Comércio Exterior. INCOTERMS, TEC, NCM, SECEX, Procedimentos Administrativos na Importação e Exportação. Tributação no Comércio Exterior. Transporte Internacional. OMC, Acordos, Salva-guardas. Organização da Alfandega no Brasil. Organização Mundial Aduaneira. Território Aduaneiro. Zona Primária e Zona Secundária. Alfandegamento de recintos. Trânsito Aduaneiro. Habilitação às exportações e as importações. Infrações, Multas e Penalidades aplicadas na Importação e Exportação. Habilitação e Acesso ao SISCOMEX.
Bibliografia Básica	CIGNACCO, B R. Fundamentos de Comércio Internacional . São Paulo: Saraiva, 2008. DIAS, R; RODRIGUES, W. Comércio Exterior: Teoria e Gestão . São Paulo: Atlas, 2008. KEEDI, Samir. ABC do Comércio Exterior . São Paulo: Aduaneiras, 2007.
Bibliografia Complementar	KEEDI, Samir. Documentos no Comércio Exterior . São Paulo: Aduaneiras, 2009. SEGRE, German et alli. Manual Prático de Comércio Exterior . São Paulo: Atlas, 2006. SOARES, Cláudio César. Introdução ao Comércio Exterior . São Paulo: Saraiva, 2003. VAZQUEZ, José Lopes. Comércio Exterior Brasileiro . São Paulo: Atlas, 2007. VIEIRA, Guilherme Bergmann Borges. Transporte internacional de cargas . São Paulo : Aduaneiras, 2001.

Disciplina	Política Externa Brasileira
Ementa	Análise do processo decisório da Política Exterior Brasileira (PEB). Política exterior do Brasil: defesa, economia, política e sociedade. Temas contemporâneos da PEB: foros multilaterais, negociações comerciais, integração regional.
Bibliografia Básica	ALBUQUERQUE, J.A. Guilhon (Org.). Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990) . São Paulo: Cultura/NUPRI-USP, 1996, v. I e II. FONSECA JR., Gelson; CARNEIRO LEÃO, Valdemar (Orgs.). Temas de política externa brasileira I . Brasília-DF: Funag; São Paulo: Ática, 1989. FONSECA JR., Gelson; CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco de (Orgs.). Temas de política externa brasileira II . Brasília-DF: Funag; São Paulo: Paz e Terra, 1994, 2 vols.

<p>Bibliografia Complementar</p>	<p>AMORIM, Celso Luiz Nunes. Política externa. Democracia. Desenvolvimento. Brasília: Funag/MRE, 1995.</p> <p>CARVALHO, Leonardo Arquimimo de; VÉRAS NETO, Francisco Quintanilha; LIXA, Ivone F. Morcilo (Orgs.). Política internacional, política externa e relações internacionais. Curitiba: Juruá, 2003.</p> <p>CERVO, Amado Luiz. Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas. São Paulo: Saraiva, 2007.</p> <p>LAFER, Celso. A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro. São Paulo: Perspectiva, 2001.</p> <p>MOURA, Gerson. Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1991.</p>
---	--

Disciplina	Políticas Públicas e Empreendedorismo
<p>Ementa</p>	<p>Aspectos históricos, sociais, políticos e econômicos do empreendedorismo. O empreendedorismo coletivo, social e público. O processo empreendedor: estratégia, aquisição de recursos e o processo de organização. Fontes e fomentos para empreendimentos públicos inovadores. O papel do Estado e das Políticas Públicas para fomentar a ação empreendedora. Empreendedorismo e desenvolvimento econômico.</p>
<p>Bibliografia Básica</p>	<p>COMPANS, Rose. Empreendedorismo Urbano: entre o discurso e a prática. São Paulo: Edunesp, 2005.</p> <p>DIAS, Reinaldo & MATOS, Fernanda. Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>HOCHMAN, G.; ARRETCHÉ, M.; MARQUES, E. (Orgs.). Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.</p>
<p>Bibliografia Complementar</p>	<p>COHN, Amélia. Políticas sociais e pobreza no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília-DF: IPEA, n. 12, 1995.</p> <p>FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília-DF: IPEA, n. 21, 2000.</p> <p>PETERS, Michael & HISRICH, Robert D. Empreendedorismo. São Paulo: Bookman, 2004.</p> <p>SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão de literatura. Sociologias, Porto Alegre: UFRGS, v. 8, n. 16, 2006.</p> <p>MANTEGA, G. A economia política brasileira. 3ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.</p>

Disciplina	Relações Internacionais Contemporâneas I
Ementa	Temas gerais do mundo após a Guerra Fria. A década neoliberal. Tensões, conflitos e guerras a partir do final do século XX. Atuais estratégias políticas das principais potências.
Bibliografia Básica	ANDERSON, Perry. O fim da história de Hegel a Fukuyama . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992. BLACKBURN, Robin. (org.) Depois da queda . O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. HALLIDAY, Fred. Repensando as relações internacionais . Porto Alegre: Edufrgs, 1999.
Bibliografia Complementar	CALLINICOS, Alex. A Vingança da História . O marxismo e as revoluções do Leste Europeu. Rio de Janeiro: Zahar, 1992. HARDT, M. & NEGRI, A. Império . Rio de Janeiro: Record, 2001. HUNTINGTON, Samuel. Choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial . Rio de Janeiro: Objetiva, [S.d.]. RAMONET, Ignácio. & GRESH, Alain (Org.). A desordem das nações . Petrópolis: Vozes, 1996. TALBOTT, Strobe & CHANDA, Nayan. (Orgs.). A Era do Terror . O mundo depois de 11 de setembro. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

Disciplina	Planejamento Estratégico Internacional
Ementa	Conceitos Fundamentais dos Estudos Estratégicos e dinâmicas de Política de Defesa. Planejamento Estratégico. Estudos Estratégicos e a formação social contemporânea. Relações Internacionais e Estudos Estratégicos.
Bibliografia Básica	BAYLIS, J. & WIRTZ, J. Strategy in the contemporary world . Oxford : Oxford University Press, 2002. MEARSHEIMER, John J. The Tragedy of Great Power Politics . W.W. Norton & Company: New York. 2001. RODRIGUES, Thiago. Guerra e política nas relações internacionais . São Paulo: Educ, 2010.

Bibliografia Complementar	<p>DREIFUSS, René. A Época das Perplexidades. (Mundialização, Globalização, Planetarização: Novos Desafios). Petrópolis: Vozes, 1997.</p> <p>JOBIM, Nelson; ETCHEGOYN, Sérgio & ALSINA, JR., João Paulo (Orgs.). Segurança Internacional. Perspectivas Brasileiras. Rio de Janeiro: FGV, 2010.</p> <p>LESSA, Renato (Org.). Horizontes das Ciências Sociais: Ciência Política. São Paulo: Discurso Editorial, 2010.</p> <p>ZAKARIA, Fareed. O Mundo Pós-Americano. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.</p> <p>MATIAS, Eduardo Felipe. A humanidade e suas fronteiras: do Estado soberano à sociedade global. São Paulo: Paz e Terra, 2005.</p>
----------------------------------	--

7º Semestre

Disciplina	Movimentos Sociais
Ementa	Análise de organizações e movimentos de caráter social e políticos não estatais. Sindicalismo. A luta pela posse da terra. Novos Movimentos Sociais. Feminismo. Ambientalismo. Movimentos étnicoculturais e religiosos.
Bibliografia Básica	<p>GOHN, Maria da Glória. Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2004.</p> <p>GIDDENS, A. As consequências da modernidade. São Paulo: Edunesp, 1991.</p> <p>GRZYBOWSKI, Cândido. Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo. Petrópolis: Vozes, 1987.</p>
Bibliografia Complementar	<p>CASTELLS, Manuel. A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.</p> <p>CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.</p> <p>MARTINS, José de Souza. A chegada do estranho. São Paulo: Hucitec, 1994.</p> <p>MELUCCI, Alberto. A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.</p> <p>ALVAREZ, Chacho. La Argentina de Kirchner y el Brasil de Lula. Buenos Aires: Promteu libros, 2003.</p>

Disciplina	Relações Internacionais Contemporâneas II
Ementa	Análise e prognóstico do desenvolvimento das Relações Internacionais. Temas e agendas da política internacional contemporânea. Peculiaridades dos processos decisórios contemporâneos.

Bibliografia Básica	<p>ARRIGHI, Giovanni & SILVER, Beverly. Caos e governabilidade no moderno sistema mundial. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora da UFRJ, 2001.</p> <p>SARAIVA, José Flávio S. (Org.). Relações internacionais contemporâneas. Da construção do mundo liberal à globalização. Brasília-DF: Edunb, 2002.</p> <p>GONÇALVES, Williams. Estratégias de Negociações Internacionais. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.</p>
Bibliografia Complementar	<p>BULL, Hedley. A sociedade anárquica. Brasília-DF: Edunb, 2002.</p> <p>KUBÁLKOVÁ, Vendulka & CRUICKSHANK, A.A. Marxism and International Relations. Oxford: Clarendon, 1985.</p> <p>ROSENAU, James; CZEMPIEL, Ernst-Otto. (Orgs.). Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial. Brasília-DF/São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.</p> <p>WALLERSTEIN, Immanuel. O declínio do poder americano. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.</p> <p>WALLERSTEIN, Immanuel. O universalismo europeu – A retórica do poder. São Paulo: Boitempo: 2007.</p>

Disciplina	Segurança Internacional
Ementa	<p>Evolução e acepções do conceito de segurança internacional. Práticas de segurança internacional como instrumento da política das grandes potências. O papel da segurança internacional na análise das relações internacionais. Temas específicos de segurança internacional contemporânea.</p>
Bibliografia Básica	<p>BRIGAGÃO, Clovis & PROENÇA JR., Domício. Brasil e o mundo: novas visões. Rio de Janeiro: Francisco Alves/Konrad Adenauer, 2002.</p> <p>HUNTINGTON, Samuel P. O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.</p> <p>SEITENFUS, Ricardo. Ingerência ou solidariedade? Dilemas da ordem internacional contemporânea. São Paulo: Fundação Sedae, 2005.</p>

<p>Bibliografia Complementar</p>	<p>BUZAN & WOEVER. Regions and powers: the structure of international security. Cambridge: University Press, 2003.</p> <p>HERZ, Mônica. O tratamento da segurança regional pela disciplina das Relações Internacionais. Projeto Segurança internacional e líderes regionais: Brasil, Índia e África do Sul. Working Paper, 2005.</p> <p>KAGAN, Robert. Do paraíso e do poder. Os Estados Unidos e a Europa na nova ordem mundial. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.</p> <p>WILLIAMS, Michael C. Words, images, enemies: securitization and international politics. International Studies Quarterly, 47, 2003.</p> <p>ARRAES, Virgílio. O Brasil e o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CS/ONU): dos anos 90 até 2002". In: RBPI: vol 2, 2005.</p>
---	--

<p>Disciplina</p>	<p>Direito Internacional</p>
<p>Ementa</p>	<p>Estudo das origens, evolução e fundamentos do direito internacional público. Tratados internacionais. Os diferentes sujeitos de direito internacional público e sua natureza: Estados, Organizações Internacionais e a pessoa humana. Território do Estado, sistema de representação e responsabilidade internacional. Espaços comuns internacionais e patrimônio comum da humanidade. Meios de solução pacífica dos conflitos internacionais.</p>
<p>Bibliografia Básica</p>	<p>BROWNLIE, Ian. Princípios de direito internacional público. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1990.</p> <p>DINH, Nguyen Quoq; DAILLIER, Patrick; PELLET, Alain. Direito internacional público. Lisboa: Almedina, 2004.</p> <p>TRINDADE, Antônio Augusto Cançado (Org.). A nova dimensão do direito internacional. Brasília-DF: Instituto Rio Branco, 2003.</p>
<p>Bibliografia Complementar</p>	<p>BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.</p> <p>LAFER, Celso. A internacionalização dos direitos humanos: constituição, racismo e relações internacionais. Rio de Janeiro: Manole, 2005.</p> <p>LOSANO, Mario G. (org.). Direito internacional e Estado soberano. São Paulo: Martins Fontes, 2002.</p> <p>NASSER, Salem Hikmat. Fontes e normas do direito internacional: um estudo sobre a soft law. São Paulo: Atlas, 2005.</p> <p>RAWLS, John. O direito dos povos. São Paulo: Martins Fontes, 2001.</p>

<p>Disciplina</p>	<p>Estágio Supervisionado I</p>
--------------------------	--

Ementa	Elaboração e desenvolvimento de Plano de Estágio em Relações Internacionais. Prática em ambiente profissional. Relatório de Estágio.
Bibliografia Básica	CONFORME A ESPECIFICIDADE
Bibliografia Complementar	CONFORME A ESPECIFICIDADE

8º Semestre

Disciplina	Seminários de Pesquisa I, II e III
Ementa	Apresentação, debate, apreciação/avaliação de resultados parciais de pesquisa e extensão desenvolvidas nas linhas de pesquisa e extensão I, II e III.
Bibliografia Básica	CONFORME A ESPECIFICIDADE
Bibliografia Complementar	CONFORME A ESPECIFICIDADE

Disciplina	Elaboração e Análise de Projetos Internacionais
Ementa	Evolução histórica da cooperação internacional para o desenvolvimento. O Brasil e a cooperação internacional. Cooperação governamental e não governamental. Cooperação internacional: cooperação técnica, cooperação científica, financeira, social. Financiamentos internacionais: projetos públicos e privados. Projetos internacionais e Organizações Internacionais. Elaboração e avaliação de projetos.
Bibliografia Básica	CLEMENTE, Ademir (Org.). Projetos Empresariais e públicos . São Paulo: Atlas, 1998. CONTADOR, Cláudio Roberto. Projetos Sociais: avaliação e prática . São Paulo: Atlas, 1997. MARCOVITCH, Jacques (Org). Cooperação Internacional: Estratégia e Gestão . São Paulo: Edusp, 1994.
Bibliografia Complementar	CABRAL, Bernardo. A Cooperação Técnica e Financeira Internacional . Senado Federal: Brasília-DF, 1998. MAXIMIANO, Antonio César Amaru. Administração de Projetos: como transformar idéias em resultados . São Paulo: Atlas, 1997. WOILER, Sansão. Projetos: planejamento, elaboração e análise . São Paulo: Atlas, 1992. VELHO, Gilberto. Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas . Rio de Janeiro: Zahar, 1994. CERVO, Amado Luiz. Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas . Brasília: IBRI, 2001.

Disciplina	Estágio Supervisionado II
Ementa	Elaboração e desenvolvimento de Plano de Estágio em Relações Internacionais. Prática em ambiente profissional. Relatório de Estágio.
Bibliografia Básica	CONFORME A ESPECIFICIDADE
Bibliografia Complementar	CONFORME A ESPECIFICIDADE

Disciplina	Trabalho de Conclusão de Curso
Ementa	Elaboração de Projeto de Pesquisa: componentes teóricos, metodológicos e práticos. Orientação geral acerca das normas e avaliação regimentais do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Elaboração de Monografia. Normalização de Trabalho Acadêmico-Científico.
Bibliografia Básica	SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico . São Paulo: Cortez, 2014. LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico . São Paulo: Atlas, 2013. MATIAS-PEREIRA, José. Manual de metodologia da pesquisa científica . 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2012.
Bibliografia Complementar	LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia Científica . São Paulo: Atlas. 2012. RUDIO, Franz Victor. Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica . Petrópolis: Vozes. 2010. GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social . São Paulo: Atlas, 2013. RUIZ, F.V. Introdução ao projeto de pesquisa científica . Petrópolis: Vozes, 2014. CASTRO, Cláudio de Moura. A prática da pesquisa . São Paulo: Prentice Hall, 2006. SALOMON, D.V. Como fazer uma monografia . São Paulo: Martins Fontes, 2013.

Disciplina	Atividades Complementares
Ementa	São consideradas atividades acadêmicas complementares todas e quaisquer atividades não previstas no rol das disciplinas obrigatórias e optativas dos currículos dos cursos de graduação consideradas necessárias à formação acadêmica e ao aprimoramento pessoal e profissional dos graduandos. As Atividades Acadêmicas Complementares do

	Curso têm por objetivo aprimorar a formação integral dos discentes.
Bibliografia Básica	CONFORME A ESPECIFICIDADE
Bibliografia Complementar	CONFORME A ESPECIFICIDADE

2.10 Metodologia

A atividade docente estimula os alunos por meio de atividades dinâmicas em sala de aula, sempre com o cuidado de relacioná-las ao cotidiano do fazer pedagógico, corroborando todas as habilidades, competências e capacidades pretendidas no perfil do egresso do Curso, com o objetivo de desenvolver o espírito científico e a formação de sujeitos autônomos.

Partindo-se do princípio de que o aluno e o professor devem se constituir em elementos ativos no processo de ensino-aprendizagem, todo o corpo docente do curso é orientado a desenvolver a sua prática didática:

- a) dando ênfase prioritária aos aspectos básicos de cada disciplina, devendo privilegiar as habilidades reflexivas bem como as práticas;
- b) explicitando sistematicamente a inserção da disciplina no âmbito do curso;
- c) incluindo exemplos e aplicações práticas voltadas para o ensino em geral;
- d) incentivando o desenvolvimento de posturas críticas e criativas, evitando métodos repetitivos e que induzam à simples memorização;
- e) incentivando a leitura prévia do material didático a ser utilizado em cada aula;
- f) incentivando a pesquisa de outras fontes de consulta, além das indicadas pelo professor;
- g) incentivo à interdisciplinaridade;
- h) incluindo a avaliação da redação e da organização dos trabalhos, qualquer que seja a disciplina;
- i) intensificando a prática de debates, seminários e trabalhos em grupo;

- j) intensificando a proposição de desafios e o incentivo ao aprendizado baseado em casos;
- k) incentivando visitas técnicas, projetos experimentais a campo e em laboratório, programas de extensão e estágios supervisionados;
- l) destacando, no âmbito de todas as disciplinas, aspectos relacionados: à pesquisa científica, à extensão, ao meio ambiente, às questões sociais, aos valores humanos e éticos.
- m) aliando o ensino teórico com atividades prática realizadas de forma contínua, obrigatória e orientada.

Estes procedimentos contribuem com a formação do profissional apto a trabalhar pelo desenvolvimento do setor, respeitando a comunidade e o ambiente natural, social, cultural e profissional de maneira sustentável e responsável.

A metodologia de ensino está estruturada a partir de uma visão integrada que leva em consideração a interdisciplinaridade, a pesquisa e extensão. Com base numa visão ampla e integrada da região, o aprofundamento dos conhecimentos vem com o avanço e evolução do aluno dentro da matriz curricular quando se iniciam os conteúdos específicos, as práticas e estágio.

A segmentação dos conteúdos disciplinares e as ações que possibilitam uma abordagem sistêmica configuram atividades que contemplam a interdisciplinaridade. As disciplinas incluem ainda novos procedimentos que garantem a articulação da vida acadêmica com a realidade social e os avanços tecnológicos, incluindo multimídia, teleconferências, Internet e projetos desenvolvidos com parceiros geograficamente dispersos.

O compromisso construtivo está sempre presente em todas as atividades curriculares, devendo a pesquisa prática ser regular na estratégia de ensino das disciplinas, de modo a desenvolver no aluno a cultura investigativa que lhe permita avançar frente aos desafios e inovações exigidos pelo mercado de trabalho.

Nesse contexto, várias ações são projetadas no sentido de superar as supostas fronteiras entre as diversas áreas do conhecimento ou mesmo dentro de uma mesma área, por meio da organização da estrutura curricular em disciplinas.

2.11 Atividades Complementares

São consideradas atividades acadêmicas complementares todas e quaisquer atividades não previstas no rol das disciplinas obrigatórias e optativas dos currículos dos cursos de graduação consideradas necessárias à formação acadêmica e ao aprimoramento pessoal e profissional dos graduandos.

As Atividades Acadêmicas Complementares do Curso de **Relações Internacionais** têm por objetivo aprimorar a formação integral dos discentes. Tem-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais que as Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do discente, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais e opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade. As atividades complementares se constituem componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com o Estágio Curricular Supervisionado.

As Atividades Acadêmicas Complementares são definidas como componentes curriculares obrigatórios, cuja somatória compõe a carga horária total do currículo de um curso. Possibilitam o desenvolvimento de habilidades, conhecimentos, competências e saberes que fazem parte do processo de formação do acadêmico, devendo ser desenvolvidas por esse de forma autônoma.

A Lei nº 9.394/96 estabelece as Diretrizes da Educação Nacional e em seu artigo 3º ressalta a “valorização da experiência extraescolar”, como um dos princípios do ensino.

Segundo o Ministério da Educação “as atividades complementares têm a finalidade de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando a complementação da formação social e profissional que ocorrerá durante o semestre ou ano letivo”. São exemplos de atividades complementares: participação em eventos internos e externos à instituição de

educação superior, tais como semanas acadêmicas, congressos, seminários, palestras, conferências, atividades culturais; integralização de cursos de extensão e/ou atualização acadêmica e profissional; atividades de iniciação científica, assim como de monitoria e outros.

A integralização das Atividades Complementares previstas no Projeto Pedagógico do Curso é condição obrigatória para a Formatura, Colação de Grau e expedição de Diploma. Cabe ao discente protocolizar a documentação comprobatória de suas Atividades Acadêmicas Complementares, mediante apresentação de vias originais e cópias para devida autenticação.

Assim, visando propiciar aos discentes matriculados nos cursos de graduação uma maior compreensão sobre a integração e a interdisciplinaridade dos conteúdos, a Faculdade possibilitará por meio das atividades complementares a vivência de situações que permitirão ao acadêmico relacionar os conhecimentos teóricos com a sua futura prática profissional, além de propiciar experiências para a sua formação humanística e interdisciplinar.

2.11.1 Regulamentação das Atividades Complementares

Este regulamento disciplina as atividades complementares no âmbito do Curso de Bacharelado em **Relações Internacionais** da **Faculdade CESUMAR**.

O regulamento das atividades complementares define os procedimentos que devem ser seguidos pelos acadêmicos, servindo como orientação e definindo os direitos e as obrigações dos envolvidos.

CAPÍTULO I

Caracterização das atividades Complementares

Art. 1º As atividades complementares que integram obrigatoriamente o, estão divididas em 03 categorias:

I – atividades de ensino;

II – atividades de pesquisa; e

III – atividades de extensão.

Art. 2º As atividades de ensino, compreendem:

I – disciplinas complementares, não previstas no currículo e cursadas em outras IES;

II – atividades de monitoria;

III – participação em minicursos que versem sobre a matéria de interesse na formação do graduando;

IV – cursos nas áreas de informática ou língua estrangeira; e

V – aprendizagem à distância com afinidade e aderência aos cursos.

Art. 3º As atividades de pesquisa, compreendem:

I – livro publicado;

II – capítulo de livro;

III – projetos de iniciação científica;

IV – projetos de pesquisas institucionais;

V – artigo publicado como autor ou coautor (periódico com conselho editorial relacionado à área do curso);

VI – resumo em anais;

VII – participação em grupos institucionais de trabalhos e estudos realizados na IES;

VIII - artigo publicado como autor ou coautor, na revista científica da instituição;

IX – relatórios de pesquisa; e

X – apresentação de trabalhos científicos.

Art. 4º As atividades de extensão, compreendem:

I – seminários, oficinas, congressos, simpósios, conferências, encontros, ações comunitárias institucionais e similares;

II – estágio extracurriculares;

III – gestão de órgão de representação estudantil (UNE, UEE, DCE e CA) e/ou representação discente junto a órgãos colegiados da IES (colegiados de cursos);

IV – autoria e execução de projetos relacionados ao curso;

V – visitas técnicas;

VI – organização de eventos minicursos, oficinas

VII – atuação social beneficente (doação de sangue, assistencialismo)

VIII – atividades no âmbito cultural;

IX – atividades no âmbito esportivo (atletas representando a instituição em JUB, e/ou Jogos Abertos devidamente registrados nas federações competentes);

X – participação em sessões de defesa de trabalho de conclusão de curso (TCC).

CAPÍTULO II

Da Validação das Atividades Complementares.

Art. 5º Os documentos comprobatórios das atividades complementares deverão ser encaminhados à Secretaria Acadêmica.

Art 6º O pedido de registro das Atividades Complementares será feito pelo interessado, perante o Protocolo Geral e encaminhado para parecer da coordenação dos cursos.

Art 7º - O aluno que discordar da quantificação atribuída à Atividade Complementar poderá, no prazo de 03 (dias) após a publicação, apresentar pedido de revisão do mesmo ao coordenador de curso, protocolando o pedido.

Art 8º - Somente terão validade para fins de deferimento, as atividades complementares realizadas pelo acadêmico durante o período de graduação nos cursos.

Art 9º - Todas as atividades Complementares executadas devem ser comprovadas através de documento oficial, fornecido pelo organizador do evento ou atividade, devidamente assinados com a identificação do responsável que o assinou, informação da carga horária, especificando o período do evento e datados.

Art. 10º - O aluno não poderá cumprir a carga horária estipulada por cada curso com uma única atividade de graduação.

Art. 11 – Os limites de carga horária estão previstos no anexo único deste regulamento.

Categorias	Atividades	Máximo de carga horária atribuíveis	Procedimentos para validação
Ensino	Disciplinas complementares, não previstas no currículo e cursadas em outras IES	60	Histórico escolar
	Atividades de monitoria	35	Relatório final de monitoria, encaminhado pelo departamento responsável
	Participação em minicursos que versem sobre a matéria de interesse na formação do graduando	30	Certificados emitidos pelos organizadores do evento
	Cursos nas áreas de informática ou língua estrangeira	40	Certificados emitidos pelas unidades de ensino
	Aprendizagem à distância com afinidade e aderência aos cursos	45	Certificados / histórico emitidos pelos organizadores.
Pesquisa	Livro publicado	40	Cópia da capa e ficha catalográfica
	Capítulo de livro	35	Cópia da capa e ficha catalográfica e cópia do capítulo
	Projetos de iniciação científica	45	Relatórios, termo de outorga ou certificados emitidos pela diretoria responsável
	Projetos de pesquisas institucionais;	40	Relatórios, termo de outorga ou certificados emitidos pela diretoria responsável
	Artigo publicado como autor ou coautor (periódico com conselho editorial relacionado à área do curso)	25	Cópia do artigo e documentação de aprovação pelo conselho editorial
	Resumo em anais	20	Cópia do resumo e documentação de aprovação pelo comitê de avaliadores
	Participação em grupos	20	Relatórios emitidos e assinados

Categorias	Atividades	Máximo de carga horária atribuíveis	Procedimentos para validação
	institucionais de trabalhos e estudos realizados na IES		pelo líder do grupo de pesquisa registrado no lattes
	Artigo publicado como autor ou coautor, na revista científica da instituição	25	Cópia do artigo e documentação de aprovação pelo conselho editorial
	Relatórios de pesquisa	15	Relatórios, termo de outorga ou certificados emitidos pela diretoria responsável
	Apresentação de trabalhos científicos	25	Cópia do resumo e documentação de aprovação pelo comitê de avaliadores
Extensão	Seminários, oficinas, congressos, simpósios, conferências, encontros, ações comunitárias institucionais e similares	35	Cópia dos certificados, expedidos pelos responsáveis do evento
	Estágio extracurriculares	60	Declaração das entidades responsáveis pelo estágio e diretoria responsável
	Gestão de órgão de representação estudantil (UNE, UEE, DCE e CA) e/ou representação discente junto a órgãos colegiados da IES (colegiados de cursos);	10	Declaração emitida pela representação estudantil devidamente assinados e reconhecidos pelo órgão colegiado
	Autoria e execução de projetos relacionados ao curso;	25	Relatórios, termo de outorga ou certificados emitidos pelo diretoria responsável
	Visitas técnicas	15	Listagem emitida pelo professor responsável pela visita, devidamente autorizado pelo coordenador.
	Organização de eventos mini-cursos, oficinas	25	Certificados emitidos pelos organizadores.do evento
	Atuação social beneficente (doação de sangue, assistencialismo)	5 (doação de sangue) 20 (assistencialismo)	Declaração de doador Declaração da entidade

Categorias	Atividades	Máximo de carga horária atribuíveis	Procedimentos para validação
	Atividades no âmbito cultural;	10	Declaração da entidade responsável
	Atividades no âmbito esportivo (atletas representando a instituição em JUB, e/ou Jogos Abertos devidamente registrados nas federações competentes)	10	Declaração da entidade responsável
	Participação em sessões de defesa de trabalho de conclusão de curso (TCC),	15	Mediante declaração assinados por pelos menos, um membro da banca e coordenador de estágio

2.12 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC se destina a aprofundar os métodos e técnicas de investigação científica do aluno, bem como a desenvolver os conhecimentos teóricos e práticos relacionados com a problemática a estudar. Pretende-se que a elaboração, defesa e aprovação dos TCC seja o culminar do processo de formação do acadêmico.

Seguindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em **Relações Internacionais**, Resolução Nº. 1, de 16 de janeiro de 2009, o Trabalho de Conclusão de Curso para o bacharelado em **Relações Internacionais** é obrigatório e deverá conter os seguintes componentes:

- I - uma reflexão escrita sobre o processo de desenvolvimento do trabalho;
- II - uma exposição individual ou coletiva em espaço público;
- III - apresentação a uma banca examinadora por professores e profissionais da área.

2.6.1. Regulamentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

CAPÍTULO I

DA CONSTITUIÇÃO, FINALIDADE E OBJETIVO

Art. 1º. A elaboração de TCC constitui-se em atividade obrigatória do último ano do Curso, departamentalizado na Coordenação de Curso e coordenada pelo Núcleo de Orientação Pedagógica.

Art. 2º. A monografia do tem por finalidade a elaboração e defesa de um trabalho de natureza científica, que deverá abordar temas das áreas de conhecimento do curso, objetivando estimular a criatividade, capacidade de pesquisa e argumentação do aluno através da reflexão escrita sobre o processo de desenvolvimento do trabalho e de uma exposição individual ou coletiva em espaço público, exposto de maneira articulada e formalmente correta.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 3º. A orientação do TCC deverá ser realizada por docentes com formação na área do curso que desempenham atividades de coordenação, orientação e avaliação do trabalho, sob a responsabilidade deste núcleo.

CAPÍTULO III

DA COORDENAÇÃO

Art. 4º. A Coordenação do TCC será feita por um professor integrante da carreira docente.

Art. 5º. São atribuições do Coordenador do TCC:

I – Organizar e divulgar a relação de professores-orientadores e as respectivas áreas de conhecimento em que pretendem atuar:

II – Orientar os acadêmicos na escolha dos respectivos professores orientadores, respeitando o limite sugerido de no Máximo 10 (dez) orientações por docente;

III – Indicar orientadores aos acadêmicos que estiverem sem orientador e coordenar, quando for o caso, o acúmulo de candidatos à orientação de um determinado docente ou, conduzir o processo de substituição do professor orientador.

IV – Estabelecer e divulgar calendário geral das atividades do TCC, observando o disposto no art. 6º deste regulamento;

V – Convocar, sempre que necessário, os professores orientadores para discutir questões relativas à organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação da monografia, em reuniões formais ou informais;

VI – Convocar, mediante comunicação e anuência dos professores orientadores, os discentes envolvidos no processo para tentar dirimir dúvida ou contribuir ao bom encaminhamento dos trabalhos, cuidar para que os prazos estabelecidos sejam cumpridos ou, ainda, reconduzir aqueles que os respectivos orientadores apontem como passíveis de coorientação;

VII – Coordenar o processo de constituição das bancas examinadoras, ouvindo o professor orientador;

VIII – Organizar o processo de apresentação dos trabalhos, com a designação e divulgação de datas, horários e local da realização da monografia das bancas examinadoras para a defesa, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias;

IX – Divulgar o resultado final (nota de aprovação ou reprovação) dos alunos matriculados na disciplina;

X – Deliberar sobre prazos e procedimentos em caso de reprovação;

XI – Resolver quaisquer casos omissos.

Art. 6º. A organização do curso, com os respectivos orientados e seus temas deverá estar concluída até à 3ª semana do primeiro bimestre, sendo então marcada uma primeira reunião entre o Coordenador do TCC e os docentes orientadores. Da pauta de tal reunião constarão entre outros assuntos o cronograma de atividades, as fichas de orientação e outras documentações. Caberá ao Coordenador a divulgação dos resultados de tal reunião, além de outras disposições como:

I – A divulgação da lista com os nomes dos professores orientadores, suas áreas de pesquisa/ conhecimento e horários e disponibilidade para orientar o projeto e a monografia;

II – A fixação de prazos para:

- a) Apresentação do projeto, com a orientação do professor;
- b) Alteração do projeto, com a anuência do professor;
- c) Entrega das redações provisórias estabelecidos para os trabalhos;
- d) Entrega dos relatórios de acompanhamento requisitado ao professor orientador;
- e) Devolução do trabalho pelo professor orientador ao orientado, com as devidas observações e correções;
- f) Entrega do trabalho definitivo ao Coordenador do núcleo;
- g) Definição das bancas examinadoras.

CAPÍTULO IV **DA ORIENTAÇÃO**

Art. 7º. O aluno matriculado no núcleo de Orientação de Monografia escolherá como orientador um professor do Curso da Instituição.

Art. 8º. Para designação do orientador preceder-se-á da seguinte forma:

I – Cada professor fornecera ao coordenador da disciplina no início do bimestre de, uma lista contendo áreas de pesquisa/ conhecimento as quais se propõe a orientar;

II – Até meados do primeiro bimestre do ano letivo em que fará o TCC, cada aluno deverá apresentar requerimento no qual constará a sugestão de até 03 (três) nomes escolhidos dentre o rol de professores listados como orientadores, com as respectivas áreas de atuação. Tal relação será fornecida pelo Coordenador do Núcleo, com as propostas de tema;

III – Os Professores orientadores escolherão entre os requerimentos então apresentados, seus orientados, observando o limite sugerido de 10 (dez) orientações por docente, ressalvados casos de excepcional condição, quando sempre com a anuência do docente, serão permitidas inclusões.

IV – Caberá ao coordenador do Núcleo definir os docentes encarregados de tais orientações, a ele mesmo cabendo o enquadramento em todas as disposições anteriores e conforme sua disponibilidade.

Art. 9°. Para fins de documentação, cada orientador receberá seu respectivo certificado ao final de cada ano letivo.

O valor pecuário da orientação, calculado por orientando, orçara em 0,25% da hora-aula do docente.

Art. 10°. Poderá haver recusa de orientação por parte do docente quando:

- I – O número de candidatos for superior ao limite recomendado por orientador;
- II – Houver incompatibilidade entre o tema pretendido pelo aluno e a área de pesquisa/ conhecimento do professor orientador.

Parágrafo único. Em caso de recusa, será garantido ao discente, a indicação de outro professor para orientação. Esta será concretizada pelo Coordenador do TCC.

Art. 11°. Compete aos orientadores:

- I – Agendar entrevistas quinzenais com seus orientados;
- II – Colaborar com o aluno na escolha e delimitação do tema do TCC bem como seu plano e cronograma de atividades;
- III – Sugerir ao aluno a bibliografia específica e alguns meios de pesquisa;
- IV – Verificar o andamento do trabalho em todas as etapas;
- V – Acompanhar e orientar o aluno no processo de elaboração do TCC;
- VI – Convocar a presença e solicitar a realização das tarefas previstas para cada etapa e estabelecer sanções no caso de descumprimento delas;
- VII – Comunicar ao Coordenador do TCC a ocorrência de quaisquer problemas, dificuldades ou dúvidas relativas ao processo de orientação, bem como o descumprimento dos deveres do orientado.
- VIII – Participar das bancas examinadoras para as quais for designado como membro, priorizadas as de seus orientados;

IX – Opinar em casos pendentes.

Parágrafo único. O não comparecimento do orientando às sessões de orientação aprazadas pelo professor orientador desobriga o docente de qualquer reposição em novo horário e acarreta ao discente o ônus da justificativa.

CAPÍTULO V DA AVALIAÇÃO

Art. 12°. O trabalho de TCC será avaliado por uma banca examinadora constituída para este fim, da qual farão parte o professor orientador e mais dois docentes do curso, designados pelo Coordenador do TCC. À banca caberá julgar e avaliar a apresentação oral e o trabalho exposto pelo acadêmico durante a exposição coletiva, obedecidos os seguintes critérios:

I – O Coordenador do TCC é o presidente de todas as bancas e deverá estar presente ao menos no início e no final de toda exposição;

II – O aluno terá 20 (vinte) minutos para a apresentação do trabalho e a banca disporá de 10 (dez) minutos para a arguição;

III – Terminada a arguição, o aluno será convidado a se retirar para que a banca delibere e defina a nota final;

IV – Ato contínuo, o coordenador do TCC comunicara ao aluno o resultado. Em caso de aprovação, o aluno será orientado a proceder às eventuais modificações sugeridas pela banca, em tempo hábil para imprimir as cópias necessária;

V – Em caso de reprovação caberá à banca junto com o Coordenador de TCC e o orientador, definir prazos e condições para que o discente rerepresente o seu trabalho;

VI – Em todos os casos, omissos ou não, o Coordenador de TCC se obriga a prestar esclarecimentos, enviar relatórios e acatar sugestões de procedimentos da parte da Coordenação geral do Curso.

Parágrafo único. Caracterizado qualquer caso de plágio ou fraude na elaboração do trabalho de TCC o aluno estará automaticamente reprovado.

CAPÍTULO VI DOS ORIENTANDOS

Art. 13°. São deveres do orientando:

- I – Cumprir e fazer cumprir as normas e regulamentações próprias do Trabalho de Conclusão de Curso.
- II – Seguir o plano e cronograma de atividades estabelecidos em comum acordo com seu professor orientador;
- III – Manter contatos com o orientador nos horários pré-estabelecidos;
- IV – Elaborar e apresentar, na data acordada, a versão final do seu trabalho, de acordo com o presente regulamento e as instruções de seu orientador;
- V – Entregar ao Coordenador o TCC em prazo hábil, 03 (três) cópias de inteiro teor, além de cópia em CD para arquivo e comprovante de registro de frequência em papel timbrado da instituição;
- VI – Comparecer no dia, horário e local determinados pela Coordenação do TCC para apresentar e defender a versão final de seu trabalho monográfico.

Parágrafo único. A não observância dos deveres constantes deste artigo impossibilitarão a entrega e defesa do trabalho perante a banca examinadora.

Art. 14°. São direitos do orientando:

- I – Definir a temática do TCC em conformidade com as linhas de pesquisa da instituição.
- II – Ter um professor orientador de sua escolha ou indicado segundo a forma prevista neste regulamento;
- III – Participar do planejamento e estabelecimento do cronograma de atividades do trabalho monográfico, juntamente com o professor orientador;
- IV – Ser previamente informado da composição da banca examinadora de seu trabalho monográfico, bem como do local, data e horário de apresentação do mesmo.

CAPÍTULO VII DAS ATIVIDADES DA DISCIPLINA

Art. 15°. O orientado deverá apresentar ao Coordenador do TCC, em data fixada pelo Coordenador, o trabalho de TCC já avaliado e aprovado por seu professor orientador.

Art. 16°. O projeto do TCC deverá ser elaborado de acordo com este regulamento e com as recomendações do orientador.

Parágrafo único. O discente deverá apresentar o projeto de TCC devidamente assinado pelo seu orientador, implicando assim em sua aceitação.

Art. 17°. A estrutura formal de versão final do projeto de TCC deverá seguir os critérios contidos no manual de normas técnicas adotado, acatados sugestão do NAP (Núcleo de Apoio Pedagógico) da instituição.

Art. 18°. Deverão ser protocoladas na coordenação do curso três cópias de inteiro teor do trabalho monográfico encadernado em espiral, mediante recibo, na data fixada no calendário de entrega, bem como uma cópia em disquete para fins de arquivo, em versão Word para Windows.

Art. 19°. As bancas examinadoras do TCC serão constituídas pelo Coordenador do Núcleo e constarão, obrigatoriamente, do professor orientador do trabalho e por outros dois membros, ouvido sempre os professores orientadores conforme praxe de protocolo.

§ 1º: Poderá compor a banca examinadora um membro não integrante do quadro docente da instituição mediante convite e aprovação do orientador e do coordenador do Núcleo de Orientação.

§ 2º: Quando da designação da banca examinadora deverão ser indicados membros suplentes encarregados de substituir qualquer dos membros efetivos da banca em caso de impedimento ou de força maior.

Art. 20°. As sessões de defesa do TCC serão públicas e reservadas aos docentes e discentes da instituição.

Parágrafo único. Não será permitido aos membros das bancas examinadoras tornarem públicos os conteúdos das monografias antes das suas defesas.

Art. 21°. O orientando que não entregar o TCC ou que não realizar defesa oral, estará automaticamente reprovado.

Art. 22°. A atribuição das notas dar-se após o encerramento da etapa de arguição, obedecendo ao sistema de notas individuais por examinador.

§1º: A banca examinadora, na avaliação, levará em consideração os seguintes itens:

I – No trabalho escrito, a redação do texto, a relevância do tema, a definição do problema e/ou hipóteses, a pesquisa bibliográfica, os objetivos alcançados, os métodos e técnicas empregadas, as conclusões e a observância às normas para apresentação dos trabalhos em conformidade ao contido neste regulamento;

II – Na exposição oral e defesa, o domínio demonstrado do conteúdo do trabalho, a clareza, a objetividade, a coerência e a segurança.

§ 2º: Utilizar-se, para atribuição das notas, fichas de avaliação individual, onde cada membro da banca examinadora devesse apor suas notas para o trabalho escrito e a exposição oral.

§ 3º: A nota final do TCC do orientado será o resultado da média aritmética das notas atribuídas pelos membros da banca examinadora.

§ 4º: Em caso de aprovação mediante compromisso assumido pelo orientando quanto a correções e reformulações, as notas serão atribuídas pelos integrantes da banca após o cumprimento formal destas exigências.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 23°. O registro da avaliação final do orientando será feito em livro próprio expedido pela coordenação do curso e encaminhado nos prazos regulamentares.

Art. 24°. Os casos omissos serão resolvidos pelo coordenador do TCC em deliberação conjunta com o Coordenador do Curso.

2.13 Apoio Discente

A **Faculdade CESUMAR** tem como uma de suas principais preocupações o seu discente. Permitir que o discente tenha acesso à formação superior e mantê-lo na faculdade não é somente a preocupação do discente e de sua família, mas também da IES em que está matriculado. Para tanto, a **Faculdade CESUMAR** promove uma série de ações visando à possibilidade de o discente efetivar a matrícula e viabilizar sua permanência na Universidade. Para tanto, realiza adesão a todos os programas governamentais de inclusão e acesso ao ensino superior, por meio de concessão de bolsas de estudo para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil (PROUNI e FIES).

A participação de entes públicos e empresas do setor privado, em parceria com a **Faculdade CESUMAR**, permitem que os discentes tenham melhores condições de estudo e desta forma tenham como principal preocupação o desempenho escolar e o aproveitamento acadêmico.

Citam-se abaixo algumas das ações que se tornam metas a serem alcançadas:

- I. Participar de todos os projetos de bolsas públicas, em nível federal, estadual e municipal, tais como PROUNI e FIES.
- II. Incentivar e interceder junto a instituições públicas que destinem verbas em forma de bolsa para discentes mais carentes, quando não existir ou for incipiente este tipo de ação no nível analisado. Por exemplo, buscar parceria com prefeituras, governo de Estado, autarquias, órgãos de fomento educacional, entre outros.
- III. Formar parcerias com associações, cooperativas, grandes empresas, instituições religiosas, prefeituras municipais, em relação a bolsas parciais, com obrigatoriedade de o discente prestar serviços à comunidade, permitindo acesso a um maior número de discentes ao curso superior.
- IV. Promover cursos de nivelamento para que se reduza o impacto causado ao discente egresso do ensino médio, tão diversificado que é hoje em nosso País.
- V. Oferecer bolsas trabalho e bolsas monitoria dentro das necessidades da **Faculdade CESUMAR** e nas condições orçamentárias da MANTENEDORA.

- VI. Oferecer serviços de alimentação em cantinas a preços populares, e manter um controle de qualidade sobre estes produtos, mesmo em caso de terceirização deste serviço.
- VII. Procurar manter uma pequena livraria e papelaria para reduzir os custos do material para seus discentes, bem como serviço de reprografia com preços menores que o exercido no mercado local.
- VIII. Parceria com as escolas – publica e privadas de ensino médio, permitindo bolsas em processos seletivos mais baratos para os discentes oriundos destas instituições, bem como prestar serviços as escolas públicas no âmbito de prestação de serviços de qualificação de seus docentes e premiação em material escolar para as escolas com discentes que optaram pela **Faculdade CESUMAR**.
- IX. Fazer convênios com grandes editoras que viabilize o acesso dos discentes a livros virtuais, bem mais baratos que livros reais.
- X. Incentivar a aquisição de livros por parte dos discentes através de programa de fidelidade e pontuação. Discentes mais frequentes, com boas notas, sem atrasos em seus compromissos com a **Faculdade CESUMAR** (em relação a documentação, biblioteca, financeiro) podem trocar seus pontos por descontos, livros, vales transportes, ingresso para eventos acadêmicos, entre outros brindes úteis.
- XI. Estabelecer em acordo com a mantenedora programa de incentivo a pontualidade financeira, com descontos para os discentes.

2.8.1. Ouvidoria

A Ouvidoria da **Faculdade CESUMAR**, representada por um ouvidor, é o órgão de otimização da comunicação e aperfeiçoamento dos padrões e mecanismos de transparência, eficiência, segurança e controle dos serviços prestados no âmbito de suas unidades, e tem como objetivos:

- I - Assessorar a Direção Geral da **Faculdade CESUMAR** quanto aos itens de maior incidência ou de maior relevância, com o fim precípua de reestruturação de ações e procedimentos para toda a comunidade acadêmica;
- II - orientar a comunidade acadêmica em relação à utilização da Ouvidoria;
- III - identificar suas instâncias e forma de resolução e orientação das necessidades de docentes e discentes; e
- IV - permitir a participação efetiva da comunidade, tendo em vista a melhoria das condutas acadêmicas e administrativas.

2.8.2. Apoio Pedagógico e Financeiro

2.8.2.1. Apoio pedagógico - NAP

No apoio pedagógico a **Faculdade CESUMAR** constituiu em sua estrutura a implantação do NAP, que tem como objetivos:

- I. Assessorar a instituição educacional para que esta desenvolva a articulação dos processos de ensino e aprendizagem;
- II. Oferecer ao corpo docente apoio didático pedagógico permanente e condições de formação continuada em serviço;
- III. Viabilizar aos discentes mecanismos de melhoria do processo de aprendizagem.

2.8.2.2. Estímulos à permanência: Monitoria – Nivelamento - Atendimento Psicopedagógico

Um dos programas para inserção do estudante no mundo acadêmico é a monitoria. A monitoria constitui-se num processo de nivelamento para os estudantes, uma vez que, havendo necessidade, poderá utilizar esse espaço para atividades de cunho teórico ou prático, na qual um acadêmico-monitor, sob orientação de o docente titular da disciplina, auxilia o estudante na execução de trabalhos, elaboração de relatórios, exercícios, repetição de experimentos etc.

Outra ação da **Faculdade CESUMAR** é o Curso de Nivelamento, que será ofertado no início do ano letivo, para os discentes ingressantes, que tem o objetivo de corrigir as deficiências dos conteúdos recebidos no Ensino Médio.

O Curso será ministrado nas instalações da **Faculdade CESUMAR**, em horário especial e terá uma carga horária mínima de 20 horas e máxima de 30 horas, conforme a necessidade.

Outra ação é o atendimento psicopedagógico da **Faculdade CESUMAR** será realizado por profissional qualificado que identifica através de testes e entrevistas os problemas apresentados. Quando o baixo rendimento acadêmico está associado a problemas de comportamento, há risco de desajustamento psicossocial. O objetivo da análise é de verificar os efeitos de uma intervenção baseada em princípios da aprendizagem mediada, sobre o desempenho acadêmico e problemas de comportamento, em acadêmicos que apresentam ambas as dificuldades.

2.8.2.3. Organização estudantil (espaço para participação e convivência estudantil)

Os discentes dispõem de espaços internos de participação e convivência, os quais oferecem locais para lazer, alimentação e convivência.

Uma das ações estratégicas foi a criação de um Centro de Convivência no campus, oportunizando aos estudantes maior relacionamento e troca de experiências entre as diferentes áreas do conhecimento.

2.8.2.4. Acompanhamento dos Egressos

Uma série de medidas manterá nossos egressos em contato com a **Faculdade CESUMAR**, permitindo que continuamente melhorem em suas habilidades e competências quanto à capacidade técnica, de conhecimento e de comportamento ético social. Para isto a **Faculdade CESUMAR** implantará o Projeto Egresso que entre outras ações, visa a:

- I. Oferecer uma identificação, que permitirá ao egresso o uso de biblioteca e do webmail, assim como desconto em cursos de extensão e pós-graduação.

- II. Manter um contato constante dentro do projeto de Avaliação Institucional, permitindo à **Faculdade CESUMAR** ter um “feedback” de suas ações, avaliando seus projetos pedagógicos a partir de seu principal ator – o discente egresso.
- III. Promover contato permanente com a intenção de criar um banco de empregos e oportunidade, bem como realizar eventos periodicamente reunindo as turmas formadas em eventos sociais esporádicos.
- IV. Permitir que o egresso tenha participação nos conselhos da **Faculdade CESUMAR** como colaborador da comunidade.
- V. Promover, em conjunto com a mantenedora, que o egresso tenha acesso a todos os convênios que a **Faculdade CESUMAR** venha a firmar, tanto no aspecto acadêmico como financeiro.

2.8.2.5. Apoio Financeiro

No apoio financeiro a **Faculdade CESUMAR** desenvolve um acompanhamento das atividades de orientação aos acadêmicos e na execução de programas de auxílio financeiro.

- DESCONTO FAMILIAR– desconto para os discentes que apresentarem a Certidão de Nascimento e comprovarem o vínculo sanguíneo. Também concedido para casais que comprovarem a relação estável;
- PROUNI - a **Faculdade CESUMAR** fará adesão ao Programa Universidade Para Todos (Prouni), do Ministério da Educação (MEC);
- FIES – Financiamento estudantil disponibilizado aos discentes, seguindo as normas da Legislação específica e as diretrizes do Governo Federal;
- BOLSAS INTEGRAIS / PARCIAIS (100%, 75%, 50%, 25%) – concessão de bolsas a futuros discentes provenientes da rede pública de ensino médio, de acordo com a classificação no vestibular onde são ofertadas as vagas;

- DESCONTOS PARA FUNCIONÁRIOS DE EMPRESAS CONVENIADAS – concessão de desconto de valor correspondente a uma mensalidade, de acordo com o plano de pagamento optado pelo discente;
- DESCONTO PONTUALIDADE – concessão de desconto nas mensalidades para os discentes que efetuam os pagamentos da mensalidade até a data de vencimento.

A **Faculdade CESUMAR**, comprometida em oferecer condições que atendam a diferentes perfis socioeconômicos, tem opções próprias de financiamentos, que contribuem para um melhor planejamento financeiro de seus acadêmicos.

2.14 Ações Decorrentes dos Processos de Avaliação do Curso

A autoavaliação do curso será realizada pelo Núcleo Docente Estruturante e pelo Conselho do Curso, utilizando-se dos relatórios da CPA, dos resultados e relatórios do ENADE e da análise das notas alcançadas pelos discentes nas disciplinas do curso.

A primeira ação do Coordenador será a de analisar profundamente o relatório de avaliação que os discentes fazem da Coordenação e de cada um dos docentes que ministram disciplinas para o curso. Isto inclui analisar até as classificações individuais. Essa ação levará a uma reflexão a ser discutida pelo NDE numa fase preparatória de síntese de itens e fatores que melhoram e que pioram os desempenhos de cada docente. O exagero para mais ou para menos, na maioria das vezes, prevê uma tendência, e será relegado a outras etapas de avaliação, já que, em geral, não é construtivo.

A próxima etapa é levar as conclusões da Coordenação para análise do NDE, que tomará conhecimento dos desempenhos didático e pedagógico dos docentes do curso, com vistas centradas nos itens que influenciam a integração disciplinar, nos itens que influenciam na consolidação do perfil do egresso, nos itens de cumprimento dos planos de ensino, nos itens relacionados ao desenvolvimento de linhas de pesquisa, à iniciação científica e à extensão. Ou seja, nos itens que dizem respeito à relação do curso com as exigências do mercado de trabalho e que estejam consoantes às políticas públicas da área de formação.

Essas análises serão feitas em reuniões que acontecem no mínimo duas vezes por semestre, tanto dos NDE como do Conselho de Curso. Para isso são contadas horas de trabalho na carga docente remunerada. Feitas as análises, elencam-se as ações que serão

levadas a efeito: Quem? Quando? Quanto? Estas indagações devem ser respondidas colegiadamente.

No decorrer do ano letivo o sistema acadêmico fornecerá relatórios do andamento pedagógico de cada discente do curso: notas, faltas, atividades complementares. Estes relatórios serão emitidos pela Coordenação e de posse deles o Coordenador deverá entrar em contato individualmente com cada discente que demonstra enfrentar dificuldades, sem motivos aparentes ou conhecidos.

As reuniões do NDE, Conselho de Curso, e Turmas, serão realizadas independentemente da CPA.

2.15 Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no processo de ensino-aprendizagem

É importante ressaltar que tanto no âmbito educativo como no organizacional as TICs estão assumindo um papel cada vez mais influente e imprescindível, sendo notória uma evolução permanente nos paradigmas relacionados com a sua utilização. Se encararmos os diversos componentes das IES numa perspectiva sistêmica, se houver um conhecimento integrador das realidades e necessidades e a esta visão aplicarmos os recursos tecnológicos adequados, poderemos dar um salto qualitativo na produtividade e eficiência do uso educativo das TICs, o que levará a refletir nos resultados educativos da instituição cujo beneficiário principal é o discente.

Pretende-se, com esta ação de formação, promover o desenvolvimento curricular, a integração inter e transdisciplinar das TICs, a elaboração de objetos de aprendizagem e a sua aplicação no processo de ensino e aprendizagem, de forma a fomentar o desenvolvimento da qualidade do ensino e da aprendizagem.

Pretende-se ainda promover a reflexão sobre metodologias de aplicação das TICs no processo de ensino e aprendizagem, incentivar a produção e o uso, pelos docentes, de materiais de apoio ao ensino e sua disponibilização online, prolongando os momentos de aprendizagem no tempo e no espaço.

As ferramentas de comunicação e interação não presenciais proporcionados pelas TICs podem ser potencializadas na promoção de boas práticas nos vários contextos e

modelos de aprendizagem, de que são exemplo o trabalho colaborativo e as comunidades virtuais de aprendizagem.

A implementação de novos modelos curriculares com maior ênfase em competências transversais e na realização de tarefas de uma forma autônoma por parte do discente e ainda a inclusão de novas áreas curriculares não disciplinares, justifica a formação de docentes de forma a dar resposta a estes paradigmas, incluindo as TICs como ferramentas geradoras de novas situações de aprendizagem e metodologias de trabalho.

Esta ação será desenvolvida com os docentes da **Faculdade CESUMAR**, com a finalidade de dar resposta às necessidades de formação de habilidades e competências aos docentes quanto ao uso das TICs nas suas atividades de ensino e aprendizagem. O que se espera é: produzir mudanças de práticas, procedimentos pedagógicos, assim como o uso de objetos de aprendizagem já disponíveis na internet visando à:

- ✓ utilização de metodologias ativas e participativas, com recurso às TICs, no processo de ensino e aprendizagem;
- ✓ utilização crítica das TICs como ferramentas transversais ao currículo;
- ✓ partilha de experiências/recursos/saberes no seio da comunidade educativa;
- ✓ valorização de uma prática avaliativa indutora de melhoria da qualidade dos processos educativos;
- ✓ estímulo a estratégias pedagógicas promotoras de metodologias inovadoras;
- ✓ adoção de práticas que levem ao envolvimento dos discentes em trabalhos académicos com TICs;
- ✓ produção, utilização e avaliação de objetos de aprendizagem que possam potencializar a construção do conhecimento;
- ✓ mudança de práticas, com a integração de ferramentas de comunicação e interação do *Moodle* e da Internet no processo de ensino e aprendizagem;
- ✓ prolongamento dos momentos de aprendizagem no tempo e no espaço, fomentando a disponibilização *online* pelo *Moodle* de recursos educativos;

- ✓ desenvolvimento de projetos/atividades que potencializem a utilização das TIC em contextos interdisciplinares e transdisciplinares;
- ✓ promoção de reflexão decorrente da prática letiva.

2.16 Procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

A avaliação dos discentes está regulamentada no Regimento Geral da **Faculdade CESUMAR** e tem por objetivo orientar alunos e professores na condução e no desenvolvimento da aprendizagem e o (re)pensar das atividades propostas em sala de aula ou fora dela, considerando os objetivos do curso e do perfil desejado do aluno. Ela objetiva a integração entre alunos e professores para o desenvolvimento de uma cultura de avaliação de ensino-aprendizagem do ponto de vista qualitativo e quantitativo dos conteúdos curriculares em paralelo às avaliações de habilidades de aprendizagens, interesses, atitudes, hábitos de estudos, bem como ajustamento pessoal e social.

A avaliação do aproveitamento escolar acontece periodicamente na forma dos dispositivos conhecidos:

- I. Provas Bimestrais.
- II. Avaliação de Trabalhos.
- III. Avaliação de Exercícios e Testes.
- IV. Avaliação de Projetos.
- V. Outras avaliações.

O aproveitamento acadêmico avalia-se em regime semestral ou anual, de acordo com o PPC de cada curso, mensurando-se em notas de zero a dez. Será considerado aprovado na unidade de estudo o aluno que obtiver índice de frequência de 75% (setenta e cinco por cento), no mínimo, das aulas dadas no período letivo e média final maior ou igual a 6,0 (seis).

O aluno que não obtiver a média final suficiente (maior ou igual a 6,0), ou ainda o aluno que tiver faltado à aplicação de qualquer uma das avaliações que compõe a média, pode solicitar a realização de uma prova substitutiva, que irá compor a média final do aluno.

As provas substitutivas são oferecidas semestralmente, e sempre irá substituir uma nota bimestral do bimestre em que é aplicada.

Serão considerados como instrumentos de avaliação para composição da média final trabalhos de pesquisa individuais ou em grupos, exercícios, arguições, trabalhos práticos, seminários, provas escritas e orais, autoavaliações, participação em atividades pedagógicas, portfólios ou quaisquer outros instrumentos previstos nos respectivos planos de ensino das unidades de estudo.

2.17 Participação dos Discentes no Acompanhamento e na Avaliação do PPC

O Corpo discente tem como órgão de representação o Diretório Acadêmico, congregando todos os alunos da **Faculdade CESUMAR**, regido por regimento próprio, por ele elaborado e aprovado de acordo com a legislação vigente.

O corpo discente tem representação, com direito à voz e voto, na forma deste Regimento, nos órgãos colegiados da **Faculdade CESUMAR**.

3. DIMENSÃO 2 – Corpo Docente

3.1 Composição e Atuação do Núcleo Docente Estruturante - NDE

Em conformidade com a **Resolução nº 1 de 17/6/2010**, a **Faculdade CESUMAR** terá na estrutura de seus cursos o NDE – Núcleo Docente Estruturante, constituindo-se o segmento da estrutura de gestão acadêmica de cada Curso de Graduação, com atribuições consultivas, propositivas e avaliativas sobre matéria de natureza acadêmica.

A **Faculdade CESUMAR**, em conformidade com o disposto nos documentos de orientação do Ministério da Educação e considerando a relevância da consolidação de um grupo de docentes, de elevada formação e titulação e com regime de tempo diferenciado, para responderem pela criação, implantação e consolidação do PPC, define regras para o Núcleo Docente Estruturante - NDE, ressaltando a responsabilidade atribuída aos docentes participantes, dentre outras funções, de:

- a) Elaborar o PPC definindo sua concepção e fundamentos.

- b) Estabelecer o perfil profissional do egresso do curso em conformidade com as diretrizes curriculares aprovadas pelo Ministério da Educação.
- c) Atualizar periodicamente o PPC.
- d) Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de Curso, sempre que necessário.
- e) Supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pelo Colegiado.
- f) Analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;
- g) Promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo projeto pedagógico.
- h) Acompanhar as atividades do corpo docente, recomendando ao Colegiado de Curso a instalação ou substituição de docentes, quando necessário.

Os docentes que comporão NDE devem possuir titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu e/ou lato sensu* e serão contratados em regime de tempo integral. O NDE reunir-se-á, ordinariamente, por convocação de iniciativa do seu Presidente, duas vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado.

Docente	CPF	Titulação	Regime de Trabalho
Anselmo Luiz Da Rocha	004.818.929-40	Mestre	Integral
Cristiane Gonçalves de Aguiar	039.882.559-98	Mestre	Integral
Ligia Regina Pereira	029.901.939-01	Especialista	Integral
Reginaldo Aparecido Carneiro	929.175.939-20	Mestre	Integral
Taysa Cristina Nogueira Rossini	058.299.529-98	Mestre	Integral

3.2 Coordenador do Curso

3.2.1. Atuação do Coordenador

O Coordenador participa efetivamente nos órgãos colegiados superiores CONSEPE e com representação no CONSUP. É o presidente do CONSELHO DE CURSO e do NDE, cujas competências são descritas no Regimento da **Faculdade CESUMAR**.

A atuação do coordenador visará a cumprir as suas atribuições mediante a articulação permanente com os demais coordenadores, nas reuniões do CONSEPE no qual tem assento nato, e mediante reuniões individuais, em especial com os coordenadores de cursos que apresentam disciplinas comuns.

3.2.2. Experiência de Magistério Superior e de Gestão Acadêmica do Coordenador

A Coordenadora do curso é a Professora **Ligia Regina Pereira**, que possui graduação em Administração com Habilitação em Comércio Exterior pelo Centro de Ensino Superior de Maringá (2003). Pós-Graduação em Direito Internacional e Econômico pela Universidade Estadual de Londrina (2009) e Mestranda em Administração pela Universidade de Missouri - EUA. Atualmente é sócia exercendo o cargo de diretora comercial da AKON INTERNATIONAL e AKON SERVIÇOS, também é consultora em comércio exterior do SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas, Professora do EAD (Ensino á distância) e presencial do Centro de Ensino Superior de Maringá. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em comércio exterior.

O Coordenador Adjunto do curso é a Professor **Reginaldo Aparecido Carneiro**, Graduado em Administração pela Universidade Estadual de Maringá (UEM - 1996). Mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC - 2000). Especialização no curso de EAD e as Tecnologias Educacionais pelo Centro Universitário Cesumar (UNICESUMAR - 2014). Doutorando pelo Programa de Engenharia de Produção da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). Atuou como Head de Polos de Apoio Presencial pelo NEaD (Núcleo de Educação a Distância) da UNICESUMAR (2013-2015).

Coordenou os cursos de Bacharelado em Administração, Tecnologia em Processos Gerenciais e Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos pelo NEaD UNICESUMAR (2010-2012). Atua como professor titular de graduação e pós-graduação do Centro Universitário Cesumar. Consultor empresarial junto ao SEBRAE-PR. Tem experiência em gestão, atuando principalmente nas áreas de administração da produção, planejamento estratégico, pesquisa de mercado, marketing de serviços e gestão de projetos.

3.2.3. Regime de Trabalho e Carga Horária de Coordenação de Curso

O Regime de Trabalho do Coordenador e do Coordenador-Adjunto é o de Tempo Integral e caberá uma carga **horária semanal de trinta e duas horas** para as atividades da coordenação e atendimento a docentes e discentes. O Coordenador será membro efetivo, com direito a voz e voto, tanto do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, como do Conselho Superior – CONSUP. O Coordenador é presidente nato do Conselho de Curso e do Núcleo Docente Estruturante – NDE.

3.3 **Corpo Docente**

3.3.1. Constituição do Corpo Docente

O Corpo Docente será constituído por professores que exercem atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas. Todo o corpo docente buscará a cada dia sua capacitação e atualização. O corpo docente integra a comunidade acadêmica como um todo, devendo, no desempenho de suas funções, levar em conta o processo global de educação segundo as políticas e os objetivos da **Faculdade CESUMAR**.

Todos os docentes indicados para a **Faculdade CESUMAR** possuem Pós-Graduação *Lato Sensu e Stricto Sensu*. A formação destes professores é adequada às necessidades propostas para o perfil do egresso de cada curso em andamento.

Com relação à formação e experiência pedagógica ressalta-se que a capacitação pedagógica do corpo docente, em sua maioria, acontecerá por meio dos programas de pós-

graduação. Além disso, a instituição contará com o NAP - Núcleo de Apoio Pedagógico, que tem a função de estimular a totalidade da instituição na busca da qualidade do ensino. Suas ações se concentrarão no acompanhamento e na análise das condições pedagógicas, nos procedimentos acadêmicos de cada Curso, viabilizando estratégias direcionadas à superação de qualquer dificuldade detectada. O apoio a ser oferecido pelo NAP aos Coordenadores dos Cursos estará associado ao apoio aos docentes de cada Curso, não só através de encontros específicos, no tratamento de questões pontuais, bem como através de Seminários, Palestras, Debates, Fóruns, com temáticas definidas dentro da área de ensino-aprendizagem.

A **Faculdade CESUMAR** busca oferecer, aos seus professores, todas as condições técnicas para que se desenvolvam os procedimentos pedagógicos necessários para atingir os objetivos colimados pelos seus dirigentes. Assim, é condição imprescindível garantir, permanentemente, elevados níveis de motivação do pessoal docente pela valorização de seu potencial humano, de modo que se vejam estimulados a desenvolver sua competência técnica e a atingir o grau de desempenho almejado.

Para tanto, há que se levar em conta:

- I. a compreensão da filosofia institucional, bem como o entendimento das políticas e estratégias, fortalecendo a imagem institucional e garantindo a adesão consciente do pessoal envolvido em todos os níveis hierárquicos;
- II. as qualidades intrínsecas dos dirigentes, como dinamizadores da prática de reconhecimento do desempenho dos seus funcionários;
- III. o desenvolvimento de atitudes e habilidades de cooperação mútua, a transparência organizacional e o fortalecimento do espírito de equipe;
- IV. a ampliação dos canais de comunicação;
- V. a flexibilização funcional.

Concebido para constituir-se em ação institucionalizada, o Plano de Carreira, de Remuneração e de Capacitação Docente será parte integrante da política de valorização dos recursos humanos da **Faculdade CESUMAR** e mecanismo de incentivo à qualificação e ao constante aperfeiçoamento do professor.

No entanto, buscar-se-á, em toda ocasião, contar com parcerias externas e fontes de recursos alternativas para viabilizar os empreendimentos pretendidos, seja mediante convênios com outras Instituições de Ensino Superior, seja com empresas, especialmente com agências governamentais de fomento à pesquisa e à pós-graduação e de organismos não-governamentais, do terceiro setor, objetivando desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A política de recursos humanos da **Faculdade CESUMAR**, como demonstrado a seguir, privilegia a titulação docente e o regime de trabalho.

A carreira docente da **Faculdade CESUMAR** conta com três categorias de titulação, a saber:

- 1) **Título de Doutor** - Segundo nível da pós-graduação stricto sensu. Tem por fim proporcionar formação científica ou cultural ampla e aprofundada, desenvolvendo a capacidade de pesquisa e exigindo defesa de tese em determinada área de concentração que represente trabalho de pesquisa com real contribuição para o conhecimento do tema. Confere diploma de doutor. Serão considerados os títulos de doutorado, aqueles obtidos em Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu, avaliados e reconhecidos pelo MEC, ou os títulos obtidos no exterior e revalidados por universidades brasileiras.
- 2) **Título de Mestre** - Primeiro nível da pós-graduação stricto sensu. Tem por fim proporcionar formação científica ou cultural, desenvolvendo a capacidade de pesquisa e exigindo defesa de dissertação em determinada área de concentração que represente trabalho de pesquisa/produto com real contribuição para o conhecimento do tema. Confere diploma de mestre. Serão considerados os títulos de mestrado acadêmico e profissional obtidos em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, avaliados e reconhecidos pelo MEC, ou títulos obtidos no exterior e revalidados por universidades brasileiras.
- 3) **Título de Especialista** - Curso em área específica do conhecimento com duração mínima de 360 horas (não computando o tempo de estudo individual ou em grupo sem assistência docente, nem o destinado à elaboração do trabalho de conclusão de curso) e o prazo mínimo de seis meses. Pode incluir ou não o enfoque pedagógico. Confere certificado (Cf. Resolução CNE/CES nº 01/2007).

A carreira docente da **Faculdade CESUMAR** conta com quatro categorias de regime de trabalho, a saber:

1) **Tempo Integral** - O regime de trabalho em tempo integral compreende a prestação de 40 horas semanais de trabalho, na mesma instituição, nele reservado o tempo de, pelo menos, 20 horas semanais para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação (Portaria Normativa N° 40).

Observação: nas IES, nas quais, por acordo coletivo de trabalho, o tempo integral tem um total de horas semanais diferente de 40, esse total deve ser considerado, desde que pelo menos 50% dessa carga horária seja para estudos, pesquisa, extensão, planejamento e avaliação. (Fonte: Formulário Eletrônico de Avaliação- MEC)

2) **Tempo Parcial** – docente contratado atuando com 12 ou mais horas semanais de trabalho na mesma instituição, reservado pelo menos 25% do tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de estudantes. (Fonte: Portaria Normativa nº 40).

3) **Tempo Horista** – docente contratado pela instituição exclusivamente para ministrar aulas, independentemente da carga horária contratada, ou que não se enquadre em outros regimes de trabalho definidos. (Fonte: Portaria Normativa nº 40).

Faculdade CESUMAR - Curso de Bacharelado em Relações Internacionais																							
DOCENTE	CPF	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO	Prod. Bibliográfica					Prod. Técnica				Orientações Concluídas		Experiência em Anos			Titulação Graduação	Maior Titulação Pós-Graduação	Disciplina	Série/Semestre	Carga Horária	
				ARTIGOS	TRABALHOS	RESUMOS	LIVROS	CAPÍTULOS DE LIVROS	OUTROS	APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS	PROGRAMAS	PRODUTOS	TRABALHOS TÉCNICOS	OUTRAS	MESTRADO	DOUTORADO	Experiência Docente Superior						Experiência Docente Ed. Básica
José Aparecido Pereira	804.380.599-72	Doutor	Integral	3				3	1	6			1	13			14		Filosofia - USC, 2000	Doutorado em Filosofia, PUC, 2010	Formação Socio Cultural e Ética	2º	40
Adriane Mazola Russ	500.410.299-68	Mestre	Integral						1								4	2	Fisioterapia - UTP, 1985 e Pedagogia - UAM, 2015	Mestrado em Educação - PUC/PR, 2005	Libras - Língua Brasileira de Sinais	2º	60
Adriane Moskalez	029.755.789-03	Mestre	Integral		2					2				1			2	11	Administração - PUC/PR, 1999	Mestrado em Administração - UFPR, 2015	Introdução as Relações Internacionais	1º	60

Faculdade CESUMAR - Curso de Bacharelado em Relações Internacionais																								
DOCENTE	CPF	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO	Prod. Bibliográfica					Prod. Técnica				Orientações Concluídas		Experiência em Anos			Titulação Graduação	Maior Titulação Pós-Graduação	Disciplina	Série/Semestre	Carga Horária		
				ARTIGOS	TRABALHOS	RESUMOS	LIVROS	CAPÍTULOS DE LIVROS	OUTROS	APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS	PROGRAMAS	PRODUTOS	TRABALHOS TÉCNICOS	OUTRAS	MESTRADO	DOUTORADO	Experiência Docente Superior						Experiência Docente Ed. Básica	Experiência Profissional
Angelo Hartmann Pires	035.199.399-16	Especialista	Integral																6	Geografia -UTP, 2012	Especialização em Geoprocessamento - UFPR, 2009	Geografia Política	1º	60
Anselmo Luiz Da Rocha	004.818.929-40	Mestre	Integral																3	Administração (Gestão em Qualidade) - FAMEC, 2005 e Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Mestrado profissional em Desenvolvimento de Tecnologia - Institutos Lactec - LACTEC, 2016	Organizações Internacionais	4º	80

Faculdade CESUMAR - Curso de Bacharelado em Relações Internacionais																								
DOCENTE	CPF	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO	Prod. Bibliográfica					Prod. Técnica				Orientações Concluídas		Experiência em Anos			Titulação Graduação	Maior Titulação Pós-Graduação	Disciplina	Série/Semestre	Carga Horária		
				ARTIGOS	TRABALHOS	RESUMOS	LIVROS	CAPÍTULOS DE LIVROS	OUTROS	APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS	PROGRAMAS	PRODUTOS	TRABALHOS TÉCNICOS	OUTRAS	MESTRADO	DOUTORADO	Experiência Docente Superior						Experiência Docente Ed. Básica	Experiência Profissional
																			- UBC, 2014					
																						Optativa Interdisciplinar de Área I	4º	80
Antonio Eduardo Gabriel	849.350.659-15	Mestre	Integral							1								15	2	Letras - UEM - 1998	Mestrado em Letras - UNESP - 2002	Análise do Discurso e Produção Textual	3º	60
Bruno Aurelio Camolezi	068.465.199-80	Mestre	Integral	1								3								Geografia (Bacharelado) - UEM, 2010	Mestrado em Geografia UEM, 2013	Geografia Política	1º	60

Faculdade CESUMAR - Curso de Bacharelado em Relações Internacionais																								
DOCENTE	CPF	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO	Prod. Bibliográfica					Prod. Técnica				Orientações Concluídas		Experiência em Anos			Titulação Graduação	Maior Titulação Pós-Graduação	Disciplina	Série/Semestre	Carga Horária		
				ARTIGOS	TRABALHOS	RESUMOS	LIVROS	CAPÍTULOS DE LIVROS	OUTROS	APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS	PROGRAMAS	PRODUTOS	TRABALHOS TÉCNICOS	OUTRAS	MESTRADO	DOUTORADO	Experiência Docente Superior						Experiência Docente Ed. Básica	Experiência Profissional
Cristiane Gonçalves de Aguiar	039.882.559-98	Mestre	Integral	1							2					7		Letras Portugêsa Espanhol - Cesumar - 2005	Mestrado em Gestão do Conhecimento nas Organizações - UniCesumar - 2016	Instrumental em Espanhol I	1º	40		
																				Instrumental em Espanhol II	2º	40		
																				Lingua Moderna (Espanhol)	3º	60		
Daniel Eduardo Dos Santos	341.318.172-68	Doutor	Integral								5							12	8	Economia - UNIPAR, 1995	Doutorado em Ciências Jurídico-Sociais - UMSA-Argentina, 2004	Economia Política Internacional	2º	60

Faculdade CESUMAR - Curso de Bacharelado em Relações Internacionais																									
DOCENTE	CPF	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO	Prod. Bibliográfica					Prod. Técnica				Orientações Concluídas		Experiência em Anos			Titulação Graduação	Maior Titulação Pós-Graduação	Disciplina	Série/Semestre	Carga Horária			
				ARTIGOS	TRABALHOS	RESUMOS	LIVROS	CAPÍTULOS DE LIVROS	OUTROS	APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS	PROGRAMAS	PRODUTOS	TRABALHOS TÉCNICOS	OUTRAS	MESTRADO	DOUTORADO	Experiência Docente Superior						Experiência Docente Ed. Básica	Experiência Profissional	
Ligia Regina Pereira	029.901.939-01	Especialista	Integral							2			1	6						Administração com Habilitação em Comércio Exterior - Cesumar - 2003	Especialização em Direito Internacional - UEL - 2009	Introdução as Relações Internacionais	1º	60	

Faculdade CESUMAR - Curso de Bacharelado em Relações Internacionais																								
DOCENTE	CPF	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO	Prod. Bibliográfica					Prod. Técnica				Orientações Concluídas		Experiência em Anos			Titulação Graduação	Maior Titulação Pós-Graduação	Disciplina	Série/Semestre	Carga Horária		
				ARTIGOS	TRABALHOS	RESUMOS	LIVROS	CAPÍTULOS DE LIVROS	OUTROS	APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS	PROGRAMAS	PRODUTOS	TRABALHOS TÉCNICOS	OUTRAS	MESTRADO	DOUTORADO	Experiência Docente Superior						Experiência Docente Ed. Básica	Experiência Profissional
																					Direitos Fundamentais	4º	80	
Mariane Helena Lopes	049.973.119-01	Mestre	Integral	1	1		13					1								Direito - Cesumar - 2007	Mestrado em Ciências Jurídicas - Cesumar - 2012	Teoria do Estado	3º	80
Paulo Marcelo Ferraresi Pegino	026.018.929-43	Doutor	Integral	3	5	1	1		1			9	5				8	1		Administração - UEM, 2002	Doutorado em Administração de Empresas - FGV/SP, 2014	Organizações Internacionais	4º	80

Faculdade CESUMAR - Curso de Bacharelado em Relações Internacionais																								
DOCENTE	CPF	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO	Prod. Bibliográfica					Prod. Técnica				Orientações Concluídas		Experiência em Anos			Titulação Graduação	Maior Titulação Pós-Graduação	Disciplina	Série/Semestre	Carga Horária		
				ARTIGOS	TRABALHOS	RESUMOS	LIVROS	CAPÍTULOS DE LIVROS	OUTROS	APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS	PROGRAMAS	PRODUTOS	TRABALHOS TÉCNICOS	OUTRAS	MESTRADO	DOUTORADO	Experiência Docente Superior						Experiência Docente Ed. Básica	Experiência Profissional
Priscilla Campiolo Manesco Paixão	038.990.839-00	Mestre	Integral	3	6	3	3		1	1				6			12			História - FAFIMAN - 2000	Mestrado em História - UEM - 2008	História e Cultura Afro - Brasileira	1º	40
																								História e Cultura Indígena
Reginaldo Aparecido Carneiro	929.175.939-20	Mestre	Integral		2	1				1				4						Administração - UEM - 1996	Doutorado em Engenharia de Produção - UNIMEP - 2014	Organizações Internacionais	4º	80
Silvio Ruiz Paradiso	308.682.618-58	Doutor	Integral	33	20	81	4	2	53								3		6	Letras Português /Inglês - UEM,	Doutorado em Letras - UEL, 2014	Instrumental em Inglês II	2º	40

Faculdade CESUMAR - Curso de Bacharelado em Relações Internacionais																								
DOCENTE	CPF	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO	Prod. Bibliográfica					Prod. Técnica				Orientações Concluídas		Experiência em Anos			Titulação Graduação	Maior Titulação Pós-Graduação	Disciplina	Série/Semestre	Carga Horária		
				ARTIGOS	TRABALHOS	RESUMOS	LIVROS	CAPÍTULOS DE LIVROS	OUTROS	APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS	PROGRAMAS	PRODUTOS	TRABALHOS TÉCNICOS	OUTRAS	MESTRADO	DOUTORADO	Experiência Docente Superior						Experiência Docente Ed. Básica	Experiência Profissional
																			2008					
																						Lingua Moderna (Inglês)	3º	60
Taiane Ritta Coelho	009.018.390-86	Mestre	Integral	5	7			2	1	3				4	2			3	9	Administração - PUC/PR, 2010	Mestrado em Administração - UFPR, 2014	Teoria das Relações Internacionais II	4º	80
Taysa Cristina Nogueira Rossini	058.299.529-98	Mestre	Integral	4	2	1			2	2					4					Letras - UEM - 2008	Mestrado em Letras - UEM - 2014	Instrumental em Inglês II	1º	40

Docentes de Relações Internacionais		
Título	Qtde.	%
Doutor	7	28%
Mestre	16	64%
Especialistas	8	8%
Total Geral	25	100 %
Tempo Integral	25	100 %

As políticas de pesquisa estabelecidas para a **Faculdade CESUMAR** estão voltadas para:

- ✓ definição de áreas e linhas de pesquisa;
- ✓ criação, manutenção e dinamização de ações sistemáticas para o estímulo ao desenvolvimento da pesquisa por docentes e discentes, por meio de palestras, seminários, reuniões e outros eventos;
- ✓ realização de parcerias e convênios com outras instituições de ensino, institutos e centros de pesquisa, visando a ampliar os horizontes e enriquecer as trocas de experiências;
- ✓ concessão de auxílio financeiro para o desenvolvimento projetos institucionais;
- ✓ divulgação dos resultados das pesquisas em periódicos e/ou eventos científicos nacionais e/ou internacionais; concessão de bolsas de iniciação científica;
- ✓ realização de simpósios, encontros e demais eventos destinados ao debate de temas científicos;
- ✓ criação de um espaço próprio para os pesquisadores, equipados com terminais de computador com acesso às redes de informação;
- ✓ articulação das linhas de pesquisa mestra da Instituição e incentivo à formação de grupos de pesquisas;
- ✓ captação de recursos para o desenvolvimento de atividades de pesquisa e propor e manter condições de trabalho favoráveis para pesquisadores.

3.4 Composição e Funcionamento do Colegiado de Curso

A composição e o funcionamento do colegiado de curso é regulamentado conforme estabelecido no Regimento Geral da IES e no Plano de Desenvolvimento Institucional, e deverá ser implantado após o início de funcionamento do curso devido as particulares de responsabilidades destinado conforme Regulamento:

Seção III

Do Colegiado de Curso

Art. 12. O Colegiado de Curso, órgão consultivo e de assessoramento do coordenador de curso, tem a seguinte composição:

- I. coordenador do curso, seu presidente nato;
- II. quatro representantes docentes, indicados por seus pares que participam das atividades do curso;
- III. um representante discente, indicado pelos discentes matriculados no curso em eleição direta;

§ 1º Os membros do Colegiado de Curso têm os seguintes mandatos: coincidente com o tempo de permanência no cargo consignado, no caso do Coordenador do Curso;

- I. dois anos para os representantes docentes, condicionado ao exercício da docência no curso devendo ser substituído no caso de inexistência de vínculo com o curso;
- II. um ano para o representante discente. O representante discente deverá ser substituído imediatamente caso o indicado venha a se desligar ou trancar o curso na

Faculdade CESUMAR.

Art. 13. Compete ao Colegiado de Curso:

- I. aprovar os planos de ensino das disciplinas do curso, observadas as diretrizes gerais para sua elaboração, aprovadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- II. coordenar e supervisionar os planos e atividades didático-pedagógica do curso;
- III. coordenar o planejamento, elaboração, execução e acompanhamento do projeto pedagógico do curso, propondo, se necessário, às devidas alterações;

- IV. emitir parecer em projetos de ensino, pesquisa e extensão vinculados à coordenação do curso;
- V. exercer as demais funções que lhe sejam previstas em lei, neste Regimento e nos regulamentos aprovados pelos conselhos superiores;
- VI. participar ativamente da administração acadêmica e administrativa do curso, assessorando o Diretor Geral, Vice-Diretor, Diretores Acadêmicos e Administrativos e demais dirigentes no desempenho de suas funções;
- VII. propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão normas de funcionamento e verificação do rendimento escolar para estágio, trabalho de conclusão e de disciplinas com características especiais do curso;
- VIII. propor aos conselhos superiores e órgãos da **Faculdade CESUMAR** medidas e normas referentes às atividades acadêmicas, disciplinares, administrativas e didático-pedagógica necessárias ao bom desempenho e qualidade do curso;
- IX. sugerir medidas que visem ao aperfeiçoamento e desenvolvimento das atividades da Instituição, bem como opinar sobre assuntos pertinentes que lhe sejam submetidos pelo Diretor Geral;
- X. homologar o aproveitamento de estudos de discentes transferidos;
- XI. homologar o aproveitamento de estudos por competência, em acordo a regulamento próprio;
- XII. zelar pela fiel execução dos dispositivos, regimentais e demais regulamentos e normas das Faculdade CESUMAR.

Seção IV

Disposições Comuns ao Funcionamento dos Órgãos Colegiados

Art. 14. Às reuniões dos órgãos colegiados aplicam-se as seguintes normas:

- I. os órgãos colegiados têm regulamentos internos próprios, respeitadas as disposições constantes deste Regimento;

- II. os órgãos colegiados funcionam com a presença da maioria absoluta de seus membros e decide por maioria dos presentes, salvo nos casos previstos neste Regimento em que se exija quórum especial;
- III. o Presidente do colegiado participa da votação e, no caso de empate, decide por meio do voto de qualidade;
- IV. nenhum membro dos órgãos colegiados pode participar de sessão em que aprecie matéria de seu particular interesse;
- V. ressalvados os impedimentos legais, nenhum membro dos órgãos colegiados pode recusar-se de votar;
- VI. as reuniões ordinárias e extraordinárias são convocadas pelo seu presidente com antecedência mínima de 48 horas, salvo em caso de urgência, constando da convocação a pauta dos assuntos;
- VII. das reuniões, são lavradas atas, lidas, aprovadas e assinadas por todos os presentes, na mesma sessão ou na seguinte;
- VIII. o comparecimento dos membros do colegiado às reuniões plenárias é de caráter obrigatório e tem preferência sobre qualquer outra atividade acadêmica, perdendo o mandato aquele que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a mais de três reuniões consecutivas ou cinco não consecutivas;
- IX. sempre que o assunto e interesse da matéria exigir, a critério do Diretor Geral, os colegiados podem se reunir e tomar decisões conjuntas, desde que convocados para esse fim, sendo lavrada ata de reunião conjunta e sancionados os atos decorrentes com as especificações necessárias.

4. DIMENSÃO 3 - Infraestrutura

As salas de aula, laboratórios, biblioteca, cantina e outras dependências serão de uso privativo dos corpos docente, discente e técnico-administrativo, permitido o acesso de

pessoas de fora da IES quando da realização de eventos, encontros culturais, seminários ou em casos de expressa autorização da Direção Geral.

A infraestrutura física está à disposição dos alunos para atividades extraclasse, desde que pertinentes aos cursos ofertados e dentro dos horários devidamente reservados.

4.1 Condições de Acesso para Portadores de Necessidades Especiais

4.1.1. Instalações Físicas – Adaptações para Acessibilidade

Atenta ao disposto na Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, “sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências físicas”, a **Faculdade CESUMAR** mantém as dependências físicas adequadas com eliminação de barreiras arquitetônicas que possam inibir a circulação de pessoas portadoras de deficiências físicas e foram observados os seguintes itens:

- ✓ assegurado o acesso aos espaços de uso coletivo, para que o deficiente possa interagir com a comunidade acadêmica;
- ✓ instalado lavabos, bebedouros e banheiros adaptados ao uso de portadores de deficiência física;
- ✓ colocação de corrimãos e rampas que facilitam a circulação de cadeiras de rodas;
- ✓ instalação de telefones públicos para uso de deficientes;
- ✓ adaptado portas e banheiros para permitir o acesso de cadeiras de rodas;
- ✓ Vagas para estacionamento.

Além da infraestrutura necessária, a **Faculdade CESUMAR**, proporciona relacionamento saudável, do portador de necessidade especial com toda a comunidade acadêmica visando a sua adaptação.

4.1.2. Instalações Virtuais - Software de Acessibilidade

Com o avanço das tecnologias, hoje há disponível para acesso livre vários *softwares* desenvolvidos para que pessoas com deficiência visual possam utilizar com autonomia o computador através de ampliação de tela e da leitura dos menus e telas por um sintetizador de voz. Dentre os softwares disponíveis para uso, a **Faculdade CESUMAR** utiliza-se do mais conhecido “DOSVOX”.

O DOSVOX é um software gratuito e desenvolvido pelo Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O sistema operacional DOSVOX permite que pessoas cegas utilizem um microcomputador comum (PC) para desempenhar uma série de tarefas, adquirindo assim um nível alto de independência no estudo e no trabalho.
Fonte: <http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox/download.htm>

4.2 Espaço Físico Geral

As salas de aula foram projetadas segundo as exigências específicas do ensino superior. As salas são amplas com iluminação natural e artificial adequadas, atendendo às necessidades de todos os cursos oferecidos pela instituição. O sistema de ventilação é adequado às necessidades climáticas locais, utilizando-se de ventiladores, sempre que necessário. A Instituição prima pelo asseio e limpeza mantendo as áreas livres varridas e sem lixo, pisos lavados, sem sujeira, poeira e lixo, móveis sem poeira. Os depósitos de lixo são colocados em lugares estratégicos, como próximos às salas de aula, na cantina, na biblioteca, nas salas de estudo etc.

As instalações sanitárias gozam de perfeitas condições de limpeza com pisos, paredes e aparelhos lavados e desinfetados e atendem confortavelmente a demanda, inclusive com adaptações para atender os portadores de necessidades especiais. Para isso a instituição manterá pessoal adequado e material de limpeza disponível. Dispõe ainda de instalações apropriadas para o processo de ensino-aprendizagem disponibilizando recursos audiovisuais e multimídias, retirada de pincéis e apagadores, entrega e retirada de provas para reprodução e outros serviços.

No que diz respeito à dimensão, o espaço físico é adequado para o número de usuários e para todos os tipos de atividade desenvolvidos na Instituição. Os gabinetes para direção e coordenações de cursos de graduação, NAP, NDE e professores possuem a infraestrutura necessária no que tange a equipamentos e pessoal.

4.2.1. Acesso a Equipamentos de Informática pelos Docentes e Discentes

Os Professores e alunos utilizarão os laboratórios da **Faculdade CESUMAR** com agendamento para as aulas e em horários livres para consecução de seus trabalhos. Os professores terão ainda computadores disponíveis nas salas dos professores e na sala da coordenação.

A **Faculdade CESUMAR** terá um conjunto de normas de acesso, afeiçoando-as ao perfil profissional previsto para os cursos implantados e em implantação que serão utilizadas. Quanto à aquisição de computadores, periféricos e instrumentos multimeios, a preocupação é com a satisfação dos seguintes itens:

- ✓ máquinas e equipamentos suficientes para uso do corpo docente, dos alunos e dos funcionários técnicos e administrativos;
- ✓ boa relação entre número de usuários e número de máquinas;
- ✓ contratação de pessoal qualificado, sempre disponível em cada laboratório ou oficina de trabalho;
- ✓ operadores qualificados a serviço dos usuários.

4.2.1.1. RECURSOS AUDIOVISUAIS E MULTIMÍDIA

A **Faculdade CESUMAR** tem, em sua infraestrutura de apoio pedagógico, a grande alavanca para a realização de aulas, reuniões e eventos na Instituição.

A aquisição de aparelhos audiovisuais, principalmente os mais usados em sala de aula, como TV, vídeo e retroprojektor, facilitam o fazer pedagógico.

A implantação de um programa de manutenção preventiva, bem como os investimentos na preparação de recursos humanos, para um rápido atendimento aos

professores em sala de aula, além de propiciar o oferecimento de orientações sobre o correto uso dos aparelhos eletrônicos, contribuirá para a maximização dos recursos disponíveis.

4.2.1.2. EXISTÊNCIA DE REDE DE COMUNICAÇÃO (INTERNET)

Os equipamentos disponibilizados para os professores e alunos, nos diversos espaços existentes na **Faculdade CESUMAR** estarão conectados às redes de comunicação científica, permitindo aos seus usuários a comunicação via internet.

4.2.1.3. PLANO DE EXPANSÃO E DE ATUALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Os equipamentos existentes na **Faculdade CESUMAR** farão parte de um plano de expansão e atualização sempre que houver necessidade, evitando assim que os laboratórios se tornem obsoletos.

Faz parte do plano de expansão e atualização:

- ✓ administrar a utilização dos equipamentos de uso comunitário e reorganizar os itens de consumo e produtos periodicamente;
- ✓ analisar mudanças e melhorias realizadas nos softwares adquiridos e efetuar divulgação através de documentos, palestras e cursos;
- ✓ apoiar os usuários na utilização dos equipamentos e das ferramentas existentes na **Faculdade CESUMAR**;
- ✓ elaborar projeto de instalação de máquinas e equipamentos de processamento de dados e das redes de comunicação de dados;
- ✓ especificar e acompanhar o processo de compra de equipamentos de informática, de softwares e demais equipamentos necessários aos laboratórios específicos;
- ✓ instalar, acompanhar e controlar a performance dos equipamentos e das redes de comunicação de dados;

- ✓ planejar e implantar rotinas que melhorem a operação e segurança no uso dos equipamentos;
- ✓ planejar e ministrar cursos internos sobre utilização de recursos computacionais e dos demais equipamentos.

4.2.2. Biblioteca

A Biblioteca da **Faculdade CESUMAR**, órgão da Administração Geral, é a responsável por todo o acervo, e tem como objetivo prover de informações o ensino, a pesquisa e a extensão, pautando sua atuação nos seguintes princípios:

- ✓ democratização do acesso à informação e ao acervo sob sua responsabilidade;
- ✓ respeito ao princípio do controle bibliográfico universal;
- ✓ atendimento à comunidade da Faculdade e à comunidade em geral;

A Biblioteca tem como atribuições:

- ✓ adquirir, receber, organizar, guardar e promover a utilização do acervo para o ensino, a pesquisa, a extensão, a administração e a cultura;
- ✓ promover a difusão do acervo, visando otimizar o seu uso;
- ✓ oferecer serviços bibliográficos e de informação que contribuam para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão e das atividades científicas e culturais;
- ✓ manter intercâmbio com bibliotecas, centros de documentação e outros órgãos similares;
- ✓ guardar, preservar e divulgar a produção técnica, científica e cultural da Faculdade;
- ✓ executar outras atividades pertinentes ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

Atuando como centro de documentação e informação da **Faculdade CESUMAR**, a Biblioteca estará a serviço do corpo docente, discente, do pessoal técnico-administrativo e

da comunidade local. Para a comunidade interna o acesso será livre, mediante a comprovação da vinculação a Faculdade.

4.2.2.1. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

A bibliografia básica do curso está composta por no mínimo três títulos por unidade curricular e está disponível na proporção de um exemplar para menos de 5 vagas.

4.2.2.2. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

A bibliografia complementar do curso está composta por no mínimo cinco títulos por unidade curricular e disponível forma virtual e impressa.

4.2.2.3. PERIÓDICOS ESPECIALIZADOS

Os periódicos especializados indexados e correntes, sob a forma virtual e impressa, estarão à disposição do curso.

4.2.2.4. INFRAESTRUTURA FÍSICA E MATERIAL

Como órgão suplementar, a Biblioteca está vinculada à Diretoria Geral da **Faculdade CESUMAR**, mantendo relacionamento sistêmico com os demais setores e constituindo-se em ferramental de apoio às atividades fins de ensino, pesquisa e extensão da Instituição.

Assim, oferece à comunidade acadêmica, o suporte informacional necessário ao desenvolvimento dos cursos.

4.2.2.5. POLÍTICA INSTITUCIONAL PARA A BIBLIOTECA NO QUE SE REFERE AO ACERVO, AO ESPAÇO FÍSICO E AOS MÉTODOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO

É desnecessário dizer que qualquer instituição universitária só pode existir apoiada por uma infraestrutura que lhe dê suporte. Além dos mecanismos administrativos, alguns

recursos acadêmicos se impõem. O primeiro deles é a existência de biblioteca bem munida, atualizada, informatizada e ágil.

A **Faculdade CESUMAR** estabelecerá sua política para a atualização e expansão do acervo. Considera fundamental que as solicitações de livros, periódicos, etc, sejam atendidas de forma a permitir que o alunado possa utilizar-se do material bibliográfico necessário tanto para o ensino, quanto para a pesquisa e a extensão. A existência de salas de consulta, com um ambiente tranquilo e adequado ao estudo é também essencial.

4.2.2.6. POLÍTICA DE ATUALIZAÇÃO DO ACERVO

O acervo da Biblioteca da **Faculdade CESUMAR** compreende a bibliografia básica e de referência dos cursos aprovados, periódicos, obras de referência como dicionários, manuais e enciclopédias, além de CD-ROM, jornais e revistas, filmes, vídeos, softwares aplicativos na área educacional, científica e tecnológica, diapositivos, transparências, mapas e demais recursos da tecnologia educacional.

Semestralmente, será elaborada uma programação de aquisições prevendo-se a ampliação para os cursos existente e para os futuros a serem implantados.

Na escolha das obras a adquirir, considerar-se-á a atualidade dos temas, sua importância para o acervo e a idoneidade intelectual do autor, bem como as recomendações e sugestões dos professores e alunos.

Para que se consiga consistência, atualidade, uniformidade, equilíbrio e otimização dos recursos disponíveis, faz-se necessário à adoção de uma política de desenvolvimento de coleções, contendo:

- ✓ critérios para seleção;
- ✓ níveis de abrangência;
- ✓ tipos de materiais (CDs, fitas de vídeos etc.);
- ✓ normas para duplicação, reposição, substituição, descarte;
- ✓ fontes para seleção;
- ✓ normas para intercâmbio e aceitação de doações;

- ✓ prioridades para aquisição;
- ✓ planejamento para aplicação de recursos.

A política de atualização do acervo da Biblioteca, da **Faculdade CESUMAR** está prevista na demanda da comunidade acadêmica e na disponibilidade financeira da Mantenedora. Deverá acompanhar a sequência da implantação dos cursos e compreenderá a implementação das decisões tomadas na seleção, podendo ser realizada através de compra e doação.

4.2.2.7. PESSOAL ESPECIALIZADO

A Biblioteca, da **Faculdade CESUMAR** tem em seu quadro profissional legalmente habilitado (bibliotecário), que responde pela sua administração e pessoal de apoio técnico em número suficiente para prestar atendimento à comunidade acadêmica e comunidade externa.

4.2.2.8. POLÍTICA E FACILIDADE DE ACESSO AO MATERIAL BIBLIOGRÁFICO

- ✓ Horários de acesso;
- ✓ Forma de acesso e empréstimo;
- ✓ Facilidades de reservas;
- ✓ Qualidade da catalogação e disposição do acervo.
- ✓ Reprografia e infraestrutura para recuperação de informações;
- ✓ Formas de acesso a base de dados: internet e outras;
- ✓ Espaço físico para leitura e trabalho em grupo;
- ✓ Área física disponível;
- ✓ Planos de expansão.

4.2.2.9. HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA BIBLIOTECA

A Biblioteca da **Faculdade CESUMAR** funciona de segunda a sexta-feira, das 8:00 às 22:00 horas e aos sábados, das 8:00 às 16:00 horas, de maneira a permitir melhor aproveitamento e disponibilidade dos alunos.

4.2.3. Laboratórios Didáticos Especializados – Autorização de Curso (2 primeiros anos do curso)

4.2.3.1. LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

O **Laboratório de Informática** encontra-se implantado com normas de funcionamento, utilização e segurança; manual de biossegurança e equipamentos adequados ao espaço físico e vagas solicitadas.

Equipamentos existentes no laboratório:

Qtd	Material
96	Computadores fixos

4.3 Plano de Expansão Física

A **Faculdade CESUMAR** planeja durante o período de vigência do PDI, a expansão da infraestrutura física das suas unidades, de forma a adequá-las às necessidades dos cursos em implantação de acordo com sua política de crescimento, suas metas e objetivos expostos no PDI.

5. REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

A **Faculdade CESUMAR**, instituição de ensino superior vinculada ao sistema federal de ensino, regularmente constituída sob as normas nacionais vigentes, atua em perfeita

consonância aos Requisitos Legais e Normativos, componentes obrigatórios que compõem o sistema nacional de avaliação do ensino superior (SINAES).

Para cada um dos requisitos avaliados pelo Ministério da Educação, por meio de comissão de especialistas designados, observa-se seu cumprimento conforme relacionado a seguir:

RESUMO DOS REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

REF.	DISPOSITIVO LEGAL	DESCRIÇÃO / JUSTIFICATIVA	OBSERVAÇÃO
1	Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso	<p>O Projeto Pedagógico do Curso de Relações Internacionais da Faculdade CESUMAR está fundamentado nas seguintes normativas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. ✓ Decreto 5.773 de 9/5/2006 - Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. ✓ Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). ✓ BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Padrões Padrões de Qualidade para os Cursos de Relações Internacionais. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/padreli.pdf. Acesso em: 24 mar. 2017. 	NSA para cursos que não têm DCN.
2	Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica , conforme disposto na Resolução CNE/CEB 4/2010.	A Faculdade CESUMAR atende ao requisito legal acerca da Resolução Normativa CNE/CEB 4/2010 que regulamenta as Diretrizes Curriculares da Educação básica. No caso específico deste PPC de Relações Internacionais não se aplica por se tratar de um Curso de Bacharelado .	NSA para bacharelados, tecnológicos e sequenciais

REF.	DISPOSITIVO LEGAL	DESCRIÇÃO / JUSTIFICATIVA	OBSERVAÇÃO
3	<p>Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004.</p>	<p>O requisito legal acerca das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena faz parte do Projeto Institucional da IES, estando contemplado de modo transversal e interdisciplinar nas disciplinas Institucionais de Formação Sociocultural e Ética I e II.</p>	
4	<p>Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP Nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP Nº 1, de 30/5/2012.</p>	<p>O requisito legal acerca das diretrizes nacionais para a educação em Direitos Humanos faz parte do Projeto Institucional da IES, estando contemplado de modo transversal e interdisciplinar nas disciplinas Institucionais de Formação Sociocultural e Ética I e II.</p>	
5	<p>Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.</p>	<p>A instituição garante atendimento aos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista responsabilizando-se pela realização permanente e prévia de diagnóstico preliminar dos eventuais acadêmicos que apresentem sinais do Transtorno do Espectro Autista e seu nível de comprometimento, por meio de laudo profissional que sinalize a melhor forma de atendimento pedagógico do mesmo. Estarão envolvidos nesse processo profissionais atuantes no Núcleo de Apoio Pedagógico e de atendimento psicológico.</p> <p>Vale destacar que em pesquisas realizadas e considerando a experiência em outros sistemas de ensino é possível observar êxito nos casos de inclusão do autista em que a instituição disponibiliza um tutor para acompanhar o aluno e assim intermediar o processo de ensino e aprendizagem</p>	

REF.	DISPOSITIVO LEGAL	DESCRIÇÃO / JUSTIFICATIVA	OBSERVAÇÃO
		(professor/aluno/tutor). O mesmo poderá ser disponibilizado para a síndrome do X frágil que requer acompanhamento durante as atividades e vida acadêmica.	
6	Titulação do corpo docente (art. 66 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).	A Faculdade CESUMAR atende ao requisito legal acerca do art. 66 da Lei 9394/96 quanto à titulação do corpo docente em possuir formação em pós-graduação “lato ou stricto-sensu”. Todos os docentes da instituição estão enquadrados dentro dessa normativa.	
7	Núcleo Docente Estruturante (NDE) (Resolução CONAES N° 1, de 17/06/2010)	A Faculdade CESUMAR atende ao requisito legal acerca da Resolução CONAES nº 1, de 17/6/2010 que regulamenta o NDE. Todos os cursos terão em sua estrutura um NDE instalado, regulamentado e atuante.	NSA para cursos sequenciais.
8	Denominação dos Cursos Superiores de Tecnologia (Portaria Normativa N° 12/2006)	A Faculdade CESUMAR atende ao requisito legal acerca da Portaria Normativa nº 12/2006 que regulamenta a denominação dos Cursos Superiores de Tecnologia. No caso específico deste PPC de Relações Internacionais não se aplica por se tratar de um Curso de Bacharelado .	NSA para bacharelados, licenciaturas e sequenciais.
9	Carga horária mínima, em horas – para Cursos Superiores de Tecnologia (Portaria N°10, 28/07/2006; Portaria N° 1024, 11/05/2006; Resolução CNE/CP N° 3, 18/12/2002)	A Faculdade CESUMAR atende ao requisito legal acerca da Portaria Normativa nº 10/2006; Portaria nº 1024/2006 e, Resolução CNE/CP 3/2002, que trata da carga horária mínima em horas – para os cursos superiores de tecnologia. No caso específico deste PPC de Relações Internacionais não se aplica por se tratar de um Curso de Bacharelado .	NSA para bacharelados, licenciaturas e sequenciais.
10	Carga horária mínima, em horas – para Bacharelados e Licenciaturas	Na tabela do resumo dos componentes curriculares do Projeto Pedagógico do Curso de Relações Internacionais	NSA para tecnológicos e

REF.	DISPOSITIVO LEGAL	DESCRIÇÃO / JUSTIFICATIVA	OBSERVAÇÃO
	Resolução CNE/CES N° 02/2007 (Graduação, Bacharelado, Presencial). Resolução CNE/CES N° 04/2009 (Área de Saúde, Bacharelado, Presencial).	da Faculdade CESUMAR a carga horária está computada em 60 minutos, atingindo um total de horas superior ao mínimo exigido nas Diretrizes Curriculares. Os discentes cursam a disciplina teórica em sala de aula com carga horária de 50 minutos. As disciplinas de Estágio Supervisionado estão computadas com carga horária de 60 minutos. A carga horária final atende ao disposto na legislação vigente.	sequenciais.
11	Tempo de integralização Resolução CNE/CES N° 02/2007 (Graduação, Bacharelado, Presencial). Resolução CNE/CES N° 04/2009 (Área de Saúde, Bacharelado, Presencial).	O tempo de Integralização do Curso é de 4 anos no mínimo e no máximo de 7 anos.	NSA para tecnológicos e sequenciais.
12	Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida , conforme disposto na CF/88, art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003.	A Faculdade, quando credenciada, estará implantado o Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais que mede o relacionamento entre docentes, técnico-administrativos e discentes, orientando e apoiando o Colegiado do Curso e NDE na adequação curricular para atender às especificações dos portadores de necessidades especiais, por meio do Programa de Monitoria Especial, adaptada aos recursos físicos da IES, apoiando os estudantes com deficiência, disponibilizando pessoal especializado como intérpretes de língua de sinais. A estrutura física da IES está concebida para facilitar a circulação e o uso de todos os ambientes institucionais, com placas em braile, piso tátil, carrinho escalador. Propõem-se ações que podem ser desenvolvidas de forma	

REF.	DISPOSITIVO LEGAL	DESCRIÇÃO / JUSTIFICATIVA	OBSERVAÇÃO
		<p>geral e específica para atender de maneira individualizada cada uma das deficiências.</p>	
		<p>AÇÕES GERAIS</p>	
		<p>Designar um profissional habilitado na área psicopedagogia e com experiência no processo de inclusão para atuar de forma multidisciplinar nas diversas ações que envolvem o processo inclusivo, tais como: acompanhar, integrar, promover formação, orientar na acessibilidade de materiais, acompanhar o rendimento escolar destes acadêmicos, capacitar os envolvidos para atuarem no processo de inclusão entre outros.</p>	
		<p>Adaptar o sistema para que no momento de matrícula já seja identificado o acadêmico com necessidades especiais, mediante a apresentação de laudo médico e assim alimentar o Censo da Instituição. Hoje acontece uma identificação simples no momento da inscrição do processo seletivo, mas que não se migra para o <i>Lyceum</i>.</p>	
		<p>Utilizar os equipamentos de acessibilidade como, por exemplo: cadeiras de rodas, apoio, rampas, elevadores e suportes disponíveis para locomoção no campus da Faculdade.</p>	
		<p>Elaborar projeto interdisciplinar com base no PCN (Parâmetro Curricular Nacional) com os demais setores da instituição envolvendo as clínicas e profissionais da saúde promovendo a inclusão de forma mais ampla e global, possibilitando o melhor atendimento aos portadores de</p>	

REF.	DISPOSITIVO LEGAL	DESCRIÇÃO / JUSTIFICATIVA	OBSERVAÇÃO
		deficiência.	
		AÇÕES ESPECÍFICAS POR DEFICIÊNCIA	
		DEFICIÊNCIA VISUAL	
		1. Disponibilizar ledores e copistas para os dias de avaliação e Atividade Presencial Obrigatória Interdisciplinar.	
		2. Possibilitar a entrega da prova digitadas nos casos em que os acadêmicos tenham condições.	
		3. Ampliação do tamanho da letra da prova.	
		4. Liberação de materiais em TXT para conversão em programas de leitura em voz.	
		5. Enviar lupas para a leitura.	
		6. Disponibilizar software (DOSVOX) ou similar aos alunos	
		7. Editar o material em Braille	
		DEFICIENCIA AUDITIVA	
		1. Contratar e gerenciar os intérpretes de Libras que atendem os alunos surdos.	
		2. Disponibilizar o material impresso ou utilizados em sala de aula na forma virtual	
		DEFICIENCIA MOTORA/ FISICA	
		1. Adaptar a estrutura física da IES.	

REF.	DISPOSITIVO LEGAL	DESCRIÇÃO / JUSTIFICATIVA	OBSERVAÇÃO
		2. Utilizar os equipamentos de acessibilidade como, por exemplo: cadeiras de rodas, apoio e suportes disponíveis para locomoção.	
		3. Possibilitar a entrega da prova digitadas nos casos em que os acadêmicos tenham condições.	
		4. Reservar vagas de estacionamentos próximas as entradas da IES.	
		DEFICIENCIA INTELECTUAL	
		1. Possibilitar maior tempo para a realização de provas presenciais.	
		2. Possibilidade de realização das atividades presenciais em duas etapas.	
		3. Encaminhar ledores e copistas para os dias de avaliação e Atividade Presencial Obrigatória Interdisciplinar e atividades externas.	
		4. Incentivar a utilização de monitores (alunos da sala) para apoiar e acompanhar as atividades acadêmicas, em especial as práticas.	
		Todo recurso oferecido pela instituição não exige o tratamento de cada síndrome e o acompanhamento da família para com esses acadêmicos. Em toda pesquisa realizada é destacada a importância do acompanhamento médico e familiar e que a instituição de ensino deve ser informada de todo o tratamento inclusive da medicação	

REF.	DISPOSITIVO LEGAL	DESCRIÇÃO / JUSTIFICATIVA	OBSERVAÇÃO
		utilizada e seus efeitos.	
13	Disciplina de Libras (Dec. Nº 5.626/2005)	<p>A Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 reconhece a Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio legal de comunicação e expressão de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, de uso das comunidades de pessoas surdas; e reza que os sistemas educacionais federal, estadual e municipal e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino de Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, conforme legislação vigente. Por sua vez, o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, trata do papel do poder público e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos, no apoio ao uso e difusão de Libras; na formação, capacitação e qualificação de docentes, servidores e empregados para o uso e difusão de Libras e à realização da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, e, conseqüentemente, da formação em nível superior do docente de Libras, da formação em nível médio do instrutor de Libras, e da formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa. O referido Decreto, no seu §2º do art. 7º, reza ainda que “A partir de um ano da publicação deste Decreto [2006], os sistemas e as instituições de ensino da educação básica e as de educação superior devem incluir o docente de Libras</p>	Oferta no 2º semestre do curso como disciplina obrigatória.

REF.	DISPOSITIVO LEGAL	DESCRIÇÃO / JUSTIFICATIVA	OBSERVAÇÃO
		<p>em seu quadro de magistério”.</p> <p>O processo de inclusão de Libras como disciplina curricular deve iniciar-se nos cursos de Educação Especial, Fonoaudiologia, Pedagogia e Letras, ampliando-se progressivamente para as demais licenciaturas, de modo que a partir de um ano da publicação do Decreto Nº 5.626, ou seja, a partir de 2006, os sistemas e as instituições de ensino da educação básica e as de educação superior devem incluir o docente de Libras em seu quadro do magistério. Em conformidade com a Lei nº 10.436, de 14 de abril de 2002, e o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, a disciplina de LIBRAS será ofertada obrigatoriamente nos cursos previstos na legislação e de forma optativa nos demais cursos.</p> <p>Para o curso de Relações Internacionais a Faculdade CESUMAR optou por ofertar como disciplina obrigatória a ser ofertada no 2º semestre do curso com carga horária de 60 horas.</p> <p>Ainda, será implantado na Faculdade o PROJETO INTÉRPRETE DE LIBRAS que objetivará a contratação e coordenação de intérpretes para atendimento aos acadêmicos portadores de deficiência auditiva com o intuito de proporcionar-lhes uma aprendizagem significativa e conseqüentemente uma atuação competente e cidadã na sociedade. No caso específico a Libras é obrigatória.</p>	
14	Prevalência de avaliação presencial para EAD	Não se aplica ao Curso.	NSA para cursos

REF.	DISPOSITIVO LEGAL	DESCRIÇÃO / JUSTIFICATIVA	OBSERVAÇÃO
	(Dec. Nº 5.622/2005, art. 42º)		presenciais
15	Informações acadêmicas (Portaria Normativa Nº 40 de 12/12/2007, alterada pela Portaria Normativa MEC Nº 23 de 01/12/2010, publicada em 29/12/2010)	As informações acadêmicas da Faculdade estarão disponibilizadas de forma impressa, no PPC, nas normas emanadas dos Conselhos Superiores, Regimento, PDI-PPI, Guia Acadêmico, disponíveis para acesso em área própria da Biblioteca e de forma virtual na página da internet da Faculdade. A Faculdade apresentará no ato da avaliação in loco página da internet desenvolvida para ser divulgada tão logo a Faculdade seja credenciada.	
16	Políticas de educação ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002)	A Faculdade atenderá a legislação vigente onde haverá integração da educação ambiental faz parte do Projeto Institucional da IES, estando contemplado de modo transversal e interdisciplinar nas disciplinas de Formação Sociocultural e Ética I e II.	
17	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica , em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, Resolução CNE Nº 2, de 1º de julho de 2015 (Formação inicial em nível superior - cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura - e formação continuada).	A Faculdade atende ao disposto dessa legislação. No caso específico deste PPC de Relações Internacionais não se aplica por se tratar de um Curso de Bacharelado.	NSA para bacharelados, tecnológicos e sequenciais.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 12 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=411990>. Acesso em: 06/07/16.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/>. Acesso em: 06/07/16.

LDB. LEI de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9394/1996). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 05/07/16.

PNE. Plano Nacional de Educação. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em: 08/07/16.

RESOLUÇÃO CNE/CES 08, de 11/03/2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES08-2002.pdf>. Acesso em: 08/07/16.

Parecer CNE/CES 1.303/2001, de 06 de novembro de 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES1303.pdf>. Acesso: 08/07/16.

APÊNDICES

Plano de Estágio Obrigatório

Nome do Estagiário:			Fone:	
Curso:	R.A:	Série:	Turno:	
Unidade Concedente:				
Endereço:			Fone:	
SETOR DE ESTÁGIO		RAMO DE ATIVIDADE CONCEDENTE		
PERÍODO: Início ____/____/____ Término: ____/____/____				

HORÁRIO DO ESTÁGIO							
DIA DA SEMANA	MANHÃ		TARDE		NOITE		CARGA HORÁRIA DIÁRIA
	ENTRADA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA	
Segunda-feira							
Terça-feira							
Quarta-feira							
Quinta-feira							
Sexta-feira							
Sábado							
Domingo							
CARGA HORÁRIA SEMANAL (máximo 6 horas/dia e 30 horas/semana)							

SUPERVISOR DA UNIDADE	
Fica designado o(a) supervisor(a) abaixo, para supervisionar o estágio do estudante:	
Nome do Supervisor:	R.G:
Cargo/Função:	
Nome do Curso de Formação:	CREA:
ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS (Descrever detalhadamente cada tarefa e/ou etapa de desenvolvimento do estágio)	Nº de horas de cada tarefa
_____ Estagiário	_____ Supervisor da Unidade Concedente (Assinatura e carimbo)
_____ Orientador do Estágio (Assinatura e carimbo)	

Termo de Convênio

Termo de Convênio que entre si celebram, CESUMAR - Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda e XXXXXX

O CESUMAR - Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda, pessoa jurídica de direito privado, Instituição de Ensino Superior, com sede na Avenida Guedner, 1610, na cidade de Maringá-PR, inscrita no CNPJ sob o nº 79.265.617/0001-99, neste ato representado por seu Diretor Presidente, Sr. Cláudio Ferdinandi, brasileiro, casado, professor, portador da CI-RG sob nº 404.271-9 SSP/PR e com CPF sob nº 006.438.829-87, residente e domiciliado na cidade de Maringá, doravante denominado CESUMAR, e (UNIDADE CONCEDENTE), pessoa (jurídica ou física) de (direito público ou privado), inscrito no (CNPJ ou CPF) sob nº, com sede na, nº, bairro..... CEP....., neste ato representado por..... residente e domiciliado na cidade de, doravante denominada CONCEDENTE, resolvem celebrar o presente Convênio nos termos da Lei 11.788/2008, conforme as condições a seguir descritas:

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO E DA FINALIDADE DO CONVÊNIO

O presente Termo de Convênio tem por objeto viabilizar o Estágio Curricular Supervisionado aos alunos regularmente matriculados no Curso de _____, do CESUMAR, proporcionando experiência em situações reais de aprendizagem profissional, com o fito de aperfeiçoar a formação profissional e pessoal dos acadêmicos.

CLÁUSULA 2ª - DAS COMPETÊNCIAS DO CESUMAR

2.1 - Para atendimento ao disposto nas Cláusulas deste Convênio, compete ao CESUMAR as seguintes obrigações:

Avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do aluno, conforme proposta pedagógica do curso;

Organizar os grupos de estagiários;

Proceder a supervisão do estágio e dos projetos com orientação técnico-profissional ao aluno e ao grupo de estágio;

Supervisionar as atividades a serem desenvolvidas, com as intervenções necessárias, observados os preceitos da ética profissional;

Elaborar normas complementar e avaliar o desempenho do estagiário em periodicidade não superior a 6 meses;

Zelar pelo cumprimento de compromisso;

Apresentar plano de atividades de estágio, documento o qual será incorporado ao termo de compromisso.

CLÁUSULA 3ª - DAS COMPETÊNCIAS DA CONCEDENTE

3.1 - Para atendimento ao disposto nas Cláusulas deste convênio, compete à CONCEDENTE as seguintes disposições:

- a) Disponibilizar espaços de estágio em suas unidades;
- c) Oferecer condições físicas e materiais indispensáveis ao desempenho das atividades dos grupos de estágio e de projetos;
- d) Exercer orientação adequada ao professor supervisor do CESUMAR, visando atender às necessidades do estagiário e das áreas objeto de estágio e de projetos;
- e) Aceitar em suas dependências o professor supervisor do CESUMAR, para os trabalhos de supervisão, avaliação do estágio e dos projetos, dos estagiários e outros que se fizerem necessários;
- f) Comunicar ao CESUMAR, através do professor supervisor, qualquer irregularidade na realização do estágio e dos projetos.
- g) Indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiário simultaneamente.

CLÁUSULA 4ª - DAS ÁREAS DE ESTÁGIO E DO NÚMERO DE VAGAS

4.1. - Para a organização dos grupos de estágios e dos projetos a CONCEDENTE disponibilizará as unidades para recebimento de estagiários em todas as áreas.

4.2 - O número de grupos de estágios e de projetos por áreas de atuação será definido com o professor supervisor do CESUMAR e a CONCEDENTE, observado um limite máximo que será ajustado em cada ano letivo, levando-se em consideração a demanda de acadêmicos.

CLÁUSULA 5ª - DO VÍNCULO

5.1 - A aceitação de estagiário pela CONCEDENTE no recinto de suas instalações ou locais de atuação não configurará vínculo empregatício, pelo que fica o mesmo desobrigado de encargos sociais e trabalhistas, já que o presente estágio é parte integrante da carga horária curricular obrigatória dos acadêmicos.

CLÁUSULA 6ª - DA CARGA HORÁRIA, DURAÇÃO E JORNADA DO ESTÁGIO CURRICULAR E DE PROJETOS.

6.1 - A carga horária, duração e a jornada de atividades em estágio e dos projetos a ser cumprida pelo estagiário serão determinadas pelo professor supervisor de acordo com a carga horária das disciplinas do currículo e de cada projeto do respectivo curso, bem como do calendário acadêmico do CESUMAR.

CLÁUSULA 7ª - DA EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADES

7.1 - Para o desenvolvimento das atividades de estágio e de projetos do CESUMAR, deverá providenciar a cobertura de seguro de acidentes pessoais e de trabalho, em favor do estagiário, nos termos da legislação e normas pertinentes em vigor, ficando a CONCEDENTE isento de responsabilidades em caso de acidentes.

CLÁUSULA 8ª - DA VIGÊNCIA

8.1 - As partes ajustam o presente Termo de Convênio por prazo indeterminado, podendo ser alterado ou complementado, por acordo entre os partícipes, formalizado através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA 9ª - DA RESCISÃO

9.1 - O presente Termo de Convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes convenientes e rescindido a qualquer tempo, bastando simples comunicação ao outro partícipe, mediante correspondência com aviso de recebimento ou protocolo com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência, sem quaisquer ônus advindo desta medida, ficando as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido o

presente Termo de Convênio e beneficiando-se das vantagens somente em relação ao tempo em que participaram do acordo, inclusive aos estagiários, no que couber.

9.2 - Havendo atividades em andamento, por força de planos de estágios previamente aprovados e cobertos por termos de compromissos específicos, não serão as mesmas prejudicadas, devendo, conseqüentemente, aguardar-se a conclusão dessas atividades para se proceder à rescisão do presente Termo de Convênio.

CLÁUSULA 10 - DO FORO

10.1 - Para dirimir quaisquer litígios oriundos do presente Termo de Convênio que não puderem ser resolvidos amigavelmente pelas partes, fica eleito o foro da Comarca de Ponta Grossa, Estado do Paraná, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem plenamente de acordo, as partes obrigam-se ao total cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 3 (três) vias de igual teor, devidamente assinadas pelas partes convenientes e duas testemunhas abaixo qualificadas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Maringá de de 2017.

UNIDADE CONCEDENTE
(carimbo com CNPJ e/ou CREA)

CESUMAR - Centro de Ensino Superior de Maringá
Ltda

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Termo de Compromisso de Estágio

(UNIDADE CONCEDENTE), pessoa jurídica (ou pessoa física) de direito (público ou privado), inscrito no (CGC/MF ou CPF) sob n.º, com sede a cidade de aqui representado pelo doravante denominada UNIDADE CONCEDENTE, e o(a) ESTAGIÁRIO(A), do Curso de _____, matriculado no 5º ano, portador do RG n.º, residente a, na cidade de, Estado, com a interveniência do CESUMAR - Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda, pessoa jurídica de direito privado, Instituição de Ensino Superior, com sede na Avenida Guedner, 1610, na cidade de Maringá-PR, inscrita no CNPJ sob o nº 79.265.617/0001-99, neste ato representado na forma de seu contrato social, mantenedor da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**, doravante denominada INTERVENIENTE, celebram entre si Termo de Compromisso de Estágio a ser realizado mediante as seguintes cláusulas e condições, em conformidade com a Lei n. 11.788/2008.

CLÁUSULA 1ª – O Estágio Supervisionado Obrigatório, são horas práticas, as quais os alunos deverão cumprir dentro de uma organização, desenvolvendo atividades correlacionadas ao Curso, acordadas e consolidadas em um contrato de estágio realizado entre a empresa concedente, a instituição de ensino e o aluno, para posterior aprovação da coordenação do curso.

O Curso solicita um número específico de horas a serem cumpridas e estas podem ser realizadas em um ano, dentro de uma mesma empresa ou com a somatória de horas trabalhadas em diversas empresas. Vale reforçar que todas as atividades somadas devem estar dentro do campo de atuação que o curso capacita.

É de responsabilidade do aluno a obtenção do estágio e este será válido a partir da comprovação sob forma de contrato de estágio, regulamentado dentro dos padrões da legislação.

Caso o aluno não tenha realizado o estágio dentro do prazo estipulado ou mesmo dentro do campo de atuação permitido, o estudante ficará impossibilitado de concluir o

curso e receber o diploma por enquadrar-se como dependente da disciplina de Estágio Supervisionado.

O Estágio é a aplicação dos conhecimentos obtidos em sala de aula na vida prática, dentro de uma organização. Deve proporcionar aprendizado, visão ampliada do mercado e bagagem profissional.

CLÁUSULA 2ª - O estágio será realizado de (DIAS DA SEMANA), das..... às, no período de/...../..... à/...../....., no (LOCAL).

CLÁUSULA 3ª - As atividades do ESTAGIÁRIO na UNIDADE CONCEDENTE não configurarão a existência de vínculo empregatício conforme previsto na Lei Federal n.º 11.788 de 25 de setembro de 2008 e serão considerados estágios para os alunos-estagiários em todas as atividades que caracterizam o plano de exercício (projetos, plantas, medições, desenho, fiscalização de obras, etc.), descritas no Plano de Estágio Obrigatório apresentado antecedente ao contrato firmado pela Unidade Concedente ao professor supervisor. Os estudantes deverão estagiar em serviços públicos e privados, indústrias, comércio e instituições afins.

CLÁUSULA 4ª - O ESTAGIÁRIO, no local, período e horário de atividades, estará segurado contra acidentes pessoais, pela INTERVENIENTE através da Apólice n.: da Seguradora a ser suportado pela INTERVENIENTE.

CLÁUSULA 5ª - O ESTAGIÁRIO se compromete a observar o regulamento disciplinar da UNIDADE CONCEDENTE e a atender as orientações recebidas da mesma.

CLÁUSULA 6ª - Durante o período de estágio, o ESTAGIÁRIO não receberá remuneração.

CLÁUSULA 7ª - Fica eleito o foro da Comarca de Maringá, estado do Paraná, para dirimir as questões porventura oriundas deste Termo de Compromisso, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e compromissados, assinam o presente Termo de Compromisso em 3(três) vias de igual teor e forma.

Maringá,..... de de

CONCEDENTE
(carimbo com CGC/MF e/ou CREA)

INTERVENIENTE

ESTAGIÁRIO(A)

COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO

Termo Aditivo de Estágio Curricular Supervisionado

Aditamento ao TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO, firmado entre a empresa concedente _____ e o(a) ESTAGIÁRIO(a) _____, aluno(a) regularmente matriculado(a) no Curso _____ do CESUMAR - Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda, já qualificado respectivamente no Acordo de Cooperação e no decorrente Termo de Compromisso de Estágio Curricular Supervisionado, preenchidos anteriormente.

Cláusula 1ª

Este Termo Aditivo prorroga até o dia ____/____/_____, o período de Estágio Supervisionado estabelecido no referido Termo de Compromisso de Estágio Supervisionado e do Acordo de Cooperação, celebrado com interveniência e assinatura da INSTITUIÇÃO DE ENSINO acima indicada.

Cláusula 2ª

Permanecem inalteradas todas as demais disposições do Termo de Compromisso do Estágio Supervisionado e Acordo de Cooperação, do qual este Termo Aditivo passa a fazer parte integrante.

E por estarem de comum acordo com as condições e dizeres deste Termo Aditivo, as partes assinam-no em três vias de igual teor (1ª via – para a empresa concedente; 2ª via – para a Coordenação de Estágio Supervisionado e 3ª via - para o estagiário).

Maringá,..... de de 2009.

CONCEDENTE
(carimbo com CGC/MF e/ou CREA)

INTERVENIENTE

ESTAGIÁRIO(A)

COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO

Termo de Cancelamento de Estágio Curricular Supervisionado

Tendo ciência de ter como pré-requisito para a conclusão do Curso _____ do CESUMAR – Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda., eu, _____ portador (a) do RG nº _____, regularmente matriculado(a) na Série ____ Turma _____, solicito, através deste, a partir de ____/____/____, o CANCELAMENTO do Estágio Curricular Supervisionado que estava sendo desenvolvido na empresa _____, por motivos particulares e que serão relatados por escrito à Coordenação de Estágio Supervisionado na forma de Ofício, ficando ciente de que sou responsável pela obtenção de uma nova vaga (caso seja necessário).

(cidade) _____, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Estagiário(a): _____

(assinat. e carimbo da Empresa Concedente) CIENTE na data de ____/____/____

(assinat. e carimbo da Coord. Estág. Superv.) CIENTE na data de ____/____/____

Controle de Frequência do Acadêmico Durante o Estágio Supervisionado

Nome do acadêmico: _____ Série: _____
Turma: _____

Endereço _____ resid: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Fone resid: () _____
Celular: () _____

E-mail: _____

Empresa: _____

Segmento/Setor: _____ Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____ Fone: () _____ E-mail: _____

Nome do responsável/supervisor: _____
Cargo/Função: _____

Período do estágio: ____/____/____ a ____/____/____

Data	Horário	Atividade Desenvolvida	Carga Horária	Assinatura do Supervisor
Total da Carga Horária				

Obs: Para a EMPRESA – favor anotar também as faltas, se ocorrerem.

Avaliação de Desempenho do Acadêmico no Estágio Supervisionado

ESTAGIÁRIO: _____

EMPRESA: _____

ENDEREÇO: _____

CEP: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

FONE: _____ FAX: _____

E-MAIL: _____ HOME PAGE: _____

SEGMENTO/SETOR: _____

PERÍODO REGULAR DO ESTÁGIO _____

TERMO ADITIVO: _____

TERMO DE CANCELAMENTO: _____

CARGA HORÁRIA TOTAL DO ESTÁGIO: _____

NOME DO SUPERVISOR (AVALIADOR) _____

CARGO/FUNÇÃO DO AVALIADOR: _____

A Ficha de Avaliação do Estagiário deverá ser encaminhada em envelope lacrado, carimbado e assinado pela empresa para a Coordenação de Estágio Supervisionado. Agradecemos a colaboração da Empresa, permitindo ao estagiário complementar seu conhecimento teórico, através da prática oferecida.

Critérios de Avaliação

ÓTIMO	DESEMPENHO ACIMA DO ESPERADO
BOM	DESEMPENHO SATISFATÓRIO OU ESPERADO
REGULAR	DESEMPENHO ABAIXO DO ESPERADO
DEFICIENTE	DESEMPENHO MUITO ABAIXO DO ESPERADO

FATORES DE AVALIAÇÃO		GRAUS			
		1	2	3	4
1	RENDIMENTO DO ESTAGIÁRIO Qualidade, rapidez e precisão com que o estagiário executou as atividades.				
2	FACILIDADE DE COMPREENSÃO Rapidez e a facilidade do estagiário em interpretar, entender e por em prática as informações recebidas.				
3	NÍVEL DE CONHECIMENTO Nível de conhecimento do estagiário com relação as atividades programadas, bem como a necessidade de orientação para realizá-las.				
4	ORGANIZAÇÃO E MÉTODO NO TRABALHO Meios utilizados pelo estagiário e sua capacidade de organização nas atividades por ele desenvolvidas e dinamização das atividades.				
5	INICIATIVA Até que ponto o estagiário demonstrou iniciativa, resolvendo atividades independentes de orientações.				
6	RELACIONAMENTO HUMANO Nível de relacionamento demonstrado pelo estagiário, junto ao orientador e aos demais colaboradores e funcionários da empresa. Avalie o comportamento manifestado nas diversas situações vividas pelo estagiário.				
7	INTERESSE PELO APRIMORAMENTO/RESPONSABILIDADES Interesse do estagiário em conhecer novas experiências e assumir responsabilidades. Empenho e dedicação. Interesse em responder àquilo que lhe é atribuído, acatar as normas estabelecidas, assumir as consequências de seu desempenho.				
8	CAPACIDADE DE TOMAR DECISÕES Autonomia, segurança, ponderação e adequação das decisões tomadas em relação as atividades.				
9	PONTUALIDADE E ASSIDUIDADE Obedece pontualmente o horário pré-estabelecido, demonstra responsabilidade com seu horário de permanência, não falta e quando falta apresenta motivos justos.				
10	POSTURA PROFISSIONAL E VESTUÁRIO ADEQUADO Comportamento adequado em todos os setores. Discrção e sigilo. Trajes adequados. E para as alunas – maquiagem e acessórios adequados (como				

bijuterias e joias). Asseio e higiene (unhas, cabelos, etc).				
--	--	--	--	--

QUAIS SETORES OU ATIVIDADES QUE O ESTAGIÁRIO SE DESTACOU: _____

QUAIS FORAM AS CONTRIBUIÇÕES APRESENTADAS PELO ESTAGIÁRIO?

FAÇA UMA AVALIAÇÃO GLOBAL DO DESEMPENHO DO ESTAGIÁRIO, ENQUADRANDO-O EM UM DOS ITENS ABAIXO:

() ÓTIMO () BOM () REGULAR () DEFICIENTE

POR QUÊ?

Assinatura do SUPERVISOR DE ESTÁGIO (AVALIADOR) (com carimbo da empresa)

LOCAL E DATA: _____, ____ DE _____ DE _____.